

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**SONHOS E REALIDADES: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE
VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Beatriz Soellyn Costa do Carmo
Keylla Priscilla de Oliveira
Rafaela Gomes Costa
Thais Barboza Galezulato

Orientadora:
Prof.ª Ms. Andréia Cristina da Silva Almeida

Presidente Prudente/SP
2014

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**SONHOS E REALIDADES: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE
VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA**

Beatriz Soellyn Costa do Carmo
Keylla Priscilla de Oliveira
Rafaela Gomes Costa
Thais Barboza Galezulato

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social, sob a orientação da Prof^a Ms.
Andréia Cristina da Silva Almeida.

Presidente Prudente/SP
2014

A rua, concreta, discreta.
Nos mostra a frieza da sociedade
E a tristeza de um povo esquecido.
A rua, cinza, prateada, concreta, discreta, [...]
Sufoca os sentimentos, Entristece a felicidade do sorriso,
Apaga o brilho do olhar,
Nos mostra as drogas da vida[...]
Nos mostra o pouco caso dos governantes [...]
E a tristeza de um povo esquecido.

(Mariana Zayat Chammas)

Higiene material, Higiene Mental.
Aqui não sei qual é a mais difícil de praticar.

**(Falas de um ex-morador de rua.
Raimundo Arruda Sobrinho)**

Metade de mim

Agora é assim

De um lado a poesia o verbo a saudade

Do outro a luta, a força e a coragem pra chegar no fim

E o fim é belo incerto... Depende de como você vê

O novo, o credo, a fé que você deposita em você e só

Só enquanto eu respirar

Vou me lembrar de você

Só enquanto eu respirar

(Anjo Mais Velho – O Teatro Mágico)

Leticia Lima Sperandio In memorian

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus Su por me conceder o dom da vida e as infinitas proteções que recebi no decorrer desses 4 anos de faculdade, pois foi através de sua luz divina que pude ter ânimo, coragem e fé para superar todos os obstáculos.

Agradeço meus bens maiores, minhas rainhas, – Mãe, Tia- Madrinha e Irmã – foi por vocês e para vocês que cursei essa faculdade. Primeiramente a minha Mãe, minha guerreira, que mesmo em meio às inúmeras dificuldades, sempre lutou para nos dar o melhor, me incentivando sempre a nunca desistir. A minha Tia-madrinha, que desde o ventre da minha mãe se fez tão presente em minha vida, sempre com zelo me amparou e me ajudou no que pode. A minha Irmã, que mesmo com tantos desentendimentos, estava ali ao meu lado, me apoiando com seu sorriso (escandaloso. Rs). Devo tudo a vocês! Minha Base, minha fonte de inspiração!

Agradeço TODOS OS MEUS AMIGOS, infelizmente é impossível citar o nome de cada um, mas, saibam que os amo de mais e agradeço por me aturarem nesses quatro anos, afinal, já não aguentavam ouvir falar de provas, trabalhos, TCC então nem se fala; ausentei-me por várias vezes para que esse sonho enfim concluisse e hoje devo á vocês toda minha gratidão, pois fizeram do meu sonho o de vocês.

Meu muito obrigado aos Meus Avós postigos – Batian e Ditian – dois seres iluminados por Deus Su, meus exemplos de humildade e cumplicidade, agradeço pelas vibrações em minhas conquistas e estímulo nos momentos de fraqueza. Agradeço também, aquele que esteve ao meu lado em todos os momentos, meu eterno amigo e companheiro, Rick, obrigada por fazer meus dias melhores, por sempre me ajudar, me apoiar e mais ainda, por não desistir de mim, afinal os momentos de chatices foram muitooooos ao longo dessa minha formação.

Por fim, agradeço as amigas – Rafaela, Thaís e Keylla –, meu grupo de TCC, que esteve comigo de segunda á segunda para a construção desse trabalho, e por mais difícil que foi, nossos finais de semanas juntas eram os melhores, sempre com muita comilança, muita risada e altos papos cabeça (rs). OBRIGADA MENINAS, NÓS CONSEGUIMOS E MELHOR... JUNTAS!!!!!!!!!!!!

Beatriz Soellyn Costa do Carmo

AGRADECIMENTOS

Meu eterno agradecimento ao meu Deus e meu Pai, que está acima de toda gratidão, por ter facilitado essa caminhada e torna-la menos pesada. Por permitir dias bons que me deram felicidades e dias maus que me trouxeram experiência, pois as quedas me mantiveram humilde e o êxito me possibilitou brilhar.

A minha família e amigos que, através de sorrisos, complacência e palavras de afeto, contribuíram para a construção da minha história. Em especial, sou grata à minha mãe Elizabete, que me fez conhecer o amor incondicional, e aprender que as palavras machucam, mas que não devemos guardar mágoas nem rancores, pois as melhores coisas da vida, não podem ser vistas nem tocadas, mas sentidas e você me faz sentir tudo isso, pois “Você viu o melhor que estava em mim, você me deu fé porque você acreditou. Eu tive seu amor eu tive tudo! (Céline Dion).” Obrigada por todas as coisas que eu vi quando pensou que eu não estava olhando”.

A gratidão enobrece o ser humano, e você Leonardo me fez conhecer esse sentimento nobre que hoje trago como uma virtude em minha alma. É a você que devo todos os momentos de ajuda e compreensão, pois sempre estive ao meu lado sem esperar algo em troca, por isso levarei você sempre em meu coração e em minha memória. Por todo amor que encontrei em você, serei eternamente grata. (Céline Dion)

Agradeço imensamente as mulheres desta pesquisa, que de forma calorosa e bondosa, nos acolheram e reviveram situações tristes para que o objetivo fosse alcançado.

Sempre acreditei que a hora mágica um dia chegaria e foi através dessa parceria que fiz com vocês minhas amigas, minhas irmãs, Beatriz, Rafaela e Thais, que esse sonho se tornou realidade. Agradeço pelos momentos de alegrias, tristezas, ganhos e perdas que pude vivenciar com vocês. A minha orientadora Andréia Almeida pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas correções e incentivos, baseadas na confiança e na ética.

Keylla Priscila. de Oliveira

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me guiar, me sustentar, nunca me deixar faltar fé, e estar presente em todos os momentos dessa jornada. Sem Ele esse sonho jamais se tornaria realidade.

Agradeço imensuravelmente aos meus pais lindos que tanto amo, Luiza e Kiko, por me apoiarem, acreditarem em meu sonho, e depositarem toda fé e confiança em mim. Se não fosse essa força eu já teria parado no meio da caminhada. Obrigado por aguentarem minha chatice, meus stress, meus surtos, e os momentos que eu queria dar uma de professora e explicar pra vocês como surgiu o Serviço Social e as expressões da questão social rs... À minha irmã querida, minha tata Priscila, que mesmo longe sempre me deu apoio, e sempre se mostrou orgulhosa por ter uma irmã que logo seria Assistente Social, isso me motivou muito!

Muito obrigado ao Nelsinho, uma pessoa incrível que Deus colocou em minha vida, e que teve toda a paciência do mundo e sempre entendeu meus compromissos com a faculdade. Te amo amor <3

Agradeço às minhas colegas de TCC, Bia, Keylla e Thais que não mediram esforços para a construção desse trabalho e realização do nosso sonho, pelos momentos de diversão que foram tantos, que nem consigo lembrar os momentos de tensões rs...Tenho um imenso orgulho de ter feito parte desse grupo, vencemos muitos obstáculos e a amizade de vocês quero para sempre <3

Às mulheres que aceitaram fazer parte da nossa pesquisa, que nos receberam tão bem e aceitaram nos contar um pouco de suas vidas e particularidades, isso enriqueceu muito nosso trabalho.

À nossa orientadora Andréia, que eu admiro tanto como profissional como professora, por ter nos dedicado seu tempo e por ter compartilhado um pouco de seu conhecimento.

Muito obrigado a todos os amigos que me incentivaram e me apoiaram nessa difícil jornada, vocês foram benção de Deus em minha vida.

"Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que os amam". 1 CORÍNTIOS 2:9

Rafaela Gomes Costa

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter constituído uma família maravilhosa este ano, pela força e coragem durante toda esta caminhada, pois Ele não permitiu que desistisse dos meus sonhos e sem Ele eu nada seria.

Agradeço a minha família, em especial meu pai Vanderlei que investiu e acreditou em meus sonhos, a minha mãe Lara, pois esteve sempre comigo apoiando minhas decisões, principalmente neste último ano que gerei uma vida, que veio a me abençoar e dar mais força a prosseguir e ir em busca de meus objetivos.

Aos meus padrinhos Gislene e Sérgio, primos Franciele e Nilton que amo muito, e mesmo longe sempre me motivou e deram apoio para a conclusão do curso e se tornar enfim uma Assistente social.

Muito obrigada Marcelo, meu noivo, pai da minha princesa Maria Julia e futuro marido, por ter me aturado neste longo ano de TCC, pelos stress, estupidez e nervosismo. Obrigada por ter tido paciência todos os fins de semana que não dei devida atenção, e obrigada pelos momentos de distração e risadas que todas do grupo tivemos com você. Maria Julia e eu te amamos!

Às colegas e companheiras de TCC, Bia, Keylla e Rafa, pela tolerância e paciência que tiveram comigo neste período tão importante na minha vida, na chegada da 5ª integrante do grupo Maria Julia, levarei nossos momentos para sempre.

À nossa orientadora Andréia Almeida, que dedicou seu tempo para nos orientar e pelo incentivo ao nosso tema, tornando possível a conclusão desta monografia.

Agradeço também por todos os professores da Toledo que nos deram parcela de seus conhecimentos, contribuindo para nossa formação.

Assim, agradeço a todos que estiveram ao meu lado durante a graduação, só tenho a agradecer a todos vocês.

“Nossos sonhos a gente é quem constrói, é vencendo os limites escalando as fortalezas conquistando o impossível pela fé” JAMILY

Thais Barboza Calezulato

RESUMO

A presente pesquisa possui, como tema central, a mulher em situação de rua e suas vivências, sendo o objetivo maior compreender o cotidiano das mulheres, bem como desvelar os motivos que as levaram às ruas. Para a elaboração da pesquisa, foi necessário conceituar-se a questão social e suas expressões, pois se entende que a situação de rua é advinda do modo de produção capitalista, que acumula capital e gera um conjunto diversificado de expressões da questão social, consideradas, então, como um resultado da relação capital x trabalho, que promove, principalmente, a exclusão do acesso a alguns direitos, dentre eles o direito à renda, moradia, alimentação, acesso à higiene entre outros. Logo após, discorreu-se acerca da trajetória da mulher na sociedade, que historicamente é vista com desigualdade, sendo estigmatizada pela sociedade, o que contribui para sua exclusão do mercado de trabalho, ficando à mercê das expressões da questão social, principalmente a droga e a relação conflituosa presente nas famílias, sendo esses os principais motivos que as levaram ao abandono do lar. Além disso, destacou-se a proteção social pública diante do fenômeno mulher em situação de rua, assim como as demais políticas, como a Política Nacional de Assistência, Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua e o Decreto Nacional para Inclusão da Pessoa em Situação de Rua, que contribuem para o aprofundamento dos serviços ofertados a esse segmento populacional. O local onde se concentrou a pesquisa foi o Serviço de Acolhimento especializado à população em situação de rua no município de Presidente Prudente, que oferta moradia temporária e acompanhamento, para garantir-lhes as seguranças sociais previstas na Política de Assistência Social. O método utilizado foi o materialista dialético, que contribuiu para interpretação e análise dos dados obtidos. Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica, eletrônica e pesquisa de campo. A análise dos dados aponta a dependência química como sendo o fator principal para a contribuição do fenômeno situação de rua, coadunado com um conjunto de outros fatores sociais.

Palavras – chave: Mulher. Gênero. Situação de rua. Questão social. Desigualdade.

ABSTRACT

This research has, as its central theme, the woman on the street and their experiences, the ultimate goal being to understand the daily lives of women, as well as unveiling the reasons that led them to the streets. In developing the survey, it was necessary to conceptualize social issue and its expressions, because we understand that homelessness is coming from the capitalist mode of production, which accumulates capital and generates a diverse set of expressions of the social question, considered, then, as a result of working capital x, which promotes mainly the exclusion from access to certain rights, including the right to income, housing, food, access to health and other relationship. Soon after, talked - about whether the trajectory of women in society, which is historically seen with inequality being stigmatized by society, which contributes to their exclusion from the labor market, at the mercy of the expressions of social issues, especially the drug and the present conflictual relationship in families, these being the main reasons that led to the abandonment of the home. He also pointed to public social protection before the woman phenomenon on the streets, as well as other policies, such as the National Assistance Policy, the National Policy on Homeless People and the National Decree for Inclusion of Persons in Situations Street, contributing to the deepening of the services offered to this population segment. The location where the research was focused Service Host specialized to the homeless population in the city of Presidente Prudente, which offer temporary housing and monitoring to ensure them the social security provided for in the Social Assistance Policy. The method was dialectical materialist who contributed to interpretation and data analysis. Furthermore, literature, electronics and field research was undertaken. Data analysis points to addiction as the main factor for the contribution of the phenomenon homeless, coadunado with a host of other social factors.

Key – words: Woman. Genre. Homeless. Social issue. Inequality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AME - Ambulatório Médico Especializado

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CNDDH - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS POP -Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR - Movimento Nacional da População de Rua

PAIF – Programa de atenção Integral às Famílias

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC – Prestação de Serviços à Comunidade

PSE - Proteção Social Especial

SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa Etária -----	62
Gráfico 2 - Estado Civil -----	63
Gráfico 3 - Número de Filhos -----	65
Gráfico 4 - Vínculos Familiares -----	67
Gráfico 5 - Tempo de Permanência nas Ruas -----	68
Gráfico 6 - Tipos de Substâncias Químicas -----	70
Gráfico 7 - Meios de Renda -----	72
Gráfico 8- Vínculo com o Serviço Socioassistenciais -----	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A POPULAÇÃO DE RUA ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	9
1.1 A Questão Social e Suas Manifestações na Vida do Sujeito Com Destaque na Situação de Rua.....	10
1.2 A Mulher em Situação de Rua e a Questão de Gênero	17
1.3 As Demandas Sociais da Mulher Diante da Questão de Gênero e do Fenômeno Situação de Rua	24
2 A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA DIANTE DO FENÔMENO DE SITUAÇÃO DE RUA	29
2.1 O Direito de Proteção Social Publica Diante do Fenômeno “Situação de Rua”	30
2.1.1 Papel das políticas sociais diante desta proteção	35
2.2 O Direcionamento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua na Defesa dos Direitos do Sujeito.....	39
2.4 O CREAS POP e suas especificidades diante do fenômeno de situação de rua	52
3 SONHOS E REALIDADES: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	58
3.1 Procedimentos Metodológicos	58
3.2 Perfis das Mulheres que Vivem em Situação de Rua Envolvidas na Pesquisa	62
3.3 A realidade da rua revelada por meio da Historia de vida.....	76
3.4 As relações sociais na rua: afetividade ou distanciamento?	86
3.5 O cotidiano das mulheres na rua: necessidades humanas, acesso a direitos, hábitos, rotinas e dificuldades.....	88
3.6 Sonhos e Motivações Para Superação da Situação de Rua.....	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS TEÓRICOS	105

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é caracterizada como uma das expressões da questão social oriunda do capitalismo, que exclui sujeitos considerados improdutivos e incapacitados para o modo de produção, afastando-os do acesso a bens e riquezas socialmente produzidos e ainda proporcionando um patamar de vida onde as diversas mazelas da questão social são expressivas.

Essa população é composta por sujeitos que vivenciam diversas situações, como a pobreza, a ausência ou a fragilidade dos vínculos familiares, que utilizam as ruas como espaços de moradia e sustento, de forma provisória ou permanente, por longos períodos.

Dentre essa população que compõe e vive a situação de rua, destaca-se a mulher, que é o sujeito desta pesquisa e merece atenção específica, devido à sua trajetória histórica, que é composta de um repertório de lutas e manifestações em busca do rompimento da subalternidade e da definição do seu papel na sociedade e no mercado de trabalho.

A mulher em situação de rua é um fenômeno que abrange duas segregações sociais, a questão da mulher e a questão da rua, o que é necessário e essencial à realização de discussões acerca desse segmento, que vem aclarar os determinantes que impulsionaram essas mulheres a vivenciarem a situação de rua.

Sendo assim, o presente estudo justifica a necessidade de desvelar-se o fenômeno mulher em situação de rua, a fim de responder à seguinte problemática: Que fatores corroboram com a vivência da mulher na rua? Coadunado a essa pergunta central, é essencial refletir-se também, sobre os desafios encontrados na rua e ainda identificar-se como são caracterizadas as relações sociais no ambiente da rua, com a família, bem como as possibilidades de vínculos.

A partir desta justificativa, definiu-se como objetivo geral deste estudo analisar e identificar o perfil das mulheres que se encontram em situação de rua, bem como os fatos sociais que corroboram com sua vivência na rua e as possibilidades de acesso aos serviços públicos existentes no município, a fim de contextualizar e dar importância a essa expressão da questão social tão marginalizada e muitas vezes invisíveis aos olhos da proteção estatal.

A partir disto, levanta-se, como hipóteses de pesquisa, primeiramente, que o fenômeno da situação de rua é resultado do modo de produção capitalista, que promove um conjunto de expressões que violam os direitos sociais, principalmente da classe trabalhadora. No entanto compreende-se que, com uma efetiva proteção social pública e com o fortalecimento dos vínculos familiares, podem ser fatores para o enfrentamento desta situação.

Outra hipótese levantada refere-se à questão do uso de drogas, que agrava a situação de rua, quando não é o fator que impulsiona a situação de rua, o que também expõe o sujeito, no caso desta pesquisa, a mulher, a outras situações de riscos sociais como, a violência, a subalternidade, o isolamento, dentre outros.

Para responder-se a essas hipóteses, construiu-se o presente estudo por meio da seguinte estrutura: No primeiro capítulo, abordar-se-á problemática de que a população de rua é uma expressão da questão social. As principais formas da não proteção que essa população enfrenta é a miséria, a desigualdade, a violência, a ausência de direitos e de condições mínimas de sobrevivência, como moradia, alimentação, higienização, acesso aos serviços e outros, impondo-as a submeter-se a condições precárias, para garantir a própria sobrevivência na rua.

A mulher sempre foi vista, equivocadamente, como um ser frágil e inferior aos homens, visto que a questão cultural de gênero vai além do fator biológico, marcada, historicamente, nas relações de poder, obediência e desigualdade, criando conflitos e desordens, o que contribui para a discriminação e a subordinação da mulher, independente de ela estar em situação de rua ou não.

Vale compreender-se o cotidiano, os desafios e as relações estabelecidas entre a população em situação de rua e a sociedade, pois, como se sabe, esses sujeitos são excluídos e mal vistos, sendo vítimas de preconceito, desigualdade social e violência, convivendo com a violação de direitos.

No segundo capítulo, destacar-se-á que, no âmbito das políticas sociais, existem órgãos, projetos e pesquisas que contribuem para o enfrentamento desse fenômeno, tais como: Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua juntamente com o Decreto N° 7.053, de 23 de Dezembro de 2009, Centro POP e Serviço de Acolhimento situado no município de Presidente Prudente / SP.

Porém entende-se que as políticas existentes para esse segmento ainda são insuficientes, no que tange ao acesso a bens e serviços, devido ao

modelo de Estado neoliberal, que vivencia o Brasil, cuja lógica é de amenizar as reivindicações e os movimentos sociais, para manter a ordem, contribuindo para uma visão reducionista das políticas sociais, colocando-as como caridades, e não como direitos.

Sendo assim, mesmo vivenciando um estado ainda reduzido, devido aos aspectos neoliberais, é necessário desenvolver-se um novo olhar para os sujeitos em situação de rua, em que isto deve ser considerado como resultado das lutas sociais da classe trabalhadora, como o caso do movimento da população de rua, que conquistou uma política nacional exclusiva para suas necessidades.

Entende-se que, para compreender a atual situação desse seguimento, é necessária a intervenção dos serviços especializados acima citados, na perspectiva de implementar emancipação e formas de cidadania, visualizando-se como população que possui, em comum, a pobreza extrema, a vulnerabilidade social e os vínculos familiares fragilizados e rompidos. Para isto, é fundamental a existência de uma rede de serviços públicos eficazes na proteção dessas mulheres e que possibilitem a sua emancipação para além da rua.

O terceiro capítulo foi apresentado os dados da pesquisa de campo, realizada com as mulheres que se encontravam no Serviço de Acolhimento, no mês de junho¹, o que tornou possível o levantamento do perfil a partir de gráficos, acompanhados de análises dos dados que nos possibilitaram a identificação das particularidades da mulher, no que tange à situação de rua, traçando aspectos, como idade, estado civil, quantidade de filhos, vínculos familiares, vínculos com os serviços, as substâncias químicas mais utilizadas, a fim de se identificar se há semelhança nos perfis.

Para uma maior aproximação com o objeto da pesquisa, utilizou-se o método história de vida, por se acreditar que o sujeito pesquisado é o protagonista de sua história e que sua narrativa tem um valor incomparável a de qualquer outro sujeito, uma vez que este vive ou viveu o que narra. As narrativas contadas pelos sujeitos da pesquisa possibilitaram a aproximação da realidade, identificando seus fatos sociais e os desafios encontrados no cotidiano da vida nas ruas.

¹ No mês de maio, o CREAS POP atendeu a 16 mulheres que se encontravam em situação de rua. Dentre essas, 5 encontravam-se no serviço de acolhimento, que foram os sujeitos que contribuíram para esta pesquisa.

Dentre o universo dos diversos métodos disponíveis, destaca-se o método materialismo dialético, que é fundamental para a interpretação dos fenômenos que norteiam a sociedade em suas relações sociais, propiciando identificar-se, de forma crítica, a realidade dos sujeitos frente às transformações vivenciadas, tornando possíveis respostas profissionais sustentáveis com base nas legislações, políticas e serviços, contribuindo para o empoderamento e emancipação dos sujeitos.

Foram utilizados, também, métodos acessórios, como histórico e comparativo, acerca das trajetórias vividas pelas mulheres em situação de rua e as relações sociais, no que se refere à questão cultural de gênero. A técnica utilizada, no primeiro e segundo capítulos, foi a documentação indireta, por meio de livros, artigos científicos, documentos e fontes da internet, que possibilitaram os levantamentos históricos que englobam a mulher em situação de rua.

1 A POPULAÇÃO DE RUA ENQUANTO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Neste primeiro capítulo abordaremos sobre o referencial teórico, discutindo em primeiro momento sobre a Questão Social e de que forma os sujeitos da nossa pesquisa são tomados pelos resquícios de suas expressões, apresentando a definição do que é questão social na visão de diversos autores estudados pelo Serviço Social, bem como a comparação daqueles que ficam e estão na rua

Em segundo momento será discutido sobre o tema central desse referido artigo, apontando as demandas enfrentadas pelo sujeitos da nossa pesquisa sendo eles a questão de gênero e a situação de rua, trazendo portanto uma grande problematização de um estigma tão pouco estudado, mostrando as dificuldades enfrentadas por esse segmento e como são vista perante a sociedade atual.

1.1 A Questão Social e Suas Manifestações na Vida do Sujeito Com Destaque na Situação de Rua

Por volta de 1830, na Europa Ocidental, a industrialização foi o grande marco do surgimento da questão social, devido ao forte processo de pauperização, em que a classe burguesa passou a explorar, intensamente, a mão de obra da classe trabalhadora, ofertando, em troca, péssimas condições de trabalho e salários não equivalentes ao serviço realizado e a ausência do bem-estar daqueles que realmente realizam o trabalho.

A questão social pode ser compreendida por meio de diversas abordagens de autores diferenciados, como Faleiros (2005), que define a questão social como sendo uma “expressão das contradições existentes no capitalismo industrial, que se manifesta na luta de classe tanto por transformações econômico– políticas como por transformações na legislação social”.

Tal definição contextualiza a questão social no período em que a classe operária estava manifestando suas primeiras expressões advindas do capitalismo, na luta por diferentes condições de trabalho e por direitos sociais.

Ao abordar o conceito da questão social, Yazbek (2004, p. 179) apresenta uma compreensão diferenciada, privilegiando algumas categorias, como a pobreza, a exclusão social e a subalternidade. “[...] já que considera a questão social como antagonismo e conflitos de classes determinados pela desigualdade estrutural própria da sociedade capitalista.”

Diante desta compreensão da autora, pode-se considerar que a questão social está ligada ao modo de produção capitalista que exclui parte da população, gerando desigualdades sociais e interesses antagônicos, onde uma parte da população luta por melhores condições de trabalho e maior distribuição de renda, enquanto outra quer manter seus interesses de acúmulo de capital e enriquecimento.

Pereira (2000, p 119) define a questão social como um fenômeno que emergiu na Europa, no século XIX. Ou seja, localiza o lócus de emergência da questão social, “[...] no rastro das transformações produzidas pelo processo de industrialização”

A partir disto, vê-se que a questão social era desenvolvida no auge da industrialização da Europa, um período marcado pelo avanço do sistema capitalista no país e no mundo, com as principais discussões direcionadas para o pauperismo e promovidas pela classe trabalhadora, em que questionava o crescimento alastrante desse fenômeno sob sua vida.

Nesta mesma linha, José Paulo Neto (2004, p.42) é um dos autores que define a questão social como algo recente, que começou a ser realizado na terceira década do século XXI e que surgiu, para nomear o fenômeno do pauperismo. O autor define, ainda, que a “pauperização da população trabalhadora é o resultado do capitalismo industrial e cresce da mesma maneira que aumentava a produção”. (Idem)

Diante desse cenário e dos avanços da produção no país, com os impulsos da globalização, a classe trabalhadora reivindica seus direitos, enquanto responsabilidade do Estado frente às diversas situações desiguais vivenciadas por essa classe (ex. fome, pobreza). Essas reivindicações são materializadas por meio do conflito explícito entre capital e trabalho, onde as diversas problematizações são oriundas da exploração de classe sobre classe.

Segundo lamamoto (2012, p. 27),

Questão social apreendida como o *conjunto das expressões* das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Portanto, é por meio das ações coletivas da classe trabalhadora que a questão social toma corpo, porque, a partir do momento em que os proletariados adquiriram consciência de que são sujeitos detentores de direitos e que o Estado é instituição primordial diante da responsabilidade de efetivação desses direitos.

lamamoto (2012, p.25) afirma que a questão social é mera expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e da entrada desta no cenário político da sociedade, que passa a ser reconhecida, tendo seus direitos garantidos, não como caridade ou repressão, mas como cidadania.

Mesmo antes do período de industrialização, de divisão de classes (burguesia/proletariado), a questão social está fortemente inserida no Brasil e possui uma particularidade histórica que permeia desde os primórdios da colonização.

Nesta direção, destaca-se Silva (2008, p.18):

[...] só afirmar a inexistência de organização e de *correlação de forças* como ausência de uma questão *social ainda que latente*, é negar a capacidade e a diversidade dos instrumentos de lutas dos segmentos explorados, apenas reconhecendo a força dos colonos exploradores; é negar a capacidade dos escravizados de resistir à opressão e à exploração.

Diante disto, pode-se observar que a questão social está inserida no Brasil não somente a partir da industrialização mas também durante o período de colonização do Brasil, não podendo negar os conflitos que existiam entre os indígenas e colonos, ainda que a questão social fosse algo não aparente. .

Silva (2008, p. 19) afirma:

Posto dessa forma, compreende-se que, em contextos históricos do passado, nossa questão social estava apenas obscurecida e, quase sempre, denominada, pelo pensamento social conservador, de *problema* ou de *males sociais*. Todavia, a questão social no Brasil ganha certo caráter de legalidade, ou de legitimidade no processo de modernização capitalista[...]

Logo, entende-se que a questão social, no Brasil, era confundida por um pensamento conservador, interpretada como um problema ou mal social, e se legitima apenas no processo de modernização capitalista, fruto da contradição entre o capital e o trabalho.

José Paulo Neto (2004) aponta cinco notas, para conceituar a questão social; e, em sua segunda nota, o autor aborda que o estado passa a criar leis, porém sem a intenção de garantir direitos, mas para manter a ordem capitalista e evitar que a questão social ameaçasse o sistema capitalista.

O cuidado com as manifestações da questão social é, expressamente, desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade moderna. Tem-se aqui obviamente um reformismo para conservar. (NETO, 2004, p.44)

Com isto, vê-se que a questão social deixa de ser entendida apenas como algo ameaçador à sociedade e passa-se a criar leis de proteção aos trabalhadores. Porém a real intenção não era a melhoria de vida das classes sociais, mas manter o sistema de produção em questão. Com isto, há um reformismo, para conservar o capitalismo.

Por meio de pesquisas, sabe-se que a questão social tem, como base, a exploração da relação capital/trabalho, gerando mazelas denominadas expressões da questão social assim como afirma Pastorini (2004, p. 97) [...] as principais manifestações da “questão social” – pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista [...], tal manifestações existem de forma alterada para cada região ou país, levando em consideração o período histórico no qual acontece.

As principais formas de manifestações das expressões da questão social existentes no país podem ser compreendidas por meio da pobreza, da miséria, da desigualdade, da ausência de direitos sociais, das violências, das injustiças, das relações de poder e demais mazelas vivenciadas principalmente pela classe trabalhadora.

Sendo assim, pode-se afirmar que falar desses fenômenos vivenciados pela classe trabalhadora é, sem dúvida, discutir sobre os diversos problemas sociais manifestados na sociedade capitalista e são considerados “comuns” na sociedade salarial.

Tratar sobre a questão social implica em compreendê-la na perspectiva de uma sociedade salarial, que pode ser definida, segundo Castel (1999), como a posição ocupada na condição de assalariado e que define a identidade social.

Dessa forma, a sociedade salarial divide os sujeitos em dois grupos: os burgueses e os proletários, que, no sistema capitalista, são a classe de extrema importância, afinal, é a partir dela que emerge a industrialização, pois só por meio de sua força de trabalho surgem as produções, sendo esses sujeitos condenados a produzir, para sobreviverem, deixando, de lado, o conceito de que assalariados são aqueles sujeitos que recebem por seu trabalho realizado. Segundo Castel(2010) [...], sociedade salarial é sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais têm sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam como salarizados, ou seja, não somente sua renda mas também seus *status*, sua proteção, sua identidade.

Com isto, é possível entender-se que a sociedade salarial não se limita ao salário (capital) recebido pelo trabalhador, ao vender sua força de trabalho. A mesma pode ser compreendida, também, como a posição social desse trabalhador na sociedade, seu papel, suas funções, a identidade que se criou ao longo de sua trajetória, bem como seu status diante da sociedade.

A sociedade salarial é um tipo de sociedade que, sob o manto do capitalismo, exclui uma parte desses trabalhadores e que expõe a situações como a de exclusão social, que antes rotulava esses indivíduos à pobreza, mas que hoje dá a esse conceito uma perspectiva muito mais dinâmica e que leva a uma compreensão mais ampla, colocando a exclusão como uma forma de privação, como a de emprego, meios para participar do mercado de consumo, bem-estar, direitos, liberdade, esperanças e outras coisas que são necessários a uma vida digna, não oferecendo opções, mesmo que pouco prováveis, para uma promoção social.

De acordo com Martins (1997, p.72),

Surge, assim, um enorme problema nacional: os excedentes populacionais, a população sobrando, os excluídos, para os quais não existe lugar estável de trabalho e vida, sendo absorvidos pela economia marginal e precariamente.

Sendo assim, os que se encontram na situação de exclusão social² têm seus direitos violados, vivendo em plena desproteção e insegurança social. Tais sujeitos não são reconhecidos como cidadãos, ou seja, portadores de direitos, e são considerados perigosos à sociedade capitalista.

Exemplo disto é a situação dos sujeitos que se encontram em situação de rua, que são alvo de discriminação, marginalização e exclusão social, por fazerem de locais públicos seu habitat e danificar a imagem das ruas sob a visão do senso comum. Esses sujeitos estão estigmatizados como seres ameaçadores, devido a sua aparência e a seu modo de vida.

Essa população está inserida como particularidade na exclusão social, causada pelo modo de produção capitalista, sendo esses, mesmos sujeitos, uma fração da classe trabalhadora que vivencia as piores mazelas da questão social.

Para melhor compreensão, faz-se necessário definir população em situação de rua. Segundo o Decreto N° 7.053, em seu artigo primeiro:

Art.1º- parágrafo único. Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou

² Por exclusão social estamos entendendo como um estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Castel (2000, p. 22)

permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Com isto, compreende-se que a pessoa em situação de rua é aquela que está afastada do vínculo familiar, que não possui um lar (material) para moradia e por esta razão, fica à mercê dos perigos existentes na rua, tendo seu acesso limitado aos direitos sociais e civis.

Desse modo, é possível entender-se que a população que se encontra em situação de rua ocupa áreas públicas, ficando completamente vulnerável aos fenômenos da natureza, tais como frio, vento, chuva, calor extremo entre outros. Essa população é reservada e estigmatizada perante a sociedade moderna, sendo, assim, resultado de um processo de exclusão.

Nesta concepção, Tiene (2004, p. 38) classifica a população de rua como excluídos,

[...] porque são frutos desse processo de depredação da força do trabalho, que atinge também a própria natureza, tirando o alimento, o abrigo, as condições, até de certa forma, naturais de sobrevivência, concluo que essa população é excluída em dois sentidos: do trabalho (real, concreto, que lhe garantiria a vida material) e como “massa sobrando”, está fazendo dela um modo de vida. De um lado, essa “massa sobrando” faz parte do processo de acumulação (é incluída) e, de outro lado, é excluída do processo de cidadania.

Para a autora, a pessoa em situação de rua encontra-se excluída das formas básicas de sobrevivência, sendo elas moradia, alimentação, assim como também o próprio emprego, que é um meio de garantir a sua subsistência. Essa população, denominada pela autora como “massa sobrando”, torna-se excluída do processo de cidadania, tornando-se “invisível” sob o olhar da sociedade e do estado.

A situação de rua é um fenômeno que está ligado diretamente à sociedade capitalista, devido a esse modo de produção ser excludente e ocasionar a pobreza, tendo, como consequência, sujeitos oriundos das camadas mais pobres, que geralmente não possuem escolaridade e tampouco qualificação profissional.

Isto ocorre, devido às características da sociedade capitalista, que possui uma acumulação da riqueza, não permitindo que a renda seja distribuída de forma igualitária. Logo, a desigualdade aumenta e há uma tentativa, por parte do Estado, de entender essa expressão da questão social como algo comum.

A quantidade de pessoas vivendo nas ruas do Brasil é bastante relevante, conforme Pesquisa Nacional da Pessoa em Situação de Rua, realizada entre agosto de

2007 e março de 2008, por meio de uma parceria entre o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e a UNESCO. Foram contabilizados, nesse período, aproximadamente 50.000 adultos em situação de rua. Esse número não inclui as crianças e os adolescentes que também vivem nas ruas, com os pais ou não.

Observa-se que esse fenômeno advindo da questão social, característico do processo de exclusão em que os sujeitos possuem acesso limitado aos direitos civis e sociais, produz, em um contexto de pobreza, risco social e isolamento.

Como citado anteriormente, a sociedade salarial distingue os sujeitos não somente pela renda que possuem mas também por sua identidade social, levando, em conta, o seu status social. E Furini (2003, p. 95) deixa isto bem claro, quando diz: “Fazer bicos, solicitar doações, ou coletar resíduos sólidos descartados parece não ser considerado trabalho por muitos.”. Portanto, a população em situação de rua acaba sendo determinada pela sociedade como marginais, vagabundos, conscientizando essa população de que ter um emprego fixo será a solução para uma vida melhor, sem desigualdades, sem preconceito.

A sociedade capitalista tem, hoje, tamanha influência sobre os sujeitos, que aqueles considerados “normais” imprimem à população em situação de rua a culpabilidade de sua atual condição de moradia e sobrevivência, fazendo com que a posição que ocupa na sociedade seja o determinante, para haver uma interação pessoal.

É importante destacar-se a diferenciação que há dos sujeitos que estão, que ficam, e os que são da rua; Vieira (1994, p. 93-95) aponta três situações, no que diz respeito à permanência na rua:

FICAR NA RUA: os sujeitos normalmente apresentam uma precariedade em seu modo de viver, seja por desemprego, seja por se deslocarem de uma região a outra em busca de emprego, ou outras situações emergenciais necessárias, por estarem vulneráveis e com medo de dormir nas ruas. Essas pessoas procuram rodoviárias ou lugares públicos de maior movimento, para passar a noite e não ser reconhecidas como os moradores de rua.

ESTAR NA RUA: as pessoas fazem dela o espaço de criação de novos laços afetivos. Isto, porque se tornam familiares na mesma condição em que se encontram, assumindo esses laços afetivos como uma estratégia de sobrevivência, podendo realizar algumas tarefas de rendimento. Esses normalmente são

denominados guardadores de carros, catadores de papel e de latinhas etc. Essas pessoas possuem maior possibilidades de sair das ruas e voltar ao vínculo familiar.

Aqueles que apresentam a rua como moradia fazem dela seu abrigo, seu refúgio. São os sujeitos que pertencem à rua, que podem tornar-se debilitados tanto fisicamente quanto mentalmente, devido ao envolvimento com drogas e álcool, e pelo fato de não se alimentarem adequadamente. Esses, por sua vez, estão mais expostos a sofrer e a praticar violências.

Dentre os sujeitos que vivenciam a situação de SER da rua, encontra-se a mulher que, além de viver essa situação, ainda é alvo das consequências da questão de gênero associado às demais mazelas da questão social. A junção desses fenômenos – situação de rua e gênero faz com que a mulher esteja ainda mais vulnerável, agravando sua insegurança e incerteza sobre proteção social.

1.2 A Mulher em Situação de Rua e a Questão de Gênero

Como tratado acima, a questão social expressa a larga escala de desigualdade social vivenciada pelos sujeitos de uma mesma sociedade, o que dá origem à divisão de classes. A desigualdade social é fato marcante na sociedade brasileira e faz parte do processo constitutivo do país. A questão da mulher, em relação ao homem, não é diferente, o preconceito e a desigualdade entre os sexos permeiam os diversos contextos históricos.

Segundo Canôas (1997, p.50), historicamente, o gênero feminino tem aparecido numa situação de subordinação ao gênero masculino. Essa Subordinação abrange um conceito geral de dominação masculina, onde se encontram vários componentes, como exploração, desigualdade, opressão, repressão, patriarcalismo, machismo e discriminação, como as formas mais usuais do exercício da dominação.

Para-se entenderem as configurações sociais no mundo contemporâneo, faz-se necessário compreender os aspectos históricos e culturais que englobam a mulher em sociedade.

Segundo Saffioti (2004, p.110), neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão

meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo.

Nessa dimensão, a questão de gênero no Brasil surgiu no fim de 1980, colocando homens e mulheres como grupos de papéis diferentes na sociedade.

Neste sentido, o conceito de gênero pode representar uma categoria social, histórica, se tomado em sua dimensão meramente descritiva, ainda que seja preferível voltar à velha expressão categoria de sexo. (SAFFIOTI, 1969 a 1977, p.110)

A questão de gênero vai além do fator biológico do sexo feminino e masculino, implicando, por sua vez, na produção social da própria existência por meio dos padrões socialmente estabelecidos em dado momento histórico, independente de sua vontade, deixando que a realidade determine seu modo de pensar e agir.

Poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros. (IZQUIERDO apud CARLOTO, s.a, s.p)

O contexto de gênero reporta à intencionalidade política dos seres sociais, manifestada por meio da divisão desordenada da produção de cada gênero. Ou seja, são incumbidas às mulheres responsabilidades inferiores às do homem, que não correspondem as suas vontades, sendo subordinadas aos critérios sexistas, racistas e classistas, que interferem na própria sobrevivência dos gêneros.

Neste sentido, a relação de gênero é construída a partir da distinção das atribuições estabelecidas a cada gênero. Saffioti (1992, p. 210) afirma que não se trata de perceber apenas corpos que entram em relação com outro. É a totalidade formada pelo corpo, pelo intelecto, pela emoção, pelo caráter do EU, que entra em relação com o outro. Cada ser humano é a história de suas relações sociais, perpassadas por antagonismos e contradições de gênero, classe, raça/etnia.

Sendo assim, a posição pela qual a sociedade colocou a mulher em subalternidade e inferioridade fez com que a mulher aceitasse as condições existentes no país.

Segundo Marx e Engels (1953, p.69), as relações sociais

[...] são relações mútuas e se estabelecem entre os seres humanos para a produção e a reprodução das condições materiais da existência. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico.

A questão de gênero está intrinsecamente ligada aos acontecimentos históricos e culturais do país, mediante do processo de colonização e da enorme influência da Igreja Católica, contribuindo para o surgimento de um modelo familiar patriarcal e escravagista, onde as mulheres dos patriarcas tinham somente o papel de cuidar da família e do lar, enquanto e as mulheres negras escravas não tinham direitos, pois não eram consideradas como seres humanos. Cabe ressaltar-se que não é somente esse o culpado pelas formas de desigualdades com relação à mulher.

No Brasil, o surgimento do modelo patriarcal familiar, contribuiu expressivamente para a materialização da questão gênero, com relação a inferioridade do homem em relação a mulher, onde o patriarca tinha poder total sobre as mulheres, tanto na esfera privada quanto na pública.

Samara, 2002, apud Cabrall, (2008, p.17), traz:

No início dos séculos XVI e XVII as uniões legítimas, o papel dos sexos estava bem definido, por costumes e tradições apoiadas nas leis, ou seja, o poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família. Contudo, algumas mudanças econômicas que ocorreram a partir dessa época afetaram a sociedade e provocaram alterações no estilo de vida de seus habitantes.

Assim sendo, percebe-se que o modelo imposto pelo patriarcalismo contribui, ainda mais, para o fortalecimento da questão de gênero, pois, a partir desse modelo, são explícitas as relações de submissão e desigualdades sociais entre homens e mulheres, onde as divisões dos papéis de participação na sociedade eram excludentes, pois era destinado à mulher somente o cuidado dos filhos e do lar, não cabendo a elas direito de estudar, entrando em contradição em relação ao homem, já que a este eram atribuídos estudos e cursos preparatórios na área econômica, para obter, ainda mais, poder e controle não só da família mas também da sociedade.

A categoria gênero se reporta a uma construção social que delimita os papéis desempenhados por cada um dos sexos na sociedade. Não é algo taxativo, que dependa da questão biológica entre os sexos, porque uma pessoa pode ter determinado sexo e adotar para si o gênero "oposto". (FOLLADOR, 2009 p.3).

Sendo assim a categoria gênero está relacionada ao papel exercido pelo ser humano na sociedade; é algo que vai além do fator biológico e das diferenças sexuais; está ligada ao papel social, político e cultural exercido nas relações sociais, advindo da influência do patriarcalismo, no qual o patriarca detinha o poder social e econômico da família. Já o papel da mulher era o de propiciar o cuidado da casa e dos filhos, sem direito de trabalhar, estudar, sentir prazer, frequentar algumas ruas e opinar sobre as finanças da família, sendo considerada um ser inferior ao homem.

Esse modelo familiar patriarcal foi o principal manancial de organização social da sociedade, tão forte, que se vem encontrando presente na ideologia das pessoas, até os dias atuais.

Nesta concepção, a partir do século XX, com a chegada das indústrias ao Brasil, mulheres e crianças começaram a ser inseridas no mercado de trabalho, substituindo o trabalho doméstico pelo trabalho fabril remunerado, por serem consideradas mão de obra barata, trazendo uma profunda transformação na vida da mulher e da família, posto que a jornada diária de trabalho era rotineira e cansativa, pois, além de trabalhar fora do ambiente doméstico, tinha que cuidar dos afazeres da casa e dos filhos, caracterizando-se numa dupla jornada de trabalho, com salários desiguais e sem reconhecimentos.

E desse modo, crianças, adultos, dependentes e agregados ajudavam a engrossar a renda familiar. As ocupações mudavam frequentemente, vivendo como podiam e vendendo os excedentes da produção domiciliar para poder sobreviver. Em todos esses lares era comum a liderança feminina, organizando as tarefas, gerenciando os pequenos negócios e exercendo o controle da família, o que, sem dúvida, fugia à regra do modelo patriarcal. (CABRAL, 2008, pag. 20)

Nessa perspectiva, a mulher passou a exercer novas funções que, antes, a ela era privada, como o trabalho fora do ambiente doméstico, que proporcionou a ela uma significativa ruptura com o modelo patriarcal vivenciado. Devido à industrialização e à necessidade de participação dos homens na guerra, a mulher passou a ter mais autonomia sobre suas ações e finanças da família.

Vale ressaltar-se, como mostra Brito e Oliveira (1997, p. 252),

Que a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social. Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino.

Neste sentido, a relação de gênero ganha, ainda, mais força com a chegada das indústrias, pois a mulher era inserida em cargos inferiores, numa longa jornada de trabalho e com remuneração não equivalente à dos homens, enfatizando, assim, a questão de inferioridade, subalternidade e desigualdade entre os sexos, reforçando o pensamento machista e contribuindo para o impedimento de novas habilidades e oportunidades.

Com todas essas questões acima citadas, despertou-se, em algumas mulheres, a vontade de ir além, criando uma nova identidade e mulheres fortes, ativas, que buscavam direitos e igualdade de gênero em todos segmentos da sociedade.

A entrada das mulheres no mundo do trabalho contribuiu, expressivamente, para sua organização nos movimentos sociais, com a perspectiva de melhores condições de trabalho, de emancipação de valores e ideais machistas, bem como igualdade política, econômica e social, reivindicando direitos, como acesso ao estudo e ao voto.

E conseqüentemente, tais avanços das mulheres culminaram nas lutas emancipatórias agitadas pelo movimento feminista, onde a mulher descobriu o direito à liberdade e passou a almejar a igualdade, questionando a discriminação de que sempre foi alvo. (CABRAL, 2008,p. 36)

Desse modo, a organização das mulheres que buscavam a erradicação da discriminação, melhor condição de trabalho, igualdade salarial e igualdade de gênero alavancou o surgimento do movimento feminista. Para Bruschini (1994, p. 82), “feminismo refere-se a uma doutrina ou movimento social, cujos ‘autores’ são mulheres com ideias definidas de liberdade e igualdade”.

Nessa longa trajetória em busca de emancipação, igualdade social e espaço na esfera profissional, a mulher enfrentava e enfrenta, até os dias atuais, a questão da violência, que ocorre quase sempre, no âmbito doméstico.

Na violência de gênero, teoricamente podendo ter como agressor tanto o homem quanto a mulher, na prática a prevalência é, com uma predominância esmagadora, de homens, parentes, amigos conhecidos, raramente estranhos. Os tipos mais difundidos de violência contra a mulher são de violência doméstica e de violência intrafamiliar. É, pois, prudente manter o olhar em direção aos que habitam o mesmo domicílio, a fim de não se dormir com o inimigo. (SAFFIOTI,2004, p.92-93).

Assim sendo, a violência contra a mulher está relacionada principalmente a questões culturais de gênero, em seu processo histórico discriminatório de submissão da mulher ao homem, colocando-a numa posição hierárquica inferior a ele na sociedade. Essa relação de inferioridade não é uma característica somente da relação de violência mas também está presente em todas as camadas de relação, como o homem, que impede a esposa de estudar e trabalhar, restringindo-lhe a ocupação de cuidar da casa e dos filhos.

Dessa forma, essa relação de opressão contribuiu, para evidenciar a exploração e a desigualdade entre os gêneros, rompendo com o pensamento conservador proveniente da sociedade capitalista e gerando mulheres persistentes e ativas em todas as esferas sociais.

A partir de 1932, com a contribuição dos movimentos feministas, as mulheres conquistaram o divórcio, o direito de votar e ser votadas, possibilitando-lhes o acesso aos estudos e cursos, ações pouco estimuladas até a presente data, onde eram destinados à mulher somente cursos de música, canto e outros relacionados aos cuidados da família.

As mulheres brasileiras, como as mulheres de outros países, tem reivindicado seus direitos, procurando superar o papel a elas reservado pela sociedade patriarcal. A casa e a família deveriam ser os únicos interesses de suas vidas; no entanto, movidas pela sensibilidade e inteligência, passaram a fazer reivindicações para superar problemas ligados à condição feminina, e mais tarde, nas lutas, lado a lado com os homens. (CANÔAS, 2010, p.79).

Portanto, os movimentos feministas são compostos por mulheres que reivindicam direitos de liberdade e igualdade perante a sociedade, em busca do reconhecimento da equidade entre os sexos.

O feminismo, no Brasil, vem adquirindo várias formas de lutas, com diversas bandeiras e diversas faces. Sardenberg e Costa (1994, p. 95) descrevem que “o movimento já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista, sendo importante ressaltarem-se os principais movimentos”:

O movimento sufragista no Brasil, ocorreu a partir da conquista do voto em países como a Inglaterra e EUA, que deram forte contribuição para a luta das mulheres brasileiras no mesmo sentido da obtenção do direito ao voto.

O movimento anarquista, também chamado de anarco-feminismo-socialista, por ser uma direção do anarquismo e o movimento socialista, busca uma sociedade não autoritária. Para Mendes (2014),

[...] baseada na cooperação, no cuidado, no apoio mútuo e no amor livre. Ou seja, almeja o que muitas feministas chamam de “feminização” da sociedade, o que, para as anarco-feministas, não pode ser alcançado na sociedade capitalista, onde há igualdade somente do ponto de vista formal (liberalismo).

Diante disto entende-se que esse movimento era contra o modo de produção capitalista, pelo fato do mesmo não garantir formas de alcance de uma feminização da sociedade, pois esse tipo de produção não permite igualdade econômica e social. O movimento tem, como objetivo, direitos iguais, incluindo direitos de ter ou não filhos.

Nesta direção, ressalta-se, que segundo Teles (1993, p.10), “No decorrer do tempo, o feminismo manifestou-se de formas variadas, todas elas estreitamente dependentes da sociedade em que tiveram origem e da condição histórica das mulheres.”

Portanto, compreende-se que, diante do surgimento das demandas da mulher frente à sociedade, os movimentos sociais feministas se manifestaram de formas e contextos históricos dinâmicos, buscando respostas para suas necessidades.

A partir desse cenário, de mulheres cada vez mais participativas nos contextos sociais, surgiram em 1933, os primeiros conselhos Estaduais da condição feminina e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com o objetivo de traçar políticas públicas para as mulheres.

Todas essas conquistas são resultado de lutas, que venceram barreiras culturais, econômicas e sociais. A criação do Conselho Nacional dos

Direitos da Mulher e a Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher foram um grande avanço para a categoria, já que muitas sofriam caladas, as agressões físicas, psicológicas e sexuais por seus parceiros, surgindo, em setembro de 2006, a Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, com o intuito de erradicar atos de violência contra a mulher.

Os avanços que ocorreram na história não foram suficientes, para quebrar paradigmas e desigualdades que estão presentes até os dias atuais; as relações sociais ainda são marcadas pela desigualdade de gênero e exclusão.

Como se viu acima, a dimensão histórica e a realidade em que a mulher se encontra inserida, esta em constante transformação, assim como também a potencialização que elas vão constatando em si mesmas. No entanto ainda há dificuldade, para traçar-se o perfil identitário da mulher, já que ainda existe, mesmo que pequena, a adversidade de gêneros.

A mudança na vida das mulheres se deu a partir do momento em que elas saíram de dentro dos lares, tomando lugares no mercado de trabalho, fenômeno que ainda traz mudanças tanto na vida social quanto na econômica.

A mulher contemporânea tem de ser bem-sucedida nas suas atividades profissionais, considerando que tudo na disputa do mercado de trabalho é mais difícil para a mulher do que para o homem, desde a obtenção de emprego até galgar posições hierárquicas superiores que dão destaque profissional. (VIEIRA, 2005)

Mesmo com toda a luta que a mulher já enfrentou, para garantir seu papel ativo na sociedade, ainda existe uma cobrança e questionamento quanto as suas potencialidades, fazendo, assim, com que elas busquem o destaque nas mais diversas áreas em que o ser humano pode atuar.

1.3 As Demandas Sociais da Mulher Diante da Questão de Gênero e do Fenômeno Situação de Rua

Conforme contextualizado no item acima, a questão de gênero teve seu início no patriarcalismo, sendo referenciado por meio do papel social, político e cultural no qual a mulher vivenciou e vivencia em suas relações sociais, pois as lutas, os movimentos e as conquistas não foram suficientes, para quebrar

paradigmas e erradicar com a desigualdade entre os sexos, patentando estudos relacionados ao tema.

A sociologia, a antropologia e outras ciências humanas lançaram mão da categoria gênero para demonstrar e sistematizar as desigualdades socioculturais existentes entre mulheres e homens, que repercutem na esfera da vida pública e privada de ambos os sexos, impondo a eles papéis sociais diferenciados que foram construídos historicamente, e criaram polos de dominação e submissão. (TELES, 2003 p. 16).

Com isto, é possível compreender-se que as relações desiguais fazem parte de um processo histórico e cultural que influencia a vida pública e privada dos sujeitos, impondo-lhes a eles papéis diferenciados enquanto sujeitos coletivos, deparando-se com as diversas formas de desigualdades, sendo elas: a exploração da subalternidade, da violência, da desigualdade salarial e ocupacional entre outros, permeando e refletindo nas diversas esferas sociais.

As mudanças na sociedade atual tiveram impacto nos valores tradicionais no que diz respeito à família e, a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho, essas passaram a contribuir com o orçamento da casa e ainda são responsáveis pela reprodução familiar, sendo-lhes também incumbido o papel dos cuidados domésticos.

Em qualquer análise sobre o trabalho da mulher, um aspecto crucial é o da sua posição na divisão social do trabalho. Prioritariamente definida a partir das funções biológicas, tal posição a condiciona, de um lado, à execução de uma série de afazeres domésticos para a família; de outro, a ocupar principalmente cargos subalternos na hierarquia produtiva. (CORREA, 1992, p. 40)

Contudo, além dos papéis de subalternidade no mercado de trabalho, a mulher tem em sua formação, valores que reforçaram a subalternidade perante o homem. Também nos seus papéis na relação familiar entenderem-se, melhor, as representações sociais entre os sexos, ocasionando a subordinação da mulher ao homem.

A subordinação da mulher ao homem mostra que as relações entre homens se produzem e se reproduzem dentro do processo social como um todo, e a maneira como estas relações se produzem e reproduzem, em detrimento das mulheres. (NASCIMENTO, 2002, p.01).

Essa subordinação da mulher em relação ao homem se materializa, também, nos indivíduos que se encontram em situação de rua. A mulher é alvo dos companheiros que se encontram na mesma situação, sendo, às vezes, usada como “objeto” para a sensibilização da sociedade diante do ato da mendicância.

Essa concepção de fragilidade do gênero feminino pode contribuir para o surgimento de uma das demandas sociais vivenciadas por mulheres, com destaque nas que estão na rua, como no caso do assédio moral e sexual, provocado por homens que também vivenciam a situação de ruas, e pelos demais, pois, dentro de uma sociedade machista, a crença de que a mulher deve satisfazer suas necessidades sexuais, mesmo contra sua vontade, é bastante nítida, talvez por considerá-la objeto de prazer e pela condição de usar o corpo como meio de trabalho e sobrevivência, sendo sujeita à violência física e sexual, por não ser considerada sujeito de direitos.

Tiene (2004, p. 133) traz, em sua obra, relato de uma mulher em situação de rua, na qual expõe que “Todos os homens acham que podem fazer sexo com todas as mulheres. E não é isso. Não é só isso.” Sendo assim, percebe-se que a violência urbana é real na vida de qualquer mulher, mas entende-se que a mulher em situação de rua está muito mais vulnerável a essas violências, por estar na rua.

Dessa forma, a mulher que vivencia a situação de rua pode estar vulnerável a qualquer tipo de violência, com destaque para a física e sexual; e isto se dá pela influência de uma sociedade patriarcalista, generalista, que contribui para a relação de subalternidade entre os gêneros.

Embora a mulher que vive e mora na rua mantenha valores individuais, ela também é capaz de construir formas alternativas de relações no seu confronto com o homem. Ela sofre abusos e ameaças para se submeter sexualmente, numa situação muito desigual. (TIENE, 2004, p. 135).

As mulheres que vivem nas ruas se sujeitam a tal violência dos companheiros de rua, devido à sensação de proteção que os mesmos transmitem a elas, optando por ter amizades mais com homens do que com mulheres. O que comprova essa afirmação é o depoimento de uma mulher em situação de rua, extraído pela autora Tiene (2004 p. 137), que realizou a pesquisa intitulada a partir das investigações e análises sobre as moradoras na rua, durante o ano de 2000, na cidade de Campinas / SP.

“Na rua o homem sabe se proteger. A mulher não. Você tem que arrumar um companheiro porque se não os caras se aproveitam de você. Ainda mais vendo uma mulher na rua, um companheiro te bate, te da “porrada” mas te protege. Senão aparecem outros e ai não é fácil. Quando estão drogados se aproveitam da gente!”

Tornam-se evidente as relações sociais estabelecidas, na maioria das vezes, com o sexo masculino. Devido a essa proteção que os mesmo transmite a elas, mesmo com a relação de violência e de opressão, o homem complementa, melhor, as necessidades da mulher.

Até mesmo a violência, as humilhações e o sofrimento pelos quais passam as moradoras na rua parecem ser superados pela possibilidade de ter uma independência com relação à pressão de familiares, do isolamento e do cotidiano do doméstico que oprime e massifica. Isso surge que a rua é lugar de reconstrução para algumas mulheres. (TIENE, 2004, p.126).

Contudo vale a pena apontarem-se as demandas específicas da mulher em situação de rua. A questão da moradia, das dificuldades de sobrevivência e as relações sociais vivenciadas por elas apontam as dificuldades e os desejos que as mantêm encorajadas a superarem a atual condição.

Considera-se, ainda, que a questão da higiene, para a mulher, é ainda mais complicada em relação ao homem, pois existem muitos aspectos específicos dela que as dificultam estar nas ruas. Geralmente a mulher é mais vaidosa e se preocupa, mais, com a higiene e com a aparência, o que contribui para diversos desconfortos, como a questão do ciclo menstrual e a falta de acesso à higienização necessária, para suprir suas necessidades, expondo-as a situações vexatórias, que as conduzem à baixo autoestima e à sensação de inferioridade.

As mulheres que são da rua vivem em constante vulnerabilidade e risco social, pois a moradia que escolhem como abrigo não possui o mínimo de segurança e proteção contra as diversas formas de violência urbana presentes na atual sociedade brasileira.

São muitos os cantos que o ambiente urbano oferece para esconder as coisas “feias”: privadas ou públicas, coisas inúteis ou desgastadas, abandonadas ou descartáveis. Junto, escondem-se também pessoas, as mais excluídas e as mais marginalizadas. (TIENE, 2004, p.114)

Neste sentido, os lugares abandonados são centros de refúgios para a população de rua, que se refugia, construindo barracos de lonas, de materiais

recicláveis e de objetos encontrados nos lixos, caracterizados como moradias precárias e improvisadas, marginalizando as mulheres que ali constroem suas vidas.

A realidade vivenciada pelas mulheres é de lutas para a sobrevivência nas ruas, como a miséria, a violência, as drogas e a prostituição. Porém há a existência de laços afetivos, de amor e de esperança, com os que estão nas ruas, pois formam grupos organizados, que passam a ser a única referência de família que tem, em comum, a vontade da própria superação.

Entende-se que as condições precárias em que se encontra a mulher em situação de rua é um fator que contribui para o uso de drogas, lícitas e ilícitas, tornando-as pessoas agressivas, levando-as a praticarem roubos e furtos para a manutenção das necessidades vivenciadas nas ruas. “A droga (tráfico intermediária e uso) existe em muitos cantos, principalmente em mulheres jovens e por isso, , batem, apanham e morrem”. (TIENE, 2004, p. 143).

O uso desenfreado da droga e do álcool está presente no cotidiano da maioria das mulheres em situação de rua, o que contribui, para deixá-las mais expostas e mais agressivas em suas relações sociais.

O estar na rua como consequência dessas e de outras adversidades sofridas desde o nascimento parece desencadear um processo de enfrentamento à opressão com muita brutalidade oferecendo poucas possibilidades de volta a uma sociedade considerada de “padrões normais”. [...] O lidar com essa realidade opressiva que encontram tanto na casa, espaço mais privado, como no espaço institucional de caráter público, onde foram inseridas, pode ser um fator determinante que leve ao desenvolvimento da autodestruição, com o uso de bebidas alcólicas e de drogas. (TIENE, 2004, p.144).

Dentre essas demandas acima citadas, é-se levado supor que, além do fator do tráfico e do uso de droga, a mulher em situação de rua esta mais vulnerável a doenças sexualmente transmissíveis, pelo possível fato de expor sua sexualidade como meio de sobrevivência, recorrendo à prostituição.

Neste sentido, entende-se que essas são apenas poucas das inúmeras demandas e dificuldades vivenciadas pelas mulheres que vivem em situação de rua. Muitas delas trazem consigo a questão da separação e ruptura dos laços familiares, a dor da separação dos filhos que tinham antes, de irem para as ruas e dos que são constituídos nas ruas, acarretando, ainda mais, a fragilização e a sensação de inutilidade de seres descartáveis, que não possuem sentimentos e, muito menos, direitos e acesso às políticas públicas.

Portanto, conhecer e entender a população e moradores na rua no processo de “inclusão na exclusão” continua sendo um desafio deste novo milênio. Enquanto se buscam mudanças mais radicais nas relações econômicas, políticas e sociais, a dignidade das pessoas deve, pelo menos, ser preservada. (TIENE, 2004, p.159).

Por mais que o movimento de população em situação de rua tenha alcançado algumas conquistas, como centros especializados, a população de rua ainda vive em constante humilhação e preconceito perante a sociedade, na qual o Estado tenta promover uma política direcionada à mulher, mas que ainda não contempla todas as suas demandas, como, no caso, a mulher em situação de rua.

Como exemplo disto, é válido destacar-se a Secretaria de Políticas para mulheres³ (SPM), que mantém seus esforços sob as demandas sociais vivenciadas pelas mulheres, que têm como principal objetivo “Promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente”, segundo o site dessa secretaria. Sobre o assunto da proteção social pública, este será tratado no capítulo a seguir, posto que o objetivo deste estudo é a mulher em situação de rua, por ser imprescindível refletir-se sobre a proteção ofertada a este seguimento.

2 A IMPORTÂNCIA DA PROTEÇÃO SOCIAL PÚBLICA DIANTE DO FENÔMENO DE SITUAÇÃO DE RUA

O presente capítulo abordará algumas reflexões sobre o conceito de proteção social pública, desenvolvida pelas Políticas Sociais voltadas à população em situação de rua, onde será discutida a ineficácia do Estado diante do modelo neoliberal, frente às expressões da questão social.

Discutir-se-á, também, brevemente, a importância da Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua no que tange à defesa dos direitos, pontuando a política de assistência e suas proposituras diante desse

³ Secretaria de Políticas para as mulheres, desenvolve três principais ações: “(a) Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; (b) Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e (c) Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade”. Tais programas são caracterizados como possíveis ações de intervenção para promover espaços de enfrentamento e acesso a direitos nas políticas públicas existentes, como forma de proteção para elas que sempre foram alvos de discriminação e subalternidade. Disponível em <http://www.spm.gov.br/sobre> acesso em 12 abr 2014

fenômeno. Por fim, conceituar-se-á o Centro POP e suas especificidades no atendimento à mulher.

2.1 O Direito de Proteção Social Pública Diante do Fenômeno “Situação de Rua”

Diante das desproteções vivenciadas pelos sujeitos, dentre eles a população de rua, nada mais justo discutir-se sobre a proteção social pública considerada como o campo em que os direitos sociais devem ser garantidos e efetivados.

Desse modo, ter-se-á, como marco inicial das discussões, a proteção social pública promulgada na Constituição Federal de 1988⁴, que institui o sistema de proteção social brasileira – a seguridade social.

Por proteção social pública, entende-se como sendo um conjunto de políticas públicas que visam à garantia de acesso aos mínimos sociais, sendo eles denominados o tripé da seguridade social: Assistência, Saúde e Previdência.

Jaccoud (2009, p.58) define proteção social como sendo “um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para a provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco social ou privações sociais”. Neste sentido, entende-se que a proteção social é um meio de inclusão para aqueles que se encontram em situações de risco ou de vulnerabilidade social.

A proteção social brasileira é instituída pelo tripé da Seguridade Social e emergiu em 1988, com a CF, para dar respostas às expectativas da sociedade no que diz respeito a direitos sociais de cidadania, como prevê o Art. 194 desta constituição: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A partir desse contexto, a previdência social se restringe aos trabalhadores que contribuem, pois é caracterizada como uma política contributiva,

⁴ Ulissys Guimares denominou esta Constituição Federal como a constituição cidadã, pois era a favor de um modelo constitucional econômico democrático, direcionado à realização da justiça social, instituída, para garantir direitos até então rejeitados a sociedade no período de ditadura militar da qual o Brasil havia acabado de sair.

diferente da saúde, que se caracteriza como uma política universal, sendo direito de todos e dever do Estado, enquanto a Assistência Social é prestada a quem dela necessita com o intuito de reduzir as desigualdades sociais e a pobreza extrema.

A proteção social pública estabelecida pela Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico e uma grande conquista para a sociedade, por possibilitar a expansão dos direitos sociais.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASL. Constituição, 1988)

Neste sentido, os direitos sociais existem, para assegurar aos indivíduos condições mínimas de sobrevivência e pleno acesso a moradia, educação, saúde, trabalho e outras, a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária nas esferas políticas, sociais e econômicas, diminuindo o preconceito de raça, idade e sexo.

Esses fatores são caracterizados como direitos humanos fundamentais, ou seja, essenciais para uma vida digna e de qualidade para os que são considerados mais fracos, com o intuito de diminuir as desigualdades originadas do modo de produção capitalista.

Mesmo com todos esses direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988, entende-se que isso nem sempre ocorre de maneira efetiva, pois ainda, em muitos serviços, como na saúde, na educação e na moradia, não são executados com qualidade e como possível forma de diminuição da exclusão social, da pobreza e demais fenômenos que vulgarizam e violam o direito de cidadania.

[...] no Brasil, embora haja uma estrutura formal de proteção social (estabelecida pela Constituição como Seguridade Social), potencialmente capaz de combater a pobreza e diminuir as desigualdades, o raio de ação de tal estrutura ainda é restrito e insuficiente para enfrentar as imensas carências que assolam a população. (VIANNA, 2005, p.89).

Tendo em vista a ineficácia do Estado em garantir acesso a direitos sociais, encontra-se a população em situação de rua, que pode ser compreendida como um dos conjuntos da população que mais vivencia e retrata a violação de direitos. Dentre esses, dá-se destaque à mulher que se encontra em situação de rua.

A mudança para construção de uma sociedade de direitos e de reconhecimento social da igualdade que as pessoas possuem, ainda é um caminho a ser feito. Retomar o espaço político construído pelo trabalho, pela vida dos que são excluídos dos bens sociais, como direito e não como benesses. Tornar público dar visibilidade à situação dos/ as moradores/ as na rua, para autoconstrução de sujeitos com vez e voz. (TIENE, 2004, p.72).

A inexistência da relação das mulheres em situação de rua com o trabalho formal contribui para a visão de seres não produtivos e, portanto, inúteis para o mercado e para a sociedade capitalista, por não gerar nenhum tipo de lucro, somente “poluindo” a imagem da cidade.

A partir desta concepção, Santos (2002) afirma:

São poucos os indivíduos que compõem a população de rua brasileira e que conseguem acessar proteção social via previdência social, uma vez que grande parte deles não se encontra inserida em relações estáveis de trabalho, com registro em carteira. Desse modo, destaca-se que a população de rua dispõe de uma relação mais direta com os bens e serviços prestados pela assistência social, principalmente no que se refere aos serviços de acolhida temporária- abrigos e albergues- sendo bastante reduzida a percentagem de indivíduos que conseguem acessar programas e benefícios sociais.

Diante do exposto, entende-se que a população em situação de rua é norteada pela assistência social, por ser caracterizada como referência aos que se encontram em vulnerabilidade e risco social e por terem ações específicas para essa mazela da sociedade. Conforme os ditames da Política Nacional da Assistência Social (2004), a realidade brasileira mostra que existem diversas situações socioeconômicas que induzem à violação de direitos e contribui para a geração de outros fenômenos, como a população de rua, que está nessa condição, não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social.

Sendo assim, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.29) descreve o serviço especializado para pessoas em situação de rua como:

Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e /ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

Assim sendo, essa tipificação contribui, para nortear os serviços prestados a essa população, com o intuito de assegurar-lhe um atendimento

adequado, promovendo a autonomia e o acesso aos direitos sociais a esse segmento da sociedade.

No que tange à saúde, entende-se que é caracterizada de forma universal, porém nem todos são recebidos de forma igualitária, pois o preconceito e a discriminação vivenciada pelos indivíduos em situação de rua permeiam em todos os serviços públicos de saúde, afastando-as, cada vez mais, do acesso à saúde.

Neste sentido, destaca-se os consultórios de rua, caracterizados como uma ação do Sistema Único de Saúde (SUS), que visa a ampliar o acesso da população de rua, de forma integral, à saúde, por meio de uma equipe básica adequada, como assistente social, psicólogos e profissionais da saúde.

Conforme o Portal da Saúde⁵ (s.a, s.p),

As equipes de Consultórios na Rua (eCR) devem realizar as atividades de forma itinerante e, quando necessário, utilizar as instalações das Unidades Básicas de Saúde (USB) do território, desenvolvendo ações em parceria com as equipes dessas unidades, e devem cumprir carga horária mínima semanal de 30 horas. O horário de funcionamento deve se adequar às demandas das pessoas em situação de rua, podendo ocorrer em período diurno e/ou noturno, em todos os dias da semana.

Entende-se que todo indivíduo precisa viver dignamente e que o Estado é o principal responsável pelo cumprimento dos princípios constitucionais preconizados pela constituição federal de 1988, que visa a proporcionar a todo cidadão o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, em específico àquelas que se encontram em risco social, como é o caso da população de rua.

Sendo o Estado o principal responsável por garantir o pleno acesso a políticas sociais existentes na camada mais vulnerável da sociedade, há questionamento quanto a seu efetivo funcionamento e papel. O Brasil vive, em seu cenário, um Estado neoliberal, advindo do capitalismo, que configura todo o contexto social, político e econômico da sociedade, que caracteriza os indivíduos pela capacidade produtiva de acumulação da mais valia, excluindo aqueles considerados improdutivos, no que tange ao acesso a bens e serviços.

O Brasil vivenciou grandes conquistas com o advento da seguridade social, porém esse modelo, que é fragmentando entre seguro (contributivo) e

⁵ Portal da Saúde. Disponível em http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_Rua.php. Acesso em 26 abr 2014

assistência, contribui para a exclusão de acesso aos direitos fundamentais de uma grande parcela da sociedade.

O sistema de proteção social criado em torno dessa proposta foi sendo construído a partir de um amplo aparelho burocrático estatal e com inúmeras repercussões nas legislações que foram surgindo no mundo. Seu suporte estava fundamentado no desenvolvimento pleno da economia, o que permitia o investimento por parte do Estado em sistemas de políticas sociais. A sua consolidação aconteceu de maneira diversa, uma vez que em países onde os trabalhadores tinham forte estrutura sindical, foi possível avançar mais concretamente na área dos direitos. Em compensação, nos países de baixa mobilização, e neles estão incluídos os de economia periférica como o Brasil, a proteção social teve grandes dificuldades de se constituir como sistema. (COUTO, 2010, p.67)

Entende-se que essas características específicas do Estado neoliberal, que defende a estabilidade monetária e a acumulação do capital, reduz, expressivamente, os direitos sociais conquistados, legalmente, pelos indivíduos, na perspectiva de redução de gastos sociais, rebatendo, principalmente, nas políticas sociais, seguridade social, contribuindo para a mercadorização da saúde e o afunilamento da assistência social para quem dela necessitar, tornando-a focalizada e vista pelo senso comum como uma política específica para a população em situação de extrema pobreza. Já a previdência é caracterizada somente para os indivíduos que gozam de trabalho formal.

Portanto, o Estado liberal foi campo fecundo para o exercício dos direitos civis e políticos, compreendidos aqui como direitos que, ao serem proclamados, são dirigidos a uma parcela da população, sendo tarefa da sociedade a luta por amplia-la desde sua criação. (COUTO, 2010, p.63).

Nesta concepção, reforça-se a ineficácia do Estado diante do seu papel de promover a proteção social, justamente por exercer as políticas sociais sob o cunho neoliberal e sob a ótica de um mercado funcional acumulativo, e, paralelamente, investimentos mínimos para o social e para o trabalho.

Sendo assim, Soares, apud Couto (2010, p.70), aponta:

Em síntese, esse novo modelo de acumulação implica que: os direitos sociais perdem identidades e a concepção de cidadania se restringe; aprofunda-se a separação público-privado e a reprodução é inteiramente devolvida para este último âmbito; a legislação trabalhista evoluiu para uma maior mercantilização (e, portanto, desproteção) da força de trabalho; a legitimação do Estado se reduz a ampliação do assistencialismo.

A partir do exposto, entende-se que a pobreza, as desigualdades sociais e a expansão dos direitos sociais, a partir do Estado neoliberal, são erroneamente entendidas a partir da evolução econômica do país. Ou seja, as expressões da questão social serão corrigidas a partir do desenvolvimento da economia capitalista, o que contribui para o surgimento das inúmeras mazelas da sociedade, que exclui os que são chamados de incapacitados e improdutivos. Dentre eles, está a população de rua com ênfase no sujeito do trabalho, a mulher.

Essas transformações acima citadas tiveram maior rebatimento nos indivíduos que vivenciam as mazelas do capitalismo, que trazem, em sua trajetória histórica, a questão da pobreza, da exclusão social, do preconceito, da falta de trabalho, de moradia digna e de acesso à saúde de qualidade. São sujeitos que sofreram com as transformações no mundo do trabalho, que viveram o desemprego estrutural e que foram denominados como a classe subalterna pela sociedade burguesa, que vivem, em seu cenário social, a desproteção diante do Estado.

2.1.1 Papel das políticas sociais diante desta proteção

A partir da oposição entre exclusão/vulnerabilidade social/ proteção social, pode-se pensar no papel das políticas sociais diante das expressões da questão social como uma possível integração da sociedade no acesso aos direitos.

Tendo em vista o modelo neoliberal que se configura o Brasil, é válido desvincularem-se as políticas sociais não como ações de benefícios, mas, sim, como direito e respostas do Estado frente às inúmeras reivindicações e demandas emergidas por desse modelo, com o intuito de sanar os movimentos sociais existentes.

As políticas sociais no Brasil estão relacionadas diretamente às condições vivenciadas pelo País em níveis econômico, político e social. São vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, em alguns momentos, em outros como conquistas dos trabalhadores, ou como doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1991, p.8).

Certamente as políticas públicas existentes não são compatíveis, para promover a cidadania e assegurar direitos, devido ao ideário social de

individualidade, focalista e seletivo, contribuindo para a visão errônea da população, que as políticas sociais são caridades estatais, e não dever.

Neste sentido, surgem as políticas sociais, para dar respostas às necessidades sociais por meio de programas e ações voltadas para específicas esferas da sociedade, cabendo ao Estado a implementação e manutenção dessas políticas, tendo em vista diminuir as desigualdades sociais expressas pelo capitalismo.

A primeira vista política pública e neoliberalismo parecem ser dois conceitos excludentes ou, no mínimo, inconciliáveis. Isso porque, enquanto as políticas públicas são rapidamente associadas ao Estado, o neoliberalismo é associado ao mercado. Efetivamente, se tomarmos como referência a polarização entre Estado e mercado, veremos que as teses neoliberais sempre pregaram a diminuição do tamanho e das funções do Estado, para dar espaço ao mercado. Nesta ótica, ao Estado restava desenvolver tarefas específicas de policiamento, segurança pública, justiça, preservação da moeda e assessoramento técnico, e às políticas públicas, caberiam atividades restritas de atendimento focalizado e seletivo a demandas e necessidades sociais. (PEREIRA, 1996, p.29)

As políticas sociais determinam o padrão de proteção social, guiadas pelo ideário neoliberal, que é caracterizado pela seletividade na prestação dos serviços e inclusão nos programas. E o que se pode constatar é que esse modelo impõe que cada indivíduo garanta seu bem-estar, ao invés do Estado.

Sendo assim as políticas sociais existentes são políticas que foram criadas para garantir direitos. Também se entende que foram constituídas, para controlar apenas as lutas e os movimentos sociais, pois grande parte da população ainda continua miserável e dependente dos benefícios públicos, por não contribuir para a emancipação e autonomia dos sujeitos.

Portanto, a partir da Constituição Federal de 1988, ocorreram significativos avanços com relação às políticas sociais, ampliando os direitos, como saúde, assistência e previdência. Entretanto entende-se que não foram suficientes, para eliminar a pobreza e a exclusão social, pois cada vez mais se encontra um Estado fraudulento e omissivo nos repasses dos recursos financeiros, contribuindo para um mercado altamente seletivo e excludente.

Na realidade vigente, o desrespeito às leis complementares da Constituição tem sido a tônica de vários governos, conseqüentemente temos o descaso com a população trabalhadora e assim as políticas sociais continuam assistencialistas e mantêm a população pobre, grande parte miserável,

excluída do direito à cidadania, dependente dos benefícios públicos, desmobilizando, cooptando e controlando os movimentos sociais. (PIANA 2009, p.40).

Nesta perspectiva, o modelo neoliberal de Estado desempenha seu papel voltado para o acúmulo de riqueza e a expansão do capitalismo, favorecendo a classe burguesa, que detém os meios de produção e o poder, enquanto a classe que produz a riqueza é marginalizada e empobrecida, ficando à mercê das políticas sociais que contraditoriamente é transformada em um vínculo de dependência, impedindo a construção da autonomia dos sujeitos.

Tal realidade se caracteriza como um grande desafio para os Assistentes Sociais, que trabalham em busca da cidadania e emancipação dos sujeitos, enquanto o Estado visa somente a administrar a expressão da questão social, como forma de inquietar a sociedade.

Desse modo, com o intuito de qualificar as políticas públicas, de forma que atinja toda a população, Pierson (1991), apud Pereira (1996, p 132), aponta importantes contribuições para uma política eficaz:

- (A) Identificação dos princípios que fundamentam a política: seletividade ou universalidade;
- (B) Identificação do tipo de pobreza a ser enfrentada pela política: absoluta (baseada na renda e em outros indicadores de desigualdade social), ou ambas;
- (C) Identificação do caráter da distribuição de bens e serviços sociais: regressivo ou progressivo;
- (D) Identificação do nível e da qualidade do atendimento oferecido: mínimo, acima do mínimo ou ótimo;
- (E) Identificação dos impactos da política na estrutura da oferta: dualização ou nivelção;
- (F) Identificação da natureza da oferta da política: como favor ou como direito;
- (G) Identificação das consequências da oferta da política: estigma ou melhoria do “status” do cidadão;
- (H) Identificação dos mecanismos de controle na oferta da política: comprovação constrangedora de pobreza ou não;
- (I) Identificação do tipo de pluralismo embutido nas proposituras de parceria na realização da política: residual ou institucional.

Esse posicionamento contribui para políticas públicas universais, na perspectiva do direito, e não como benefício que atinja toda a camada da população, contribuindo para um novo cenário da sociedade.

Dessa forma, as políticas sociais devem possibilitar acesso a toda a população, independente da classe social, porém o precário investimento

orçamentário nessas políticas as torna ineficazes, no que diz respeito a tamanha desigualdade social existente no Brasil.

Considerando o contexto neoliberal, tem-se, como hipótese, que ainda existe uma insuficiência da proteção social pública, promovida pelas políticas sociais, na direção do atendimento das demandas sociais da população, indiferente à sua condição social.

Contudo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo quinto, aponta:

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Sendo assim, entende-se que a mulher em situação de rua faz parte do conjunto desses cidadãos e tem o direito de ter acesso ao estabelecido na Constituição Federal.

No entanto é necessário frisar-se que a evidência da violação dos direitos, justamente pelo modo de vida que a população de rua vivencia, onde o preconceito, a exclusão e os estigmas são presentes em suas vidas. A mulher e os demais indivíduos em situação de rua são estigmatizados, porque considerados quase inumanos pela sociedade e pelo Estado, que deveria destinar políticas específicas de qualidade para essa parte vulnerável da população.

Considera-se que a má distribuição de renda imposta pelo capitalismo neoliberal, dificulta a implementação de políticas públicas voltadas para a população de rua, no que tange ao acesso a educação, saúde, habitação, trabalho e lazer, o que contribuirá, significativamente para o desenvolvimento da autonomia desses sujeitos tão esquecidos pelo Estado.

No entanto em 2005 foi realizado o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, juntamente com os movimentos sociais, que representam esse segmento, a fim de discutir os desafios e estratégias das políticas públicas que vêm de encontro às propostas neoliberais, enfatizando os direitos sociais dessa população, resultado na construção de uma política específica.

Todos esses avanços conquistados pela população em situação de rua contribuíram para a implementação de uma Política Nacional para a inclusão social da população em situação de rua, que aponta diretrizes e objetivos, tendo em vista

possibilitar a inserção desses sujeitos nas demais políticas públicas e na sociedade, contribuindo para a efetivação dos direitos desse segmento populacional.

2.2 O Direcionamento da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua na Defesa dos Direitos do Sujeito

Como já salientado, as políticas públicas têm como cunho principal atender as diversas expressões da questão social, advindas como demandas na sociedade capitalista atual, de forma que promova o desenvolvimento social.

É por meio da gestão participativa⁶ que a sociedade possui, também, o direito de colaborar na construção das políticas, tanto quanto os gestores, tendo, ainda, a oportunidade de conhecer, mais a fundo, o que lhe é de direito, sendo capaz de fiscalizar o que foi direcionados a eles.

Sendo uma das expressões da questão social, a população em situação de rua teve um marco inicial relacionado ao reconhecimento da garantia de seus direitos a partir do ano de 2005, quando ocorreu o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e teve, como objetivo, o debate sobre proposta que norteasse a elaboração da política pública, destinada à população em situação de rua.

Segundo Araújo (2012, p.20 -21),

Esse encontro teve a participação de 55 pessoas, das quais 34 representavam 12 capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes. Dentre esses participantes haviam 12 representantes de governos municipais, 12 representantes de organizações não governamentais e 10 representantes de fóruns ou entidades de população em situação de rua, das cidades selecionadas a partir de critérios pré-estabelecidos (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Niterói, Londrina, São Luis, Vitória, Fortaleza, Porto Alegre e Brasília), além de 05 especialistas no

⁶ Por gestão participativa estamos compreendendo enquanto ao exercício da cidadania, que foi empreendida pelos movimentos sociais e por outros setores na década de 1980, aponta na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis, baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade. (DAGNINO, 2002, p. 10)

tema, que assessoraram a coordenação do evento e 17 representantes das diversas secretarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Foi a partir desse encontro que houve o direcionamento das políticas públicas no país, para a demanda da população em situação de rua, sendo estabelecida, em 23 de dezembro de 2009, a Política Nacional Para a População em Situação de Rua, que tem por objetivo propor princípios e diretrizes fundamentais para a reintegração da população que faz da rua sua moradia, preconizando o trabalho conjunto das três esferas públicas, federais, estaduais e municipais, bem como com as ações desenvolvidas pela sociedade, conforme estabelecidas no artigo quarto do decreto nº 7.053, de dezembro de 2009:

O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Conforme previsto no artigo acima, os três poderes devem ter envolvimento mútuo perante essa população, para que haja a concretização dos princípios estabelecidos nessa política, que garantem não só os direitos desses sujeitos como também o de todos os cidadãos, ficando intrinsecamente ligado à constituição federal, em seu artigo quinto, quando diz que todos são iguais perante a lei, garantindo tanto aos brasileiros quanto aos estrangeiros dentro do Brasil inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo esses os princípios estabelecidos na política:

- I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos;
- II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais;
- III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade;
- IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação migratória;
- V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua.

Esses resguardam o respeito à vida, à cidadania, garantido a dignidade da pessoa humana, mediante atendimento humanizado e universalizado, respeitando as condições sociais e, também, as diferenças das diversas classes

sociais. Ao contrário dos princípios, as diretrizes são direcionadas totalmente para o seguimento da população em situação de rua, como:

- I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua;
- II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil;
- III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça;
- IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado;
- V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua;
- VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua;
- VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua;
- VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade;
- IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida.

É por meio das diretrizes que é estabelecida a direção a ser tomada pela sociedade civil e as três esferas estatais, determinando, por meio desta, o acesso aos direitos assegurados aos cidadãos em situação de rua, com destaque em seu desenvolvimento social, de forma que haja a reintegração do mesmo.

Embora o artigo 1º da Lei Orgânica da Assistência Social preveja que a assistência social é direito de todos e dever do Estado, ainda há um equívoco quanto à eficácia da política nacional para a reintegração da população em situação de rua, no que tange aos mínimos sociais a eles garantidos.

Para tanto, faz-se necessário compreender que a PNAS garante um conjunto de segurança social, que tem, como indicador de proteção e direito dos cidadãos, o âmbito dessa Política.

A globalização do mercado não dá conta mesmo de garantir trabalho para a sobrevivência de todos e a política neoliberal reduz, cada vez mais, a responsabilidade social do Estado, colocando o mercado como regulador das relações sociais. (TIENE, 2004, p. 150.)

Sendo assim, a política nacional para a reintegração da população em situação de rua sozinha não surte efeito algum, é preciso um Estado mais eficaz, que trabalhe na implementação perene das políticas públicas, bem como sua integração com outras políticas, para que essa população que vivencia as mazelas expostas pelo capitalismo tenha o direito a educação, cultura, saúde, habitação e lazer garantido, como esta determinado na constituição federal.

Outros avanços ocorreram juntamente com a Política Nacional, com a promulgação do Decreto n° 7.053, de 23 de Dezembro de 2009.

A partir da Política Nacional para a inclusão social da população em situação de rua, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o decreto n° 7.053, no dia 23 de dezembro de 2009, em Brasília, que foi instituído, pensando na melhoria da qualidade de vida dessa população. Tal decreto institui os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua, além de estabelecer o Comitê intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da referida política.

Esse comitê é formado por representantes da sociedade civil e por alguns Ministérios, como Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura, Esporte, Justiça, Desenvolvimento Social, e não terá remuneração.

De acordo com o Artigo 10 do Decreto,

Art. 10. O Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua terá as seguintes atribuições:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades, considerando as propostas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 25 de outubro de 2006;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos federais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersectorial das políticas públicas federais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Nacional para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais a que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Brasil e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

- VII - acompanhar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na implementação da Política Nacional da População em Situação de Rua, em âmbito local;
- VIII - organizar, periodicamente, encontros nacionais para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e
- IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos.

Portanto, cabe ao Comitê a avaliação e acompanhamento da Política de Inclusão da Pessoa em situação de rua, bem como sua efetivação diante da proteção social, voltado para esses sujeitos.

O referido Decreto traz, em seu Art. 15, a regulamentação do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos por meio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que será destinado à promoção e defesa dos direitos da pessoa em situação de rua, que terá as seguintes atribuições:

- I - divulgar e incentivar a criação de serviços, programas e canais de comunicação para denúncias de maus tratos e para o recebimento de sugestões para políticas voltadas à população em situação de rua, garantido o anonimato dos denunciante;
- II - apoiar a criação de centros de defesa dos direitos humanos para população em situação de rua, em âmbito local;
- III - produzir e divulgar conhecimentos sobre o tema da população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional nas diversas áreas;
- IV - divulgar indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população em situação de rua para subsidiar as políticas públicas; e
- V - pesquisar e acompanhar os processos instaurados, as decisões e as punições aplicadas aos acusados de crimes contra a população em situação de rua.

O Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos tem suas ações voltadas para a defesa dos direitos humanos da população em situação de rua, com o objetivo de garantir seus direitos como cidadãos que participam do poder popular. Para que sejam concretizados os princípios e diretrizes estabelecidos na Política, ficam incumbidos da coordenação de acompanhar a implementação de planos, programas e projetos dos ministérios e outros órgãos.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos⁷, os principais objetivos do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos são:

⁷ Secretaria de Direitos Humanos disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/programas> acesso em 19 abril 2014

1. Prevenir e combater atos de violência praticados contra pessoas em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
2. Produzir e divulgar conhecimento sobre o tema da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
3. Sistematizar e divulgar dados referentes à realidade da população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis para subsidiar a formulação de políticas públicas.
4. Promover ações educativas e atividades de formação e esclarecimento sobre direitos fundamentais, cidadania e democracia para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis;
5. Articular no território nacional a criação de novos Núcleos de Defesa de Direitos Humanos para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis.

Com isto, é possível compreender-se que o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos, CNDDH, tem a função de promover e monitorar ações que garantam o acesso integral aos direitos da pessoa em situação de rua e sua proteção diante das políticas públicas ofertadas pelo estado.

No que diz respeito à Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua, a Secretaria de Direitos Humanos (s.a, s.p) diz:

A Política Nacional faz parte do esforço de estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re)integração destas pessoas às suas redes familiares e/ou comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo.

Neste sentido, compreende-se que a política para a inclusão da pessoa em situação de rua surge, para garantir acesso a direitos, como habitação, educação, saúde, lazer e outros que contribuem para a melhora na qualidade de vida desses sujeitos. Porém ela só ganha força a partir dos movimentos de rua, denominados como Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

O grande número de pessoas em situação de rua coloca, em evidência, a ineficácia do estado em garantir os mínimos sociais e a grande desigualdade social existente no país. Com isto, a Política citada tem, como objetivo, o alcance desses sujeitos, a fim de reintegrá-los na sociedade.

Outra política destinada a atender esses sujeitos é a Política de Assistência Social, à qual se dará ênfase neste estudo, pois tem sido uma das políticas que mais enfatiza e direciona suas ações aos sujeitos em situação de rua. Essa Política foi criada, também, pelo Estado, propondo a proteção de um segmento

da sociedade, que são os que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco social, englobando, a pessoa em situação de rua. Nesta perspectiva, faz-se necessário compreender-se tal política, bem como suas proposituras no que tange à pessoa em situação de rua.

2.3 As Determinações Protetivas da Política de Assistência Social Diante das Situações de Rua

Tendo, como marco histórico, a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito aos avanços dos direitos sociais dos cidadãos, contidos em seu artigo 6º, destaca-se a assistência social, que emergiu em meio a conflitos expressos pelo capitalismo. Torna-se direito de forma lenta, sem muitas proposituras e destaques, carregando, ainda, consigo, traços do benefício e cunho compensatório. Diante disto, acaba por se tornar palco de muitas discussões e conflitos diante da sua responsabilidade protetiva, por compor o tripé da Seguridade Social, ocorrendo o primeiro avanço em 1993, com a instituição da LOAS.

Desde então, a Política de Assistência Social se torna direito do cidadão e dever do Estado, de cunho não contributivo e que prevê o atendimento a quem dela necessitar. Atende a indivíduos, famílias e comunidades em vulnerabilidade e/ ou risco social⁸, cuja predominância dessas vivências está imbricada no cenário da questão social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.31),

A inserção na Seguridade Social aponta, também, para seu caráter de política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida.

Após um cenário de negação dos anseios protetivos e de seu reconhecimento enquanto responsabilidade do Estado, principalmente durante a

⁸ Está-se tratando do convívio conflituoso de formas de pensar diversas bem como das ofensas, da presença de desigualdade, do desrespeito à equidade e das violações das integridades física e psíquica. São os riscos que surgem das relações e que levam, como já indicado, à apartação, ao isolamento, ao abandono, à exclusão. Ainda podem ser incluídos os riscos relacionados à violência física e sexual nas formas de convívio. (UNESCO, 2009, p. 29)

década de 1990, a Política de Assistência Social percorre um processo de inovações, na qual se configura um novo reordenamento de suas diretrizes e princípios.

Com isto, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada nos dias de 7 a 10 de dezembro de 2003, delibera o novo reordenamento da Política Nacional de Assistência Social, na qual institui a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) por meio de uma gestão descentralizada e participativa, que deverá ser feita pelo poder público (federal, estadual e municipal). O poder de decisão não é só de uma esfera de governo, mas, sim, de todas as instâncias. Por se tratar de uma política descentralizada, a sociedade também participa de forma complementar, por meio dos conselhos, que são co – gestores. As entidades podem executar as ações, mas são co – responsáveis pela luta de direitos voltados à sociedade brasileira. Esse novo tempo da Assistência Social exige uma reorganização e implementação em sua gestão, principalmente no que concerne a programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

A Política Nacional de Assistência Social (2004, p. 33) traz, como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Tais objetivos, possibilitam uma cobertura maior, no que tange aos direitos da população, especificamente para aqueles que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco, contribuindo para a proteção e a promoção da qualidade de vida em todas as esferas sociais.

Em seus princípios, a PNAS (2004, p.32) aponta:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Deste modo, percebe-se que a PNAS tem em seus princípios a garantia dos direitos sociais de forma ampla e igualitária, sem preconceito e/ ou qualquer tipo de distinção.

Já no que tange às suas diretrizes, a PNAS (2004, p.32) destaca:

I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como as entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;

II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;

III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social, programa e projetos;

IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

No que concerne à descentralização, destaca-se que a Política de Assistência Social deve articular-se com as demais políticas setoriais, principalmente nos territórios, com o intuito de abranger as faces das desproteções sociais vivenciadas pelos seus usuários. A necessidade de articulação, entre as políticas sociais possibilita, também, a ampliação da proteção social pública e o acesso às políticas públicas, como a saúde, educação, habitação e outras.

Frente a esta exigência de atuação do sistema protetivo de atuar de forma integrada e articulada, para atender às demandas de seus usuários é oportuno refletir sobre o desenvolvimento de estratégias de gestão que viabilizem abordagens intersetoriais, talvez, o único caminho possível para enfrentar situações geradas por condições multicausais. (YAZBEK, 2014, p.98)

Neste sentido, compreende-se que a intersetorialidade é uma forma importante para a superação das situações de risco e /ou vulnerabilidades, pois se entende o sujeito com suas diversidades de demandas, havendo, portanto, a necessidade de encaminhamento a outras políticas. Tal processo impede que a

assistência social trabalhe isoladamente, é um processo importante, no que tange à garantia integral dos direitos dos sujeitos.

O SUAS descentraliza as ações de assistência social em todo o Brasil, cuja responsabilidade é garantir proteção social pública não contributiva de acordo com suas prerrogativas. Essa responsabilidade é garantida por meio dos serviços socioassistenciais, assim como pelos programas de transferência de renda.

Na Lei nº 12.435, de 2011, em seu Artigo 23, entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observam os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta Lei.

§ 1º O regulamento instituirá os serviços socioassistenciais.

§ 2º Na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros:

I – às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

II – às pessoas que vivem em situação de rua.”

Esses serviços ofertados pela Assistência Social têm, como alvo, o sujeito que se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, cuja predominância perpassa a questão da renda e se concentra em um conjunto de fatores que desprotegem os sujeitos e ameaçam sua cidadania, como, no caso, os sujeitos em situação de rua.

De acordo com a VI Conferência Nacional de Assistência Social (2007, p 24): configuram-se, como direitos socioassistenciais, todos os direitos de proteção social de assistência social, aprovados em lei para todos; Direito de equidade social; Direito à igualdade de gênero, no que tange ao acesso à rede socioassistencial; Direito do usuário à acessibilidade; Direito à garantia, à convivência familiar e comunitária entre outros; Direito à renda, entre outros.

Logo, observa-se que os serviços socioassistenciais possuem uma grande preocupação com garantir a cobertura plena dos direitos dos usuários, tornando a política de assistência efetiva e eficaz.

Ainda segundo a VI Conferência Nacional de Assistência Social (2007, p 20), os direitos incluem:

- Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social;
- Direito à renda - como formas explícitas ao campo da proteção de assistência social, percebe-se que nessa formulação faltaria incluir no

direito às relações de convívio uma dimensão de garantia a padrões de sociabilidade justos, democráticos, sem violações. Possivelmente, o direito à sobrevivência e seus diversos aspectos poderiam ser melhor explicitados quando da menção ao direito à renda.

Tais serviços socioassistenciais são normatizados e tipificados pela Resolução 109 de 11 de dezembro de 2009 – Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, que traz inovações e reforça a especificidade protetiva da política de assistência .

Considerando, então, que a assistência social deve promover um conjunto de ações por meio dos serviços socioassistenciais, faz-se necessário destacar que esses serviços são organizados de acordo com os níveis de proteção, cuja organicidade se dá de acordo com os fenômenos da vulnerabilidades e dos riscos sociais. Sendo assim, a Política de Assistência Social se divide em dois níveis de Proteção Social: a Proteção Social Básica e a Proteção social Especial. Os objetivos dessa divisão consistem em garantir a segurança social aos que se encontram vulneráveis, na perspectiva da universalização de direitos.

A partir do grau de complexidade da situação em que o usuário se encontra, este é referenciado nos níveis de proteção acima citados, sendo que essa divisão permite que cada situação seja analisada com suas especificidades e tenha o atendimento adequado ao grau de vulnerabilidade.

A proteção social básica possui um caráter preventivo e é voltada a pessoas que estão em situações de vulnerabilidade social.

De acordo com a Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004, p. 19),

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Diante disto, pode-se observar que seu objetivo é a garantia à vida e prevenção de ocorrência de riscos. Sendo assim, o público alvo é a população que já se encontra em vulnerabilidade, devido à pobreza, privações e/ou fragilização de vínculos afetivos.

A Proteção Social Básica presume a elaboração de serviços, programas e projetos com propósito de acolhimento, convivência e socialização das famílias junto aos usuários, essa Proteção atua por meio das unidades públicas de serviços CRAS- Centros de Referência de Assistência Social, que segundo a PNAS (2004, p. 19-20):

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sócio-familiar e comunitário. Neste sentido, é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

É no CRAS que os serviços de proteção social básica são desenvolvidos e um deles é o PAIF – Programa de atenção Integral às Famílias. Nesse tipo de proteção, faz-se necessária a compreensão, entendimento, e acima de tudo, o respeito aos novos modelos de famílias, tirando, de foco, o modelo nuclear e entendendo que novos arranjos familiares foram formados.

Esses serviços, projetos, programas e benefícios ofertados pelo CRAS deverão articular-se com as demais políticas públicas, com o objetivo de garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e prevenir o risco social.

A Proteção Social Especial (PSE) é direcionada a famílias de sujeitos em situações de risco social ou pessoal, no qual os direitos são violados ou, até mesmo, ameaçados. O PSE desempenha um caráter protetivo, um trabalho que requer acompanhamento familiar e individual, além de flexibilidade em soluções.

Na Proteção Social Especial existem dois grupos: média complexidade e alta complexidade. Isso consiste na situação em que o indivíduo ou a família esteja vivenciando, atuando diretamente na garantia de direitos.

O serviço de Proteção Social Especial é desenvolvido quando o risco já está instalado e o direito foi violado, é um serviço mais complexo desenvolvido no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social); e, de acordo com o Guia de Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS (2011, p. 23):

O CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em ló-cus de referência nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Seu papel no SUAS define, igualmente, seu papel na rede de atendimento.

Neste sentido, o CREAS oferece serviços de atenção especializada e também continuada, tendo, sempre em foco a família e a situação que ela vivencia, destacando o acesso a seus direitos socioassistenciais e buscando, ainda, a construção de espaços de acolhimento e escuta qualificada em busca do fortalecimento dos vínculos tanto familiares quanto comunitários, priorizando, sempre, a reconstrução familiar, uma vez que se encontram os vínculos afetivos rompidos e/ou temporariamente afastados do convívio familiar e/ou comunitário, com foco na superação da situação na qual o usuário se apresenta.

Na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004, p. 23), são considerados Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- Atendimento Integral Institucional;
- Casa Lar;
- República;
- Casa de Passagem;
- Albergue;
- Família Substituta;
- Família Acolhedora
- Medidas sócio-educativas restritivas e privativas de liberdade (Semi-liberdade, Internação provisória e sentenciada);
- Trabalho protegido

Desse modo, cabe ressaltar-se que o Acolhimento Institucional são serviços destinados aos indivíduos que se encontram com os vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. Esses serviços são voltados não somente para crianças e/ou adolescentes mas também para famílias, adultos, mulheres em situação de violência, pessoas com deficiência e idosos.

A PSE de alta complexidade garante a proteção integral ao sujeito que se encontra em possíveis situações de risco, bem como a Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p.32) destina:

Acolhimento provisório com estrutura para acolher com privacidade pessoas do mesmo sexo ou grupo familiar. É previsto para pessoas em situação de

rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Neste sentido, compreende-se que a Política de Assistência tem o dever de promover toda a estrutura no que diz respeito aos Serviços de Acolhimento desses sujeitos em situação de rua.

Na média complexidade, os projetos e serviços são desenvolvidos, no CREAS, aos usuários e a famílias cujos direitos tenham sido violados. O mesmo não é retirado da convivência da família e comunitária, pois os vínculos ainda não se romperam. Assim sendo, de acordo com a PNAS (2004, p. 22), são ofertados ao PSE de Média Complexidade:

- Serviço de orientação e apoio sócio-familiar;
- Plantão Social;
- Abordagem de Rua;
- Cuidado no Domicílio;
- Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Medidas sócio-educativas em meio-aberto (PSC – Prestação de Serviços à Comunidade e LA – Liberdade Assistida).

Desse modo, analisando os serviços ofertados pela PSE, pode-se considerar que a população em situação de rua faz parte das atribuições da Política de Assistência Social, pois é disponibilizada atenção, no que se refere aos Serviços Especializados, a Pessoas em Situação de Rua e aos Serviços Especializados em Abordagem Social. Tais serviços são efetivados no CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social e, também, em Centro de Referência Especializado para População de Rua.

Sendo assim, faz-se necessário compreender-se o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – CENTRO POP.

2.4 O CREAS POP e suas especificidades diante do fenômeno de situação de rua

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social para a População em Situação de Rua se constitui de uma unidade pública estatal, que

presta serviços de proteção especializada aos sujeitos em situação de ameaça ou violação de direitos.

O CREAS POP desenvolve as ações da Política de Assistência Social, por disponibilizar proteção social especial de média complexidade e de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 29):

Oferece trabalho técnico para a análise das demandas dos usuários, orientações individual e grupal e encaminhamentos e outros serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas que possam contribuir na construção da autonomia, da inserção social e da proteção às situações de violência.

Portanto, o CREAS POP desenvolve serviços Especializados à pessoa em situação de rua com atendimentos que podem ser individuais e grupais, e deverá ser implantado após um diagnóstico sócio territorial, em que identificará as áreas em que essa população mais se concentra. É necessário conhecerem-se os costumes e o a realidade vivida pelos indivíduos em situação de rua, trajetória histórica e sonhos, conhecendo, também, as políticas existentes para esse segmento populacional e as redes disponíveis no território onde se concentra a população.

Esses atendimentos são realizados por meio do Serviço Especializado em abordagem social, que é feito por profissionais qualificados para o primeiro contato com a população, que desenvolve ações voltadas ao esclarecimento dos serviços prestados e encaminhamentos aos postos de cadastramento do cadastro único.

Conforme Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 22), a abordagem social se constitui de:

Serviço ofertado, de forma contínua e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

Nesta perspectiva, a abordagem social é de extrema importância para o primeiro contato com essa população marginalizada e esquecida; a capacitação e a preparação dos profissionais é o ponto norteador para uma intervenção adequada e possível ruptura com a situação atual.

Ainda segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p.22), o serviço de abordagem social deve atender as necessidades imediatas e inserir os sujeitos nas redes de serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, com o objetivo da garantia de direitos.

Nessa abordagem, é apresentado o CREAS POP e informados os serviços ofertados, como acesso a alimentação e higiene pessoal, espaços, para guardar os pertences e acesso a documentação civil, com o intuito de assegurar atendimentos e atividades direcionadas para o desenvolvimento da cidadania. Porém, em muitos casos, não é necessária a realização da abordagem social, devido a muitos deles serem atraídos ao CREAS POP, pelo fato de este lhes oferecer um lugar de higienização.

Por isto, é de suma importância a qualificação da equipe técnica, que deve estar preparada para lidar com essas situações, desenvolvendo, junto aos usuários, um trabalho social, realizando uma escuta qualificada.

Quanto à infraestrutura do CREAS POP, a cartilha de Orientações técnicas, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, Vol. III, (2011, p.47 – 48) aponta,

I- Atendimento em condições de privacidade e sigilo; II- Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza; III- Segurança dos Profissionais e público atendido; IV- Acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras; V- Espaços reservados para guarda de prontuários, com acesso restrito aos profissionais devidamente autorizados.

Sendo assim, os espaços devem ser adequados, para possibilitar uma acolhida prazerosa e uma escuta qualificada, no sentido de proporcionar uma relação de segurança entre profissional e usuário, garantindo-lhe serviços em condição de dignidade, a fim de reparar ou minimizar danos causados por violências e abusos.

Tais infraestruturas devem dispor, também, de recepção, para realizar a acolhida; salas para desempenho de atividades destinadas à reunião de equipe, e outra destinada ao atendimento individual, grupal ou familiar; cozinha e copa para a realização das refeições; banheiros individualizados, que proporcionem a higiene pessoal, assim como lavanderia com espaços para limpeza de roupas; armários individuais destinados à guarda de pertences pessoais e alguns locais. Dispõe,

ainda, de espaços para acolhida de animais de estimação, já que esses, se tornam um importante “companheiro” para a pessoa em situação de rua.

De acordo com a Cartilha de Orientações Técnicas, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, Vol. III, (2011, p.49):

É importante que, além de comportar os serviços ofertados, o espaço físico da Unidade representante para os usuários com espaços públicos de bem – estar, cooperação, construção de vínculos e concretização de direitos, ou seja, um lugar de referência para o exercício da cidadania e o fortalecimento do protagonismo por parte da população em situação de rua.

Dessa feita, o Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua, desenvolvido nos CREAS POP deve criar espaços e atividades que contribuam para que o local seja uma referência no território, no tocante o convívio grupal e social dos usuários, desenvolvendo, também, relações de respeito, solidariedade e afetividade, proporcionando a troca de vivências e experiências, além de efetuar a estimulação, a mobilização e a participação social desses usuários.

Os Serviços Especializados para a Pessoa em Situação de rua ofertados pelo CREAS POP possuem a característica de impulsionar os indivíduos a alcançarem a autonomia. Mas para isso, é necessário o trabalho e a articulação das redes.

Conforme apresenta a Cartilha de Orientações Técnicas, Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua, (Vol. III, 2011, p.72):

O trabalho em rede tem como objetivo a integração entre ações das diversas políticas e órgãos de defesa de direitos, de modo a superar a fragmentação e potencializar recursos, exigindo a prática da intersetorialidade e o reconhecimento da incompletude institucional.

Portanto, o trabalho em rede se designa a articular-se com as outras políticas presentes no território, com o objetivo de proporcionar respostas profissionais sustentáveis.

O CREAS POP trabalha em articulação com as demais redes de atendimento, como os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, políticas públicas setoriais, sistema de segurança pública, instituições não governamentais e comunitárias; e demais sistemas de garantias de direitos, como a

Defensoria Pública e o Ministério Público, a fim de proporcionar a cobertura integral dos direitos dos sujeitos e o acesso às orientações socio-jurídicas.

Os serviços do CREAS são ofertados para a garantia da segurança socioassistencial que, segundo Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 30), consiste na segurança acolhida, preservando a integridade e a história de vida desse usuário. É de suma importância a qualificação da equipe técnica, que deve estar preparada para lidar com essas situações, desenvolvendo, junto aos usuários, um trabalho social, realizando uma escuta qualificada. É nessa acolhida que irá desvelar todo o trabalho a ser feito pelos profissionais, ou seja, dará direcionamento às ações desenvolvidas. Portanto, a acolhida é primordial para o desvelamento das demandas, porquanto é a partir de uma acolhida adequada que o profissional obterá grandes resultados no que tange à autonomia e qualidade de vida dessa população.

Outra segurança ofertada pelo centro é a Segurança de Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social, que se designa como uma ação voltada a proporcionar o acesso aos programas socioassistenciais e às políticas públicas, favorecendo o fortalecimento de vínculos e/ou a construção do convívio familiar e comunitário.

A terceira e última segurança é caracterizada pelos Serviços de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social, com o intuito de desenvolver a autonomia pessoal e as relações comunitárias pautadas pelos princípios éticos de justiça e cidadania, promovendo o bem-estar e o acesso às políticas sociais, proteção social, benefícios sociais, bem como os programas de transferência de renda, que possibilitem o desenvolvimento da autonomia e o acesso aos direitos sociais.

Sendo assim, compreende-se que o CREAS POP tem suas ações voltadas para o princípio de igualdade social e acesso aos direitos para aqueles que se encontram em situação de extrema pobreza e risco social como é o caso da população em situação de rua, em específico a mulher, que é o sujeito de estudo deste trabalho.

Neste sentido, são de suma importância programas e ações voltadas especificamente para mulheres, considerando suas particularidades histórica e o fato de também comporem o número de integrantes que se encontram em situação

de rua. Com isto, apontam-se possíveis ações do CREAS POP, que possibilitem o atendimento às suas demandas específicas.

A partir das proposituras do CREAS POP a uma especificidade no que diz respeito às mulheres em situação de rua, já que estas segundo a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua⁹, são minoria, num total de apenas 18%, no entanto é um fenômeno que existe e que requer atenção.

Quiroga e Novo (2009, p.157) explicam:

Esta diferença significativa não acontece por acaso. A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. Isto porque são consideradas frágeis e, portanto “menos adaptadas” a esta situação extrema, o que faz com que sejam percebidas como “vítimas fáceis”.

Devido à particularidade em que as mulheres são empregadas, há uma complexidade relacionada ao atendimento a elas, já que estas, que se encontram em situação de rua, ficam ainda mais vulneráveis, “vítimas fáceis” da prostituição e da dependência química.

O atendimento institucional às mulheres em situação de rua, referenciado no CENTRO POP, é imprescindível para uma maior reintegração dessas na sociedade, entendendo-se que é por meio de oficinas que se despertam nelas, a autoestima e suas potencialidades, posto que essas terão mais adesão aos serviços a que forem encaminhadas para o próprio rompimento com o uso de substâncias químicas.

No que diz respeito ao atendimento a esse seguimento feminino, ainda há uma resistência por parte delas, que, segundo Tiene (2004, p.131.):

[...] Não são procurados os serviços públicos para atendimento ou mesmo para solicitar a assistência a que se tem direito, como no posto de saúde. Pode-se entender os motivos dessa recusa devido à situação de vida que é julgada, por eles, como irregular perante a lei, ou, ainda, perda de tempo diante da burocracia do serviço, resultante de experiências mal sucedidas nas entidades.

⁹ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Trecho retirado do site do ministério. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/populacao-de-rua/populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em 21/04/2014.

Dessa forma, torna-se ainda mais difícil trabalhar com esse seguimento, fazendo com que os serviços oferecidos a elas seja ainda mais desafiador, visando a protegê-las, uma vez que essas rejeitam o serviço, fazendo com que os profissionais proponham ações que instiguem a participação das mulheres, criando, nelas, a consciência quanto ao rompimento com os vícios adquiridos na situação que vivenciam.

3 SONHOS E REALIDADES: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

O referido capítulo abordará os procedimentos metodológicos, apontando a importância da pesquisa de campo e contextualizando o Serviço de Acolhimento em que foi realizada a pesquisa, a fim de se aproximar da realidade vivenciada pelas mulheres em situação de rua.

Em segundo momento, foi elaborado um levantamento de perfil proveniente das análises feitas com as mulheres que no momento se encontravam acolhidas no serviço. À vista disso, foi elaborado o método história de vida, que possibilita o entendimento do cotidiano dessas mulheres, bem como os motivos que as levaram a estar nas ruas, colocando-as como protagonistas de sua própria história.

3.1 Procedimentos Metodológicos

Conforme a discussão teórica acerca do fenômeno “mulher em situação de rua”, exposto nos capítulos anteriores, destacar-se-á, a seguir, a importância da pesquisa de campo, que permitiu maior compreensão e aproximação da realidade vivenciada no cotidiano desses sujeitos, excluídos e considerados marginalizados pelo senso comum.

Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa de campo consiste em aproximações sucessivas em torno dos desafios e possibilidades enfrentados por

essa população, que, além de conviver com o fenômeno situação de rua, convive com as demais expressões da questão social.

Deslandes (2010, p.14), conceitua metodologia de pesquisa:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas.

Neste sentido, destaca-se que é de grande relevância a pesquisa de campo para os pesquisadores, pois contribui para a aproximação da realidade dos sujeitos, que, para Minayo (2004, p.20), “Significa que as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo e potencialmente tudo está para ser transformado”. Ou seja, pesquisar significa ir além do aparente, negando a imediatividade, conhecendo seu contexto histórico e suas condições de vida, de modo que a pesquisa seja relevante para a sociedade.

O trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (DESLANDES, 2010, p.61).

Desse modo, a pesquisa qualitativa proporciona o significado de uma visão subjetiva, ou seja, proporciona analisar os sujeitos a partir das suas relações sociais, como aponta Deslandes (2010, p.21): “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deverá ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, tornando possível distinguir-se o ser humano para além do seu modo de agir e viver, assim como pelo seu modo de sentir e pensar.

Discutir-se sobre a situação das mulheres que estão em situação de rua, é tratar sobre uma expressão da questão social que viola tanto os padrões de vida quanto a cidadania desse sujeito. Foi com este enfoque que se buscou

concretizar esta pesquisa, considerando essas mulheres como sujeitos que se encontram com sua cidadania violada.

Dessa forma, buscou-se especializar o contato com essas mulheres para que elas pudessem sentir-se como parte importante desse processo de construção teórica e científica, o que exigiu a tomada de alguns cuidados em relação a como se aproximar desses sujeitos.

Primeiramente buscou-se realizar a pesquisa no ambiente da rua. No entanto houve a preocupação de se exporem as mulheres, por não haver um lugar seguro e sigiloso, para que pudessem ser entrevistadas. A segunda opção foi encontrá-las por meio do atendimento do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). No entanto foram efetuados alguns contatos com um membro da equipe, que salientou a falta de assiduidade na obtenção de horários para o encontro das mulheres, o que dificultou a pesquisa. Foi somente no Centro de Referência ao Migrante e População de Rua, (Serviço de Acolhimento) que foi acessível esse contato, uma vez que elas estão acolhidas nesse serviço, e se conseguiu agendar logo no início do dia.

Por este motivo, a pesquisa foi realizada no Serviço de Acolhimento a população em situação de rua, com prévia autorização da gestora da Política de Assistência Social.

O Centro de Referência ao Migrante e População de Rua é um local de acolhimento provisório para as pessoas que estão em situação de abandono, risco social, migrantes e sem condição de autosustento, necessitando de estadas, endereço de referência e espaços para higiene pessoal.

Segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome),

Esses serviços visam a garantir a proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento e ambiente com estruturas físicas e adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários. (BRASIL, MDS, s.a, s.p).

O serviço de acolhimento a população em situação de rua é considerado um serviço de Proteção Social de alta complexidade, que atende as

mais variadas expressões da questão social, que são levadas pelos sujeitos sociais de acordo com suas especificidades e demandas.

O público que acessa os Serviços de Acolhimento é diverso, são homens, mulheres, grupos familiares com especificidade de grandes fluxos de migrantes, gays, lésbicas, transexuais, travestis, que fazem das ruas a sua morada e que muitas vezes apresentam histórias sucessivas de violação de direitos decorrentes de discriminação/ submissões as situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar. Nesse sentido, o Serviço requer uma equipe preparada, com postura não discriminatória, atenção e escuta qualificada, dentre outras características necessárias para atender as diversidades deste público. (BRASIL, MDS, s.a, p.2).

Por fim, o serviço de acolhimento é estrategicamente localizado em espaço urbano com maior concentração de pessoas em situação de rua, contribuindo para o fácil acesso da população, respeitando sua condição de vida e sem atitudes discriminatórias.

A pesquisa foi organizada em etapas, sendo a primeira efetuada por meio de uma pesquisa quantitativa no CREAS POP, procurando evidenciar o número de mulheres atendidas no serviço, no mês de maio de 2014, enfatizando a necessidade de um estudo aprofundado acerca desses sujeitos, que possuem particularidades específicas de gênero.

Mediante os dados disponibilizados pela assistente social do CREAS Pop, com base nos atendimentos realizados no mês acima citado, foram, ao todo, 16 mulheres atendidas entre 18 a 59 anos, sendo 4 encaminhadas ao serviço de acolhimento e integrantes desta pesquisa.

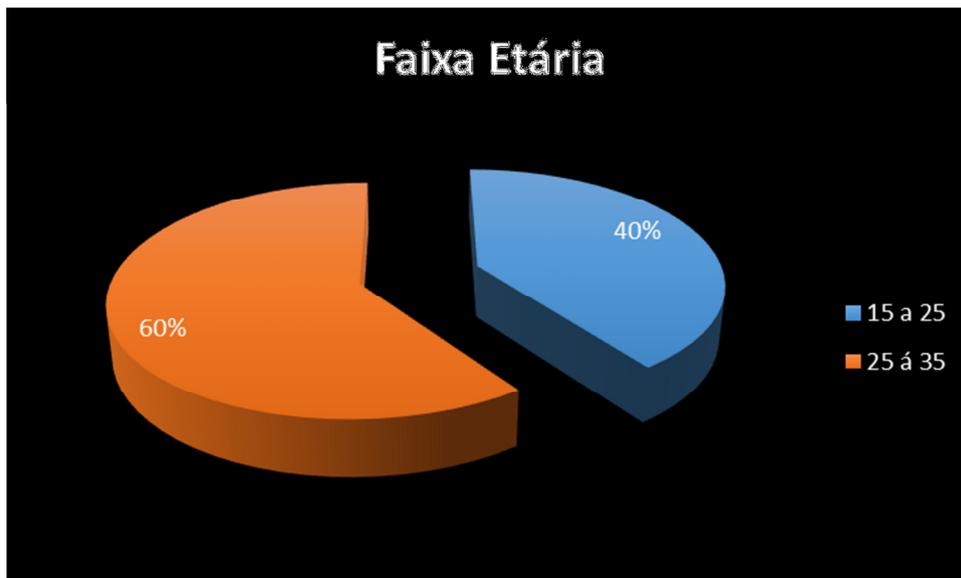
O critério da pesquisa foi entrevistar, dentre as 16 mulheres que estão em situação de rua e são atendidas no serviço, um universo de 30%, o que totaliza, aproximadamente, 5 mulheres que se encontravam acolhidas no serviço de acolhimento e foram atendidas pelo CREAS Pop.

3.2 Perfis das Mulheres que Vivem em Situação de Rua Envolvidas na Pesquisa

Para traçar o perfil das mulheres em situação de rua, optou-se por, como técnica de coleta de dados, depoimentos que permitissem a sua aproximação com a trajetória de vida, a fim de se entenderem os aspectos específicos do gênero feminino, coadunados com aspectos do fenômeno da situação de rua. Sendo assim, para compreender o perfil das mulheres que estão em situação de rua, no município de Presidente Prudente, elencaram-se algumas categorias, como – idade, estado civil, quantidade de filhos, se possui vínculo familiar, se estão vinculadas ao serviços e se fazem uso de substâncias químicas; se sim, quais.

Além do perfil, preocupou-se, também, com a identificação de outras categorias que permitissem identificar fatos sociais que impulsionaram essas mulheres a estarem na situação de rua, como se demonstrará a seguir.

Gráfico 1- Faixa Etária



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

Nota-se, no gráfico acima, que as mulheres que se encontram em situação de rua têm entre 25 e 35 anos. Isto, devido às configurações históricas, sociais e econômicas do país. Ou seja, atualmente vive-se numa sociedade que traz vestígios da questão de gênero, de inferioridade da mulher em relação ao homem.

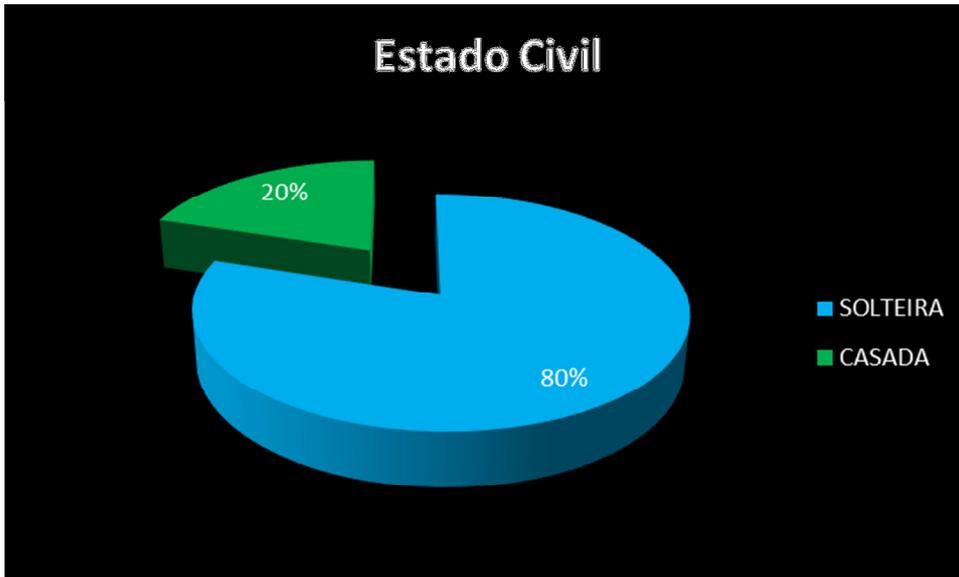
Mesmo com a ocorrência de grandes avanços no que tange à igualdade de gênero, mulheres no, mercado de trabalho, ocupam a mesma função com salários menores. Neste sentido, por ser mulher e pela faixa etária, as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho são reduzidas dificultando-lhe a independência e a qualidade de vida.

É ainda possível perceber que mesmo a exploração capitalista não se dá igualmente em relação a homens e mulheres: elas são mais exploradas na produção com o consentimento da mão-de-obra masculina, que reproduz o pensamento vigente, assimilado nas práticas familiares, no qual as mulheres fazem trabalhos “menores”, mais simples, mais repetitivos, com menor remuneração. (CANÔAS, 1997, p.51).

Todavia da inserção da mulher no mercado de trabalho decorre a sobrecarga de funções, pois, além de cuidar da casa e dos filhos, tem que trabalhar fora do ambiente doméstico, para complementar a renda familiar, culminando na dupla jornada de trabalho.

Com base nos depoimentos da pesquisa, entende-se que outros fatores determinantes que motivaram as mulheres ao processo de ida para as ruas foram situações de maus tratos, negligência delas e com elas, violência doméstica, abuso sexual e dependência química. Cardoso (2009, s.p) aponta que “Muitas dessas mulheres que se encontram nessa situação, deixaram seus filhos, refletindo em suas vidas através de lembranças e culpa”. A família é muito presente na memória dessas mulheres”. Neste sentido, fica explícita a importância da família na vida delas, pois, segundo Tiene (2004, p.138), “as mães são as mais citadas por essa população”, o que enfatiza os dados acima analisados, que a faixa etária que concentra o maior número de mulheres em situação de rua é de 25 a 35 anos, ou seja, mães que conviveram e convivem com a institucionalização de seus filhos e com desproteção social.

Gráfico 2- Estado Civil



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

Nota-se, no gráfico acima, que a maioria das mulheres em situação de rua informaram, no momento da entrevista, serem solteiras. Isto se dá, devido à importância do significado que a palavra casamento tem em sua vida. Cardoso (2009, s.p) aponta que “fica bem explícito a importância que a família tem para ela e quais eram os sentimentos e pensamentos que ela tinha sobre o tema. Os sonhos, desejos, expectativas e importância que colocava em relação à família que gostaria de ter”. Sendo assim, o casamento, para elas, é, de fato, considerado casamento, quando o mesmo ocorre pelo modo convencional culturalmente estabelecido pela sociedade brasileira.

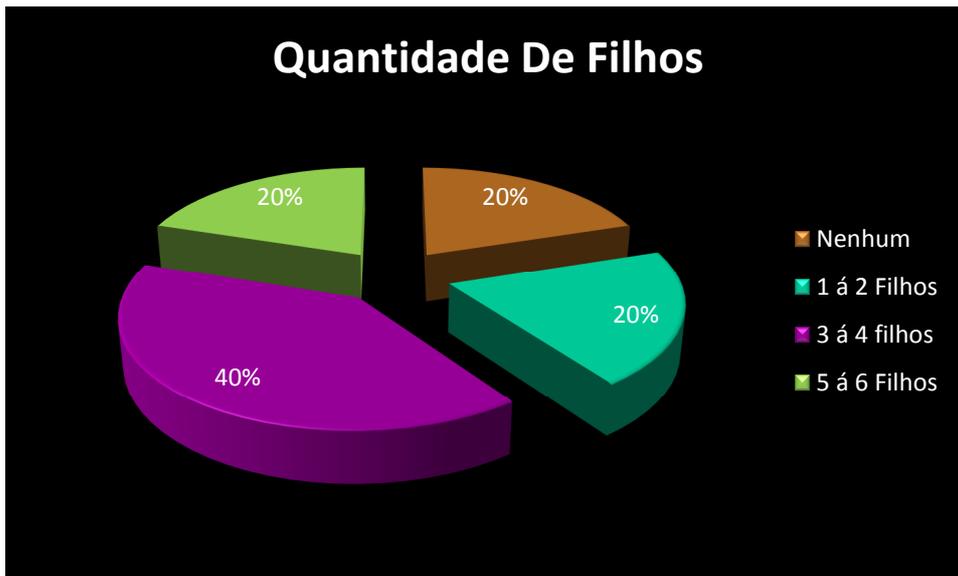
Neste sentido, apesar de a maioria delas informar serem solteiras, deixaram explícito que possuem companheiros na rua, até mesmo como forma de proteção, como aponta Tiene (2004, p.134): “[...] dificilmente elas ficam sozinhas. Ter um marido, mesmo que temporariamente, é uma forma de proteção para não ser violentada ou submetida aos desejos de outros homens [...]”. Com isto, muitas procuram parceiros, para se sentirem protegidas, pelo fato de o gênero masculino ser considerado mais forte e protetor.

As mulheres não vivem isoladas.

Em primeiro lugar, elas não vivem sozinhas, tem um parceiro “marido”, porque as relações de afeto, de amor, e de entrega sexual parecem assumir um caráter vital nessa condição de vida: seja como forma de troca pela proteção, pelas próprias carências afetivas ou, ainda, pela disponibilidade de tempo e por ser alvo de disputa pelos homens, que se constituem em maioria na rua. (TIENE, 2004, p.153)

Neste sentido, viver nas ruas para as mulheres é construir relações como forma de proteção para as dificuldades encontradas em seu cotidiano, passando a ser caracterizado como possíveis espaços de sobrevivência, proteção e afeto.

Gráfico 3- Número de filhos



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

Nota-se, no gráfico acima, que a maioria das mulheres em situação de rua possuem filhos, advindos antes ou durante a situação de rua, o que torna evidente a fragilização da família no que tange à participação do Estado.

No Brasil, o encolhimento do Estado, no que diz respeito às políticas públicas de proteção social, tem resultado na propensão de atribuir às unidades familiares a responsabilidade principal pela proteção social de seus membros. A não materialização, no cotidiano, do entendimento da questão social pode, por vezes, fomentar a tendência de impor que as demandas relativas à proteção social sejam assumidas somente na esfera privada, como se fossem uma responsabilidade individual, e não reflexos da força motriz do modo de produção capitalista. (GUEIROS, 2011, p. 88)

Sendo assim, o estado passa atribuir à família a responsabilidade principal pela proteção de seus membros, garantindo o bem-estar de todos, contudo o modo de produção capitalista sobrecarrega a família, que não tem condições de cumprir o papel que lhe é imposto devido à exclusão dessa população no mercado formal de trabalho, que salienta o que está previsto na PNAS de que, para a família

proteger e cuidar, ela deve ser amparada, portanto não se deve exigir algo de quem não tem condições econômicas e sociais de cumprir tais funções.

Dessa forma, entende-se que, a situação vulnerável em que as famílias se encontram, associadas à miséria, falta de condições adequadas de sobrevivência, a ausência de momentos de lazer, a falta de informação no que se refere ao planejamento familiar, contribui, significativamente, para o aumento.

Neste sentido, Mendes (2004, p.4) aponta:

A condição de vida atual das mulheres das camadas pobres (favelas), aqui investigadas, está, em grande parte, associada à sua origem familiar, origem de necessidades primeiras de sobrevivência, que acaba, por consequência, proporcionando baixos níveis de escolaridade e qualificação.

Sendo assim, entende-se que as famílias brasileiras são vítimas de um círculo vicioso, em que a falta de orientação e qualificação é reproduzida na família, de forma natural e invisível. O número de filhos, nas camadas empobrecidas da sociedade, expressa a falta de informação, sobretudo no que tange à educação e ao planejamento familiar, gerando, como aponta Mendes (2004, p.4), descendentes “marcada, sobretudo, por um processo contínuo de pobreza familiar, essas mulheres desde a infância convivem com uma vida de precariedades e precarização”.

Assim sendo, depara-se com gerações marcadas pela reprodução das situações vivenciadas na infância, como aponta Tiene (2004, p.138): “[...] a figura da mulher que prevalece entre eles é a da mãe. São filhas de mães adotivas [...]”, destacando ainda que “[...] seus filhos/as, também, constituem uma segunda geração de “crianças abandonadas” ao serem institucionalizadas. [...]”.

Por conseguinte, como forma de estratégia de sobrevivência longe dos filhos, as mulheres mantêm o papel de cuidadoras, cuidando dos demais companheiros de rua, pois viver na rua exige habilidades, para enfrentar os desafios, pois na maioria dos relatos obtidos, todas se referem aos filhos com muito afeto embargado no sentimento de dor e culpa.

O papel materno transparece significativamente nas conversas com essas mulheres, manifestam os mesmo sofrimentos por não estarem com os filhos pequenos ou adolescente/adultos. O “instinto” materno se apresenta ali visivelmente. Por pior que seja a situação, a mulher na rua não esquece o filho. (TIENE, 2004, p.155).

À vista disto compreende-se que a condição atual em que se encontram as mulheres em situação de rua acaba, por sua vez, direcionando-as para situações que fragilizam as relações familiares, perpetuando, muitas vezes, gerações marcadas pela fragilidade física e emocional.

Compreendendo o modo de vida dessa população, destaca-se a necessidade de se pensar em políticas descentralizadas, permitindo transformar a realidade em sua totalidade, de acordo com suas particularidades, propiciando espaços que lhe possibilitam ser mulher e acima de tudo a reconstrução do vínculo familiar.

Gráfico 4- Vínculos Familiares



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

A partir do gráfico acima, constata-se que todas as mulheres, no momento da entrevista declararam possuir vínculos com a família. No entanto, essa relação se dá com mais frequência, quando elas estão acolhidas e em fase de tratamento químico. Elas relatam que nas ruas, por estar sob efeito das drogas, as relações familiares ocorrem com menos frequência, até porque, em muitos casos, as famílias preferem não se relacionar, por acharem a situação incômoda e preferirem afastar-se por não aceitarem o uso das drogas.

Segundo Valencio et al (2008, p. 569), [...] a conotação moral que se impinge ao problema faz com que tanto a família quanto o meio social abandonem paulatinamente aqueles que o vivenciam [...]. Logo, entende-se que os valores

morais da sociedade criam estereótipos relacionados à população usuária de droga, tornando-as excluídas da sociedade e, até mesmo do, convívio familiar.

A relação familiar é um fator de suma importância no que diz respeito ao tratamento químico, pois se torna um grande apoio para essas mulheres na superação das drogas e, até mesmo, na superação da situação de rua. Por este motivo, todas declararam que acham importante manter contato com a família, para receber carinho e afeto.

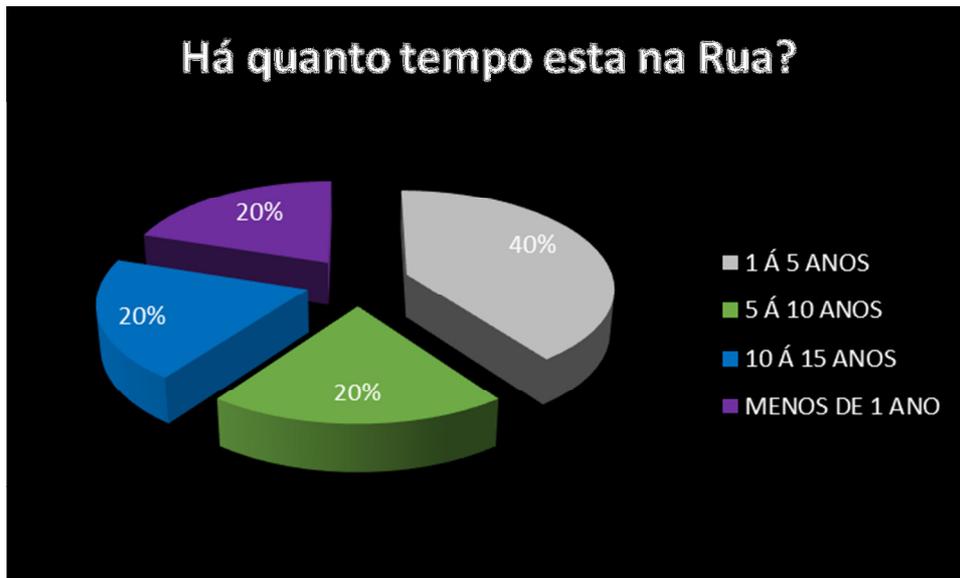
Vale ressaltar-se que a família é considerada uma instituição de contradição, na qual diversas expressões da questão social se fazem presentes. Portanto, faz-se relevante ressaltar que, devido às relações de conflito existentes, ou péssimas condições econômicas, ocorre a violação dos direitos dos seus membros, em especial daqueles que estão em vulnerabilidade, sendo um fator contribuinte para a situação de rua. Apesar disto, o papel da família possui uma grande importância, quando essas mulheres estão nas ruas.

De acordo com a PNAS (2004, p.32),

A segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio é uma das necessidades a ser preenchida pela política de assistência social. Isto supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações. É próprio da natureza humana o comportamento gregário. É na relação que se cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade

Portanto, a relação familiar deve ser priorizada em quaisquer circunstâncias, e pode ser considerada uma forte aliada no tratamento do uso das drogas, assim como na retirada dessas mulheres da convivência na rua, pois permite que elas identifiquem suas identidades, assim como suas subjetividades.

Gráfico 5- Tempo de permanência na rua



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

A partir do gráfico acima, nota-se que o tempo de moradia nas ruas, que se destaca é de 1 a 5 anos, o que, comparado aos outros resultados, se tornam menos expressivo, devido às péssimas condições de vida e às dificuldades encontradas no cotidiano, a violência, a desproteção, o preconceito, a discriminação e o uso abusivo da droga impulsionam a procura de acolhida e proteção dos profissionais e dos familiares, nem que seja por tempo mínimo, temporário. A permanência mínima em serviços especializados ocorre devido às recaídas e às crises de abstinência, ocasionadas pelo uso de substância química.

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando marcas sobre a população empobrecida. (YAZBEK, 2001, p.35)

Em face dessas transformações do capitalismo contemporâneo, que afeta significativamente, as mazelas da sociedade na qual se destaca a população em situação de rua, que convive com a extrema violação de direitos e as mais variadas expressões da questão social.

Neste sentido, o cotidiano da população de rua é visto como algo simplório, devendo ser enxergado por meio dos impactos que os mesmos acarretam na vida dos sujeitos. As dificuldades de sobrevivência para a população que faz das

ruas seu lugar de moradia e convivência são diversas. Sendo assim, Cardoso (2009, s.p.) aponta:

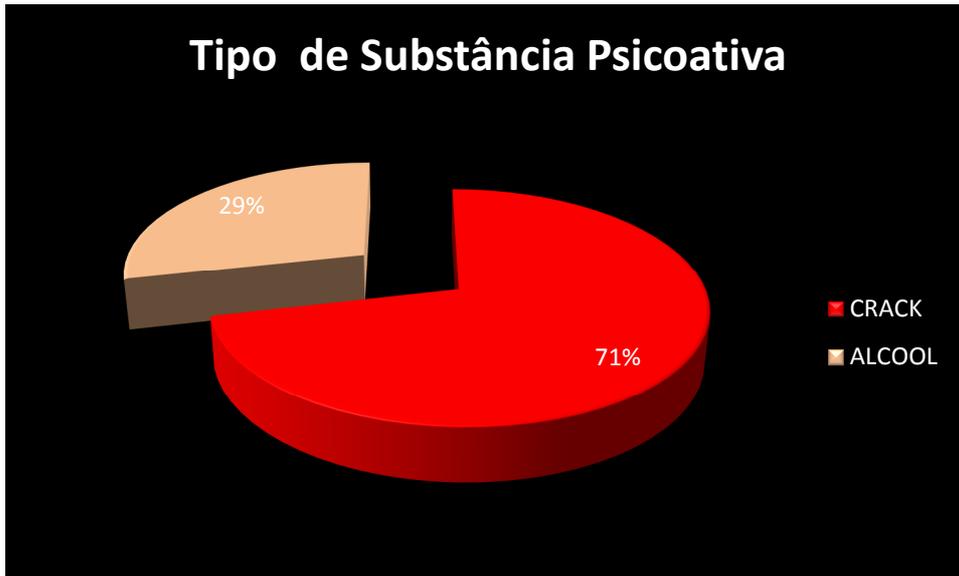
As dificuldades de sobrevivência nas ruas os levam a sofrer o primeiro tipo de violência, que é morar em um espaço público sem as mínimas condições de habitabilidade e moradia digna. Falta de privacidade, fome, frio, sem um teto para viver, e nada em que possamos chamar de qualidade de vida, expressando um limite máximo da pobreza e precariedade. Estão à mercê também de doenças, fome, agressões (que parte de uma ação da própria sociedade ou de uma autoridade), ou até mesmo com o descaso do poder público com a falta de criação e efetivação das Políticas Públicas.

De acordo com o gráfico acima, outro fator nevrálgico, que impulsiona a mulher em situação de rua a não longa permanência na rua, são as relações de gênero enraizadas em todas as camadas societárias, deixando, visivelmente, que a mulher sofra mais por estar nas ruas, criando estratégias como meio de sobrevivência, tanto para as relações pessoais, quanto para as relações materiais.

Dessa forma, entende-se que a permanência da mulher nas ruas é menor que a permanência dos homens, devido às diferenças de necessidades físicas e psíquicas, que permeiam a vivência nas ruas. Dentre essas diferenças destacamos, a necessidade de cuidados médicos especiais, higiene, aparência (vaidade), meio de renda exaustivo e de risco (prostituição), vínculos familiares rompidos presentes na relação materna (para as mulheres que são mães) e para as que não são mães, mas que são filhas.

Sendo assim, entende-se, a partir do exposto pelas mulheres da pesquisa, que a permanência mínima na rua não é um fato isolado, ou seja, o preconceito a discriminação de gênero e as dificuldades vivenciadas especificamente pelo sexo feminino, devido as suas particularidades e suas vicissitudes, faz com que procure proteção contra si mesmas e contra as dificuldades encontradas em seu cotidiano, pois, nos relatos, a maioria enfatiza que encontram, nos serviços e nos profissionais, alternativas, para amenizar a situação vivenciada. Essa busca ocorre em momentos de saturação, cansaço e esgotamento disfarçado no uso da droga, afastando, cada vez mais, a busca de seus anseios, desejos e sonhos.

Gráfico 6- Tipos de Substâncias Químicas



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

De acordo com os relatos das mulheres entrevistadas, o crack é a substância mais usada por elas, seguido do álcool e, posteriormente, por outras drogas. Sendo assim, são várias as substâncias psicoativas que fazem parte do “mercado das drogas”, sendo o crack a droga mais usada pela população em situação de rua, por ser caracterizada como uma droga de fácil acesso, baixo custo e causadora de uma rápida e agressiva dependência, que leva o usuário a uma decadência física, psicológica e social.

Nesse sentido, é necessário reconhecer o quanto o arranjo dessas duas posições – estar em situação de rua e ser usuário de crack - pode ser tramado sob uma busca de delinear uma existência na qual, apesar da situação de negação de direitos e exposição à violência, procura-se amortecer os sofrimentos na busca por instantes de prazer que diminuem a fome e a privação, além de constituir-se como meio para a obtenção de coragem e agilidade em situações que demandam uma percepção aguçada. (RAUP E ADORNO, 2011, p.59)

É uma droga intrinsecamente destruidora, porém, seu efeito é de pouca duração, ocasionando o seu uso diário e excessivo, proporcionando momentos de prazer e lucidez. O uso de drogas, em específico o crack, compõe um aspecto de “identitário” dessa população, que faz o uso excessivo, com o intuito de ser um artifício capaz de propiciar prazer e anestesiar a realidade marcada pela desproteção social e a ausência de direitos.

Cabe salientar que apesar de ser uma droga considerada barata, o uso contínuo acaba por torná-la cara, pois o usuário consome grande número de “pedras” por dia, dado seu efeito rápido, o que leva a ter de conseguir continuamente dinheiro para comprá-las. Este fato pode conduzir a uma série de riscos, entre eles o ingresso na prostituição como forma de obtenção da droga- prática presente em ambos os sexos, embora mais frequente entre mulheres. (RAUPP, 2011, p.25).

Porém entende-se que as drogas não podem ser vistas como fato isolado, mas, sim, como facilitador para diversas séries de riscos, como no caso da prostituição acima citado, destacando, também, a perpetração de pequenos furtos e roubos, alternado com a mendicância inerente ao sexo feminino da população em situação de rua.

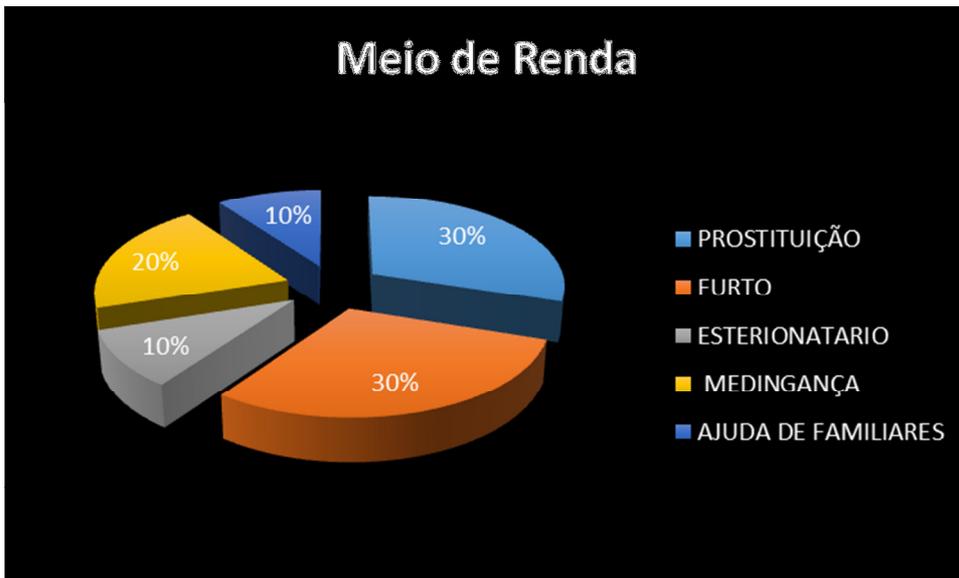
No momento da pesquisa de campo, todas estavam acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional, informando ter acesso aos serviços de saúde para tratamento e acompanhamento em face da dependência química, por ser uma das exigências do serviço. Porém, quando estão em situação de rua, informaram que não comparecem ao Ambulatório Médico Especializado (AME), pelo fato de estarem sob efeito da droga, impedindo-as de buscar o tratamento.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação dos Consultórios na Rua, que segundo Portal Brasil¹⁰ (s.a, s.p) são caracterizados por “Equipes de saúde móveis, que prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas com a estratégia de redução de danos. Essas equipes possuem profissionais de várias formações que atuam de forma itinerante, nas ruas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde, CAPS, Serviços de Urgência e Emergência e outros pontos de atenção”.

Sendo assim, Os Consultórios de Rua constituem uma modalidade de atendimento que possibilita o tratamento e o acompanhamento mais aproximado dos contextos territoriais da população em situação de rua, tornando um serviço de fácil acesso e de acompanhamento mais presencial, a partir do momento em que aborda os sujeitos distanciados das redes de saúde, em seus espaços de rotina e vivência, promovendo a acessibilidade de acordo com as especificidades da população.

¹⁰ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html#menu>. Acesso em 30 de agosto de 14.

Gráfico 7- Meios de Renda



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

A sociedade capitalista trouxe intensa mudança no mercado de trabalho impactado pelos novos processos de produção e tecnologia. O gráfico acima torna nítido que a mulher em situação de rua foi, também, atingida por esse fenômeno tecnológico, deixando-a à mercê do mercado informal.

Segundo Rosa (2005, p. 12), “Os fenômenos econômicos ocasionam a fragilização dos vínculos societários, levando ao enfraquecimento e ruptura de vínculos sociais, familiares, profissionais, comunitários.” Nesse sentido, as mulheres em situação de rua encontram-se vulneráveis a diversas expressões da questão social, sendo o fator econômico o mais comum a que elas são submetidas, Apesar de possuir experiência e qualificação para o trabalho formal, elas são excluídas, por estarem nas ruas, levando-as à prática do trabalho informal e ilícito

Segundo o gráfico, cerca de 30% das mulheres entrevistadas se prostituem, para garantir sua sobrevivência e manter o vício, colocando, em risco, sua integridade física e moral, afinal se deparam com diversos parceiros, sendo estigmatizada por estarem na rua, como consequência decorrente dessa profissão discriminada pela sociedade.

Outro fator relevante, quanto à fonte de renda dessa população, é o furto, que se caracteriza, também, como uma das práticas mais cometidas para o ganho de dinheiro. As condições precárias vivenciadas na rua levam essa parcela da sociedade a se submeter a esses tipos de trabalho para o suprimento de seus

vícios, que, segundo as entrevistadas, realiza essas práticas de trabalho informal, quando se encontra sob efeito de álcool e/ou droga.

Conforme referenciado no primeiro capítulo, a mulher é vista, equivocadamente, como sexo frágil, que a deixa em uma situação favorável ao homem, quanto à mendicância. Segundo relato delas, a sociedade tem mais aceitação, quando estas fazem da mendicância sua fonte de renda.

De acordo com Rosa (2005, p. 33), “A insegurança e a incerteza são as marcas na vida das populações atingidas por esse processo, que não encontra mais lugar na sociedade.”, levando as mulheres em situação de rua a recorrerem ao auxílio material da família. Porém o gráfico aponta que apenas 10% das entrevistadas recorrem à ajuda familiar. Isto, porque fazem uso de substâncias psicoativas, sendo recriminadas por suas condições de vida atuais, preferindo o autosustento por meio de práticas ilícitas e/ou informais.

Gráfico 8- Vínculo com o Serviço Socioassistenciais



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaborado pelas autoras. 2014

Os serviços de assistência ofertados à população em situação de rua, no município de Presidente Prudente (CREAS POP e Serviço de Acolhimento Institucional) visam a dar respostas aos sujeitos, no que tange à vulnerabilidade e ao risco social aos quais estão submetidos. No momento da entrevista, todas afirmaram estar vinculadas aos serviços socioassistenciais acima citado. Isto, devido à realização de busca ativa realizada pelos profissionais. Segundo a Tipificação (2009,

p.22), “O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos.” Com o intuito de suprir as próprias necessidades básicas, elas acessam os serviços em busca de estratégias para sua sobrevivência e para o enfrentamento das dificuldades de seu cotidiano.

Cardoso (2009, s.p.), em sua pesquisa, destaca:

[...] a importância dos cuidados pessoais para essas mulheres, o que aponta uma pequena porcentagem de auto-estima. Combinar roupas, usar maquiagens e perfumes faz parte do cotidiano de muitas mulheres que atualmente moram na rua e conseguem viabilizar através das instituições que disponibiliza o espaço para cuidados pessoais, lavagem de roupa e refeições.

À vista disto, compreende-se que a assiduidade da mulher nos serviços está ligada à satisfação das necessidades básicas, o que torna necessárias ações que promovam o rompimento com a situação de rua, viabilizando o desenvolvimento de potencialidades e o acesso a direitos cuja existência, na maioria das vezes, desconhecem. No entanto, considerando que essas ações de proteção das necessidades básicas podem dificultar o processo de ruptura, tanto com a rua quanto com os serviços que, em geral, como aponta Tiene (2004, p.147), “Não são percebidos como serviços capazes de contribuir para a saída da rua ou para modificar a situação vivida na rua [...]”, tornando-as cada vez mais dependentes, pois as ações ofertadas visam a suprir apenas as necessidades emergenciais.

Sendo assim, destaca-se os objetivos do Serviço Especializado para pessoas em situação de rua, conforme descritos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 29):

- Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial;
- Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento;
- Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua;
- Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária.

Compreende-se que os objetivos visam à superação da atual condição em que os indivíduos se encontram e que os serviços devem inserir ações que contribuam para a reinserção dos mesmos na família e na sociedade, promovendo a construção de novos projetos de vida, de acordo com as particularidades e vontades

dos sujeitos, pois se entende que a população em situação de rua, sozinha, não consegue superar a condição vivenciada, necessitando do auxílio dos serviços e programas ofertados pelas diversas políticas públicas, que são fragmentadas e muitas vezes não correspondem às reais necessidades desse segmento.

3.3 A realidade da rua revelada por meio da História de vida

Para maior compreensão e aproximação da realidade das mulheres, usar-se-á, como método, a pesquisa qualitativa, com destaque na história de vida, com o intuito de se identificarem os determinantes sociais e econômicos que impulsionaram as mulheres a estarem na rua. Para Goldenberg (2001, p.53), “Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.”, sendo assim a pesquisa qualitativa não se baseia na quantidade numérica do universo pesquisado, e, sim, com a aproximação da realidade vivida pelo sujeito.

Neste sentido, foi possível realizar-se uma entrevista semiestruturada com o método história de vida, que tem, como, particularidade, o cuidado entre o pesquisador e sujeito, respeitando o meio no qual está inserido. Afinal, como afirma Sarti (2012, p.24), “As entrevistas constituem, sobretudo, uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado.”. É neste sentido, que o pesquisador deve se comprometer-se ao narrar a história, afinal é por meio dele que se dá voz àquele sujeito.

De acordo com Spindola (2003, pg. 121), “A história de vida é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa.” Dessa forma, o método de história de vida desenvolve-se por meio das narrativas da trajetória histórica, contadas pelos sujeitos que as vivenciaram, tendo o pesquisador oportunidade de ouvir do sujeito de pesquisa aquilo que ele acredita ser, de fato importante, cabendo-lhe somente analisar a forma como aquela pessoa se vê e se insere na sociedade.

É necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudanças) e dialético (teoria e prática são

constantemente colocadas em confronto durante, a investigação). (BRIOSCHI, 1987, apud SPINDOLA, 2003, p. 121)

Isto, porque o sujeito, ao contar sua história, retorna ao período daquele relato, tendo a oportunidade de refletir sobre o momento em que vivenciou determinada situação. Torna-se dinâmico, pelo fato de o pesquisador compreender, por meio das falas, as mudanças ocorridas naquele indivíduo, impondo ao pesquisador a dialética que o leva ao confronto com a teoria e a realidade vivenciada pelos sujeitos.

Neste sentido, apresentar-se-ão as mulheres mencionadas na pesquisa, que contribuíram para o aprofundamento e a participação em suas histórias, marcadas pela desproteção. Para tanto, foram usados cognomes, com o intuito de respeitar e preservar a integridade física e moral das entrevistadas. Sendo assim, destacam-se:

ANA (32 anos) – Nasceu em Pereira Barreto, São Paulo. Estudou até a quarta série do ensino fundamental. Faz uso do CRACK e de bebida alcoólica desde os 15 anos. Já passou por diversas cidades, estando nas ruas há mais de três anos, e está em Presidente Prudente, há 5 meses. Chegou até a cidade, por meio do irmão, que estava indo para Corumbá, onde a droga tem um preço mais acessível. Deixou-a aqui e pediu-lhe que voltasse para Pereira Barreto, porém a mesma conheceu a linha do trem, onde se concentra um alto número de usuários, por ser um local pouco movimentado; envolveu-se com as drogas da cidade, e não voltou mais.

Periodicamente mantém contato com a família e, no momento da entrevista, relatou estar grávida de dois meses, de um companheiro de rua, que está cumprindo medida socioeducativa na Fundação Casa.

AMANDA (22 anos) - Natural de Pirajuru, São Paulo, estudou até a sexta série do ensino fundamental. Sofreu abuso sexual do pai desde os seis anos. Com 12 anos, sua mãe foi assassinada, o que lhe ocasionou mais desproteções, e com isto, os abusos sexuais foram-se intensificando. A partir daí, começou a usar drogas, ficando em situação de rua, por diversas vezes. Aos 14 anos, teve um filho fruto dos abusos provocados por seu pai. Como consequência dos abusos, foi enviada para o serviço de acolhimento, logo após o parto. O pai foi preso e a mesma veio para Prudente, morar com a família. A partir daí, envolveu-se, ainda mais, com

as drogas. Atualmente, o único contato que tem com a família se dá por meio do padrinho, que a ajuda financeiramente.

VANESSA (33 anos) - Natural de Presidente Prudente. Durante sua infância, sua mãe esteve em situação de rua, devido ao uso de drogas. Com isto, a mesma foi acolhida no Serviço de Acolhimento e de lá retirada pela avó materna, que a criou. Possui cinco filhos, sendo que três estão com famílias substitutas. Um encontra-se preso e o outro faz uso de drogas. A mesma já era usuária de crack e foi para a rua após seu marido ser preso. Declara que atualmente possui contato apenas com o filho, que também é usuário de droga e reside sozinho na casa da família.

FABIANA (33 anos) – Nascida na cidade de Presidente Prudente, casada, mãe de quatro filhos. Três estão em acolhimento institucional e a filha mais velha reside com a avó materna. Perdeu a guarda dos filhos, ocasionada pelas diversas denúncias que a acusavam de tráfico e uso de substâncias psicoativas, o que a levou à situação de rua, no período de uma semana. No momento da entrevista, ela e o esposo se encontravam sob a guarda do serviço de acolhimento, relatando sempre manter contato com os filhos institucionalizados e os demais membros da família, apresentando a importância dos mesmos para a superação da situação de rua.

PRISCILA (19 anos) – Procedente de São José do Rio Preto, ensino superior incompleto, nasceu em uma família em que o consumo de álcool era rotina, além do uso constante de drogas. Isto provocou seu acolhimento institucional com três anos e meio, juntamente com seus dois irmãos, onde sofreu um abuso sexual.

Aos quatro anos de idade, ela os dois irmãos foram adotados por uma família de Presidente Prudente. Conheceu as drogas por meio de um namorado, que a levou a viver nas ruas, por dois anos, e a abandonar a faculdade. No momento da entrevista, a mesma relatou manter contato com a família de origem e a família extensa.

A aproximação com as mulheres em situação de rua, que estavam acolhidas no Serviço de Acolhimento, no momento da entrevista, possibilitou a compreensão de suas trajetórias de vida, dos lugares que consideram “abrigos”, quando estão nas ruas, suas estratégias de sobrevivência frente aos inúmeros desafios encontrados, a questão da higiene, da alimentação, do relacionamento com a família e com os companheiros de ruas, o modo de viver o afeto e o amor, dos

meios de rendas, do uso de droga e, por fim, a relação com os serviços de saúde, assistência e outros.

As entrevistas permitiram confirmarem-se muitas dúvidas que havia com relação ao fenômeno “mulher em situação de rua”, e muitas suposições engrenhadas no senso comum, que possibilitou lhe desmistificar diversas questões com relação a comportamento da mulher em situação de rua, que para nós seria de agressividade; o de não possuir vínculos familiares, justamente por estar na rua; o de não cuidar da higiene e vários pensamentos errôneos, que trazem estigmas e rótulos a essas mulheres, pelo fato de não conhecermos, criticamente, o fenômeno. Por outro lado, também possibilitou a afirmação de algumas ideias, como o fato de haver um número de mulheres menos expressivo, quando comparado ao dos sexo masculino.

Foi-se recebido de forma calorosa, apesar de ser um horário logo no início da manhã e encontrou-se a maioria delas dormindo. Ao serem informadas da visita e do motivo da desta pesquisa, de forma bem particular, mostraram sensações de alegria e gratidão, por serem, uma vez na vida, consideradas importantes e sujeitos de direitos, protagonistas de suas próprias histórias.

Diversos são os fatores que impulsionaram essas mulheres a estarem em situação de rua, advindos do modelo neoliberal que está configurado no Brasil, que reduz e torna ausente o papel do Estado no que tange a proteção social diante das políticas públicas, conforme apontado anteriormente.

A trajetória de ida para as ruas vai além das questões de vivências individuais de cada sujeito. Estão relacionadas ao processo das diversas transformações sociais e econômicas do país, associadas ao um amplo processo de exclusão, imposta à população em situação de rua.

Os fatores que estão diretamente ligados ao processo de exclusão estão relacionados à precarização do trabalho, desemprego, precarização da qualidade de vida e à valorização do capital, que propiciam a concentração de riquezas, gerando várias expressões da questão social, dentre elas, a questão da situação de rua, que acontece, devido à ausência do Estado, no que tange à família.

Sendo assim, nos depoimentos, os motivos que impulsionaram a transição de ida para as ruas quase sempre aparecem como causas, conforme aponta Priscila.

“Ó eu nasci numa família de alcóolatras e usuário de droga, ai com três anos e meio fui prum abrigo, ai la tive um abuso sexual, dentro do abrigo, porque era uma chácara é... onde a pessoa, tinha uns filhos mais velhos, elas cuidava de umas dez crianças, eu e meus dois irmãos tavam num abrigo, ai os filho dela acabou abusando de mim né, de mim eu lembro dos outros não, ai a gente foi adotado por essa família aqui em prudente, ai minha mae e meu pai aqui de prudente, foi que criou a gente e sempre deu tudo né, sempre deu tudo, mais ficava uma magoa um negocio na cabeça que num saía né [...] Então, eu sai memo por causa di gosta de alguém que, era envolvido com a droga e pra mim pode fica com a pessoa, tive que i mora com ela na rua, ai ele acabo indo preso de novo, ai conheci outro, ai fomo mora em assis, ai já não deu certo, já voltei pa rua, ai me envolvi mais ainda na droga, ai comecei usa mais com força, muito mais né que usava mais não era frequentemente, ai comecei usa mais frequentemente e fui ficando”.

As relações fragilizadas e efêmeras, advindas do modo de produção capitalista, tornam vulneráveis os aspectos sociais da vida do indivíduo e de seus familiares. A família é um espaço essencial para a própria sobrevivência e de sua constante construção e reconstrução. Gueiros (2011, p.76) aponta que “A qualificação da família, como principal agente da socialização primária e de locus privilegiado para o desenvolvimento da cidadania, da proteção e do cuidado de seus membros”. Nesta concepção da família, como primazia na implementação e efetivação das políticas públicas, no que visa à concepção da matricialidade familiar, entra em convergência com o papel do Estado frente à manutenção das necessidades e peculiaridades das famílias, que atribui funções que, na maioria das vezes, não conseguem exercer por falta de proteção. Portanto não se pode exigir algo de quem não tem condições concretas para tal.

Da primeira vez que fui pra rua vou fala a verdade heim faz tempo eu num sei fala direito porque o caçula não era nem nascido pode se um cinco mais ou menos, mas é assim nesse intervalo eu ficava o que tipo um ano na rua ai voltava com dó do pai dos meus filho né porque a gente tinha um pouco de amor assim ainda um pelo outo, assim a primeira vez foi que os muleque foi tudo pro lar, ai eu e ele fiquemo dois ano na rua ,porque a gente chegava em casa não via as coisa das criança ai a gente ficava doente em depressão chorando né e como era usuário de droga tava tentano se liberta das droga né ai foi passado tudo pa gente se interna ai ele foi po Bezerra e eu fui pro Alancardec ai eu fiquei lá , fiquei lá um mês ai nós saiu ai nossa família ajudo né ai graças a deus né nós fiquemos na presença de deus na igreja tudo ai foi assim ficava um ano voltava e recaía. (Vanessa)

O abuso do meu pai [...] É que minha mãe é falecida [...] desde meus seis anos meu pai abusa de mim [...] eu fui abusada eu tenho um filho com meu pai, meu filho tem síndrome de Down [...] Ele foi tirado de mim, eu não sei nonde que ele fica agora. (Amanda)

Todas as entrevistadas trazem, em suas trajetórias de vida, relações familiares marcadas por situações de violência, de abandono, de institucionalização, de violação de direitos e de vícios em substâncias químicas, tornando-se fatores determinantes, para impulsionar a situação de rua.

Essa relação de conflito presente em quase todas as falas dos sujeitos da pesquisa enfatiza a importância da criação de políticas públicas que atendam a família, como o agente principal na construção de suas relações, visando ao fortalecimento dos vínculos e ao desenvolvimento da autonomia e independência.

A recuperação da importância da família como lugar de busca de condições materiais de vida, de pertencimento na sociedade e de construção de identidade, principalmente nas experiências de insegurança, de perda de lugar na sociedade e de ameaça de pauperização trazidas pelo desemprego. (WANDERLEY, 1997, p.148)

Sendo assim, entende-se que a realidade brasileira que é imposta às famílias, permite considerar-se que a falta de estratégias e intervenção do Estado torna as famílias vulneráveis a diversas expressões da questão social, sendo atribuídas a elas responsabilidades nos cuidados que vão além de suas capacidades protetivas e materiais, impulsionando as relações de conflitos, o que caracteriza um fator impulsionante da ida delas para as ruas, como apontam as entrevistadas

“Devido ao uso de drogas eu perdi tudo, acabei com tudo que eu tinha e ficamos na rua, depois que eles (filhos) foram para o lar nós fomos para rua eu e meu marido, ficamos em situação precária mesmo”(Fabiana)

“Minha situação é que to aqui né, consequência da droga do crack né [...] porque faz 16 anos que eu morava com o pai dos meus filhos e ele foi preso né [...] ai fui pa rua e essa ultima vez fiquei três ano na rua pela quarta vez já, dessa vez foi pa não volta mais né”. (Vanessa)

A questão do consumo de substância psicoativa vem se tornando presente nas relações sociais contemporâneas, o que evidencia um problema grave e não equacionado. Dentro das desproteções vivenciadas pelos sujeitos de rua, a dependência química é uma das mais presentes no cotidiano. Trata-se de um fator recorrente e multifatorial, tornando-se uma questão de saúde pública em face da vulnerabilidade e possíveis riscos advindos da dependência química.

“A droga memo. a droga e disintendimento né que fez eu i pra rua que eu chegava usa o pessoal do fórum sabia do tempo que nós tava usando droga, mas ai me vem tipo assim a negligencia não é a negligencia porque devido o uso da droga ai não da pra trabalha e vira um rolo discussão né... eu sai de casa definitivo memo as droga acabo com tudo com meus filho tudo tudo... eu ia até tira carta ter carro tudo acabou com tudo, tava trabalhando..daí eu tava indo na igreja só que ai o pai dos meu filho tava no vicio ainda de cigarro e conforme o tempo passava ia melhorando a vida ai começava te as festa churrasco ai uma coisa chamava a outra o álcool chamo né depois veio o cigarro que ele já fumava já... ficava agressivo falava entendeu essas palavra ai ai eu peguei desandei tamem... tudo consequência do álcool”l. (Vanessa).

As famílias têm sido expostas a constantes situações de ameaças, como a dependência química, que tem sido um fator predominante, no que tange à vulnerabilidade das relações sociais, que, na maioria das vezes, se rompem.

Diante disto, a dependência química afeta, severamente, as relações do núcleo familiar, por trazer um comportamento não aceito pelos demais membros da família, assim como encortina emoções e provoca o afastamento, o isolamento e o rompimento dos vínculos afetivos, Como aponta Ana e Amanda:

“Faz 17 anos que eu usava, que eu era usuária. Fiquei na droga 17 anos perdi 17 anos da minha vida [...] o álcool, fui mais dependente do álcool do que da química, eu tomava seis corote de pinga por dia e dormia abraçada com um, acordava varias vezes na madrugada tomava um gole e dormia abraçada com o corote [...] Já aconteceu, eu ia pra rua, voltava pra casa eu ia pra tratamento, ai eu voltar pra casa e sair pra rua de novo [...] Eu já, varias vezes, mas eu nunca que parei, nem pela minha filha, minha filha já me eternou varias vezes” (Ana)

“Desdo dos meus doze anos, eu tenho 22 [...] é que eu vortava, eu tipo eu usava e vortava pa dentro de casa, não ficava na rua, depois que eu comecei a ficar [...] Eu me sinto abandonada por eles é por isso que é ingual que as meninas falo co gosto mais de fica na rua, porque eu fico aqui uma noite, depois eu vorto, fico na rua de novo”. (Amanda)

Esse processo de tomar-se o uso das substâncias químicas como forma de encarar e conviver com os desafios postos pelas situações de vulnerabilidades, é uma questão presente em todas as falas das mulheres em situação de rua, que buscam, nas drogas, uma forma de esquecer situações enfrentadas no passado e minimizar os desafios presentes no cotidiano.

“fiquei três meses na rua eu e meu marido. Mas assim, rua em termos, porque a gente nunca chegou a dormir na rua, a gente ficou na rua assim uma semana porque eu ficava na linha do trem usando drogas, não chegava a dormir porque ficava usando drogas, nem de dia porque era dia e noite usando drogas sem dormir sem comer, porque quando você está usando drogas você não tem sono. Quando eu cheguei aqui na casa eu

pesava 42 kg, era pele e osso, a primeira vez nas ruas para nunca mais".
(Fabiana)

A dependência química afeta a saúde física e mental daqueles que dela fazem uso, tornando-os dependentes, o que acarreta a falta de controle e de capacidade para a tomada de decisões, dificultando-lhes a saída da situação em que se encontram, resultando, também, na fragilização dos demais membros da família, que se encontram em estado de falência e extremo cansaço, excluindo, muitas vezes, sem perceber, o sujeito da família, como é apresentado nas falas das entrevistadas.

"U único que liga pa mim mesmo é meu padrinho, que ele procupa, que sabe nonde que eu to, mas ele num pode me pegar assim me leva pa morar com ele, por causo que a minha madrinha é contra sabe, fala que eu que escolhi essa vida, tão tenhu que me se vira sozinho, então fia pa não te briga entre os dois eu prefiro fica na rua". (Amanda)

"Aaa eu tenho minha família que mora aqui sabe, de vez em quando eu vo lá [...] mas então eu num tenho muito vinculo com eles lá sabe, de vez em quando fica até chato, eu to .. chego lá, ta fazendo churrasco, daí todo mundo fica olhando assim ca quela cara sim, nossa que que ta fazendo aqui! Daí... isso disanima né [...] em festa.. eu passo, eu passo na rua sabe, eu sempre passei na rua, nunca passei dentro de casa assim". (Amanda)

"Não, minha família já tinha cansado de tentar me ajudar, ficaram em cima enquanto as crianças estavam juntas, depois que as crianças foram para o lar ai já largaram de mão. Acho que até por isso eu reagi, porque vi que eu não tinha apoio de ninguém para nada, ai eu resolvi mudar de vida porque eu vi que já não estava mais tendo condições". (Fabiana)

A falta de preparo e de conhecimento da família sobre a dependência química e seus impactos acaba, por sua vez, contribuindo para o pensamento errôneo de que o sujeito está nessa dependência por vontade própria e que ele é o único responsável pelas suas escolhas. Com isto, os relacionamentos familiares vão-se fragilizando, o que pode ocasionar o isolamento desse sujeito dos demais membros da família, quando não o rompimento desses vínculos familiares.

A família, já esgotada pelo cansaço e pelo acúmulo de tentativas de tratamento e recuperação sem efeitos positivos, experimenta sensações de desgosto e descrença total. Nesse estágio, a família se ausenta, não acreditando, mais, na recuperação do membro da família.

Diante disto, é válido destacar-se a importância da família, no que diz respeito ao tratamento e à reinserção da mulher em situação de rua no seio familiar

e no meio comunitário, como aponta Amanda: *“A eu acho que eles que têm que me dá força né, pa me ajudá a sai... porque, sem ajuda deles, eu não.”* Com isto a importância das ações voltadas para o fortalecimento das famílias nos cuidados e na proteção dos seus membros se torna essencial para a transformação dos sujeitos.

“É muito, é importante é o que me da força agora, a vontade da gente em relação a droga, em volta assim , porque a vida da rua é a liberdade, se faiz da vida o que você que, você dorme a hora que se que, se acorda a hora que se que, se sai da sua casa a hora que se que faz o que você que, apesar de você ta na rua, corre risco de varias situações, mas você faiz o que você que da sua vida, não tem cobrança[...] fiquei um mês na casa da minha mae, ai num dava certo porque, ai ela começava a fala, ah! Mas você fez isso, ah! Mas vc fazia aquilo, ai eu já saía, ai eu fui pa rua [...] o ano passado, foi quando eu voltei ai passei a noite inteirinha usando crack, ai fui pra Prudente ai peguei num tava aguentando, ai peguei falei não, vou pra casa da minha mae, vou pedi pra volta pra lá, ai cheguei lá eles trancar eu, num quarto lá no fundo, aí eles falo não você vai ficar nesse quartinho que tem aqui no fundo e tem um banheiro aqui do lado, quando você quise comida alguma coisa, você bate na porta a gente vem te dá, eu falei não num to presa, pa fica vivendo que nem preso, ai já tava com vontade de usa droga também, ai já saí, ai num voltei mais”. (Priscila)

“Eu acredito na família o q aconteceu recaiu né mais não por causa de droga problema da família, muita pressão porque começa tipo assim a te responsabilidade[...] não vou na casa do meus tios po causa da droga né, porque eu tenho maior vergonha” (Vanessa)

Neste sentido, a família passa a ser o ponto de partida para a perspectiva de mudanças das mulheres em situação de rua, que têm, em sua trajetória histórica e cultural, a valorização das relações sociais, tornando-se a referência e o pilar para a mudança da situação atual. Porém o despreparo dos mesmos, diante das situações vivenciadas, acarreta o processo de sentimento de culpa e de vergonha dos sujeitos, que se afastam, como meio de acabar com o sofrimento da família, que, sem perceber, os impulsionam às recaídas nas idas para as ruas, pois, devido à falta de proteção e à falta de preparo, se sente perdida em meio aos conflitos.

Dessa forma, com o afastamento do sujeito da sua família, ocorre um rompimento dessas relações, o que pode trazer o sofrimento da família e, ainda mais, a desproteção ao sujeito em situação de rua, o que lhe pode trazer outras situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Sendo assim, a ausência de políticas públicas específicas, no que se refere à família dos sujeitos em situação de rua, dificulta a perspectiva da

convivência familiar e comunitária, a proteção e a qualidade de vida. Diante disto, conhecer a família e suas fragilizadas é de extrema importância para seu atendimento e para a construção da cidadania, construindo relações sociais baseadas no cuidado e no respeito, pois, para as mulheres em situação de rua, a família é caracterizada como um espaço de proteção e de cuidado.

Meus filhos não sabem da minha vida, só a mais velha, mas os outros não sabem da minha vida [...] ela me da bastante conselho [...] com medo de eu cair de novo porque sempre quando eu to em tratamento, quando eu volto eu caio la , quando não caio la, caio na cidade da minha mae legitima entendeu [...] porque são cidades que tem muita movimentação de droga. [...] A eu considero, hoje eu vejo que eu sou uma pessoa importante pelo menos pra eles. Hoje eu me sinto melhor. (Ana)

“O psicólogo lá do CREAS já ta indu atrás do meu filho, eles tão indu atrás para sabe. Que eu sabe mais eu acho que eu fico mais aliviada, dai da mais força pa mim para de usar.” (Amanda)

Por fim, por meio das falas das mulheres, fica evidente a importância da família para a transição de saída da situação de rua e da dependência química, o que afirma a necessidade do papel do Estado frente às relações familiares fragilizadas, no sentido de propiciar a propriedade da família nos cuidados de seus membros e na manutenção de suas necessidades, pois sua viabilização não é encarada como prioridade. Miotto (1997, p. 127) aponta que, tendo em conta a fragmentação dentro da qual a família é tratada, é necessário esforço, no sentido de articular e integrar as políticas setoriais, para que possa facilitar, melhor, a qualidade de vida das “farrulias”, o que acarreta atendimentos fragmentados, não dando suporte para o acolhimento do indivíduo, pois ambos estão fragilizados e estafados.

À vista disso, a mulher em situação de rua busca, em seu cotidiano, as relações sociais inexistentes no contexto familiar, de forma bem particular, estabelecem vínculos, de modo a suprir a falência da relação de carinho e afeto da família.

3.4 As relações sociais na rua: afetividade ou distanciamento?

Como referenciado no primeiro capítulo, a mulher ainda é considerada sexo frágil e possui valores de subalternidade com relação ao homem de acordo com Sposati (2004, p.7), “Mulher na rua é vista e mal falada em contraponto a “mulher de família”, se reservada ao privado [...]”, dessa forma, a mulher em situação de rua fica ainda mais exposta aos olhares discriminatórios da sociedade, que carrega, ademais, em seu seio, uma posição machista. Neste sentido, vale ressaltarem-se as falas das entrevistas, que trazem, consigo, a relação de gênero imposta pela sociedade atual e afirmam que é mais difícil, para a mulher, viver na rua do que para os homens.

A mulher, porque a mulher é mais frágil né, se for em relação as pessoa que moram na rua tamem, a mulher sofre mais, porque homem não tem piedade de nada, bate em mulher na rua não ta nem vendo se apanha de homem se apanha de mulher, apanha de traficante , apanha de policia, mulher, agora homem já não, já anda armado, já sai na mão [...] (Priscila, 19 anos)

A fala da Priscila mostra e afirma a hipótese levantada nos capítulos anteriores, em que a violência contra as mulheres existe de forma ainda mais agravante para aquelas que se encontram nas ruas. A questão da violência perpassa a verbal e física, dando ênfase à violência sexual que essas mulheres ficam sujeitas diariamente, como relata Amanda, de 22 anos: *“Mulher! Mulher sofre mais, porque tem u.. esses parte de abuso, tendeu? Tem mulheres que caba sendo abusada, tendo que i pa prostituição.”*

Dessa forma, nota-se que a violência sexual vivida por essas mulheres é algo que convive com elas diariamente, chegando a ponto de fazerem do seu corpo um meio de renda para sua sobrevivência.

A desproteção vivenciada, nas ruas, pelas mulheres é o que as faz, também, se sentirem seres frágeis, uma vez que estas ficam à mercê dos homens, que acham que, pelo fato de elas estarem nas ruas podem, ser assediadas sexualmente, contra a vontade própria, sendo consideradas *“objetos de prazer”* (grifo das autoras).

O fato de as mulheres serem consideradas seres indefesos e que necessitam de cuidados e proteção masculina, ao estarem nas ruas é uma forma de elas se sobressaírem perante os homens, como aponta a fala abaixo:

[...] porque a mulher tem as vantagens de ser mulher, a mulher chega, ela pede comida, ela pede qualquer coisa o povo ajuda, agora homem já não, fora que tem homem que continua insistindo então uma hora ganha uma coisa ou outra, agora a mulher é mais vantajosa todo mundo que olha fica com dó. (Fabiana, 33 anos)]

Em cada fala das entrevistadas, reforçam o papel de subalternidade que exercem com relação ao homem, porque foram criada para elas uma identidade que, segundo Tiene (p.20), elas foram “[...] construídas para o interno, para dentro da casa, marido, filhos, cuidado com os doentes. A rua, como espaço público, é de todos.” Sendo assim, a mulher carrega as características criadas pela sociedade, que impõe a elas a identidade de cuidadoras do lar, de modo que se encontram em situação de rua são permeadas por esse ideal imposto pela sociedade discriminatória. E devido a isso são vistas com olhar de dó, ao desempenharem a mendicância nos espaços públicos, levando vantagem sobre o homem.

No ponto de vista de Ana (32 anos):

[...] o homem ele não tem tanta facilidade igual à mulher pra ganhar dinheiro [...] a não ser roubando, mas aí rouba e vai pra cadeia. [...] e a mulher se ela chegar e pedir: o moça me da um real que eu quero comer, ou então pra tomar uma pinga, a mulher sempre consegue.

De acordo com a fala da entrevistada, Ana, a questão de gênero as favorece em relação à mendicância, a sociedade as vê de forma subalterna, como sexo frágil, e por isto, acabam cedendo dinheiro, que as mulheres utilizam, para comprar drogas e álcool, sendo as substâncias psicoativas o eixo impulsionador para a construção de vínculos afetivos com os companheiros de rua como aponta Vanessa: *“É sozinha, ela é muito sozinha assim, só, quando não tem a droga só, agora quando tem, tem amigo né”*. Então a relação de afetividade entre a população em situação de rua é decorrente do interesse por aquilo que possuem e podem dividir com os demais companheiros, sendo as drogas motivos de aproximação e fonte de um espaço seguro para elas, como declara Amanda: *“[...] eu só tenho três colega na rua, eu num sô de fica em turma tendeu?, Eu sô só de três, quando eu*

tenhu droga eu chamo os três oh vamo fuma? Quando eles tem, eles fala vamo fuma? Vamo!”

Como consequência da exclusão enfrentada pelas mulheres em situação de rua, a sua dependência de substâncias psicoativas é fonte, para superar as dificuldades que enfrentam em seu cotidiano, de modo que o afeto, nas ruas são mensurados por meio da quantidade de drogas que a pessoa possui. Ou seja, quanto mais droga a pessoa tem, mais companheiros de rua dela se aproximam. Como aponta Priscila, *“Amigo amigo ninguém tem, você tem inimigo, você tem só os companheiros [...]”*. Neste sentido, fica explícito que as relações sociais das mulheres em situação de rua visam a suprir necessidades caracterizadas pelo fator específico de gênero, com o intuito de estabelecer vínculos afetivos, independente da forma. De acordo com as entrevistadas, é possível notar-se que, na rua, as aproximações ocorrem por causa da droga; ou seja, há uma proximidade baseada em interesse.

As drogas para as mulheres em situação de rua é caracterizada como uma medida de se minimizarem as dificuldades, os sofrimentos e a desproteção, que são grandes desafios encontrados e vivenciados nas relações com os companheiros de rua e nas relações com as famílias, obrigando-as a se submeterem a diversos meios, para satisfazer os vícios.

3.5 O cotidiano das mulheres na rua: necessidades humanas, acesso a direitos, hábitos, rotinas e dificuldades

Junto à paisagem urbana, em uma camuflagem tornando-as quase invisíveis, as mulheres em situação de rua fazem, desse ambiente, o espaço de reprodução de suas relações sociais. A rua passa a ser o locus de sua existência, portanto deixando de ser simplesmente destinada à pessoas apressadas, para chegarem ao seu destino. Mas assumem uma característica contraditória, que é, ao mesmo tempo, espaço de sobrevivência, e de moradia, de trabalho, de rotinas, hábitos e experiências. Neste sentido, a vida, nas ruas, é composta de inúmeros desafios, sendo uma luta pela sobrevivência.

No momento da entrevista, a maioria das mulheres declararam viver no pontilhão, localizado próximo ao centro da cidade, ou na linha do trem, onde fazem o uso de drogas, por ser um lugar pouco movimentado e com menos policiamento: *“Todo mundo aqui, toda moradora de rua a maioria é embaixo do pontilhão, da maioria, quando não é na linha, em alguns outros lugares, assim, casa abandonada que o povo invade”*. (Ana)

As mulheres habitam em locais onde encontram um pouco de conforto, ou, muitas vezes, lugares pouco movimentados. Porém outras até preferem locais mais movimentados, devido à segurança que possuem. O que todas têm, em comum, é o desejo de estar em um lugar que lhes permita a sobrevivência. Cabral (2005, p. 5) afirma que, “na rua, há espaços ocupados, no sentido de casa, onde determinados grupos sociais vivem como se estivessem em casa”. Portanto, as mulheres fazem dos logradouros públicos seu locus de existência, uma vez que seus direitos já foram violados e seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados. Passam a ir à busca de locais para a manutenção de suas necessidades.

“Ó, eu morei sabe ali a rua da cinal, no camelo ali? Lá pra frente assim, tinha três casinha abandonada, ai quando conheci esse rapaiz que eu morei com ele, que ele foi preso tamem, eu fiquei morano lá com ele, ai depois meus irmão foi mora com nós, ai ficamo em quatro lá, uma vez os policial falo vou prende os quatro dessa casa pra voceis sai daqui, e ai prendeu ele, prendeu meu irmão, depois prendeu o outro e eu falei não agora vou sai fora né se não vou presa tamem”.(Priscila)

Um das principais características da pessoa em situação de rua é o andar, podendo dormir em um local, passar o dia em outro, indo de uma superfície a outra da cidade. A maioria das mulheres não ficam, por muito tempo, no mesmo lugar, devido às desavenças com outras pessoas em situação de rua ou devido às reclamações da comunidade, que pressionam as autoridades para a retirada dos mesmos dos locais particulares ou públicos, como viadutos, praças, entre outros.

Neste sentido, Monteiro (2011, p 56) afirma:

Para os moradores de rua, é na própria rua que o movimento da vida acontece. Movimento da vida feita de cores, sons, amores, desamores, lutas e conquistas. Movimento que se desenvolve, diurna e noturnamente, na temporalidade da própria vida. Nessa temporalidade, vão-se construindo territorialidades, que acompanham o mesmo movimento.

Sendo assim, compreende-se que a mobilidade das mulheres em situação de rua lhes permite novas experiências, novas amizades, novas lutas e conquistas, porém ocorrem devido às péssimas condições de vida a que estão sujeitas, sendo elas frio, perigo, violência, fome, entre outras.

Em relação aos desafios encontrados, é importante destacarem-se algumas falas que as descrevem perfeitamente, pois são ditas pelas próprias mulheres que vivenciam esses fatores:

“Maiores desafios, tempos de chuva. (Risos) Tempo de chuva, molha a cobertura de vez em quando, daí se vai te que durmi com coisa molhada, batendo aquele vento, daí capaiz, inigual eu já tenho pneumonia [...] daí agente tem que entra em casa vazia, essas coisas, daí já fica mais pior né que daí que a polícia pegar, daí já... (risos) bate, já joga na chuva de novo”.
(Amanda)

Os fenômenos da natureza interferem na vida das mulheres em situação de rua, posto que seus locais de moradia apresentam péssimas condições, ficando expostas ao frio, ao sol, à chuva, trazendo danos tanto à saúde física como psicológica.

Por outro lado, a violência dificulta a luta pela sobrevivência, sendo praticada desde o tempo da escravidão até os dias atuais, e caracterizada como um fenômeno histórico e cultural, pois o Brasil traz de herança as relações agressivas entre escravos e donos de terras, apontando um Estado marcado pelo autoritarismo e pela burocracia, impondo regras que a sociedade passa a ser obrigada a cumprir, aumentando ainda mais os índices de violência.

Segundo Costa e Figueiredo (2013, s.p):

Para todos os efeitos, guerra, fome, tortura, assassinato, preconceito, a violência se manifesta de várias maneiras. Na comunidade internacional de direitos humanos, a violência é compreendida como todas as violações dos direitos civis (vida, propriedade, liberdade de ir e vir, de consciência e de culto); políticos (direito a votar e a ser votado, ter participação política); sociais (habitação, saúde, educação, segurança); econômicos (emprego e salário) e culturais (direito de manter e manifestar sua própria cultura).

Logo, compreende-se que a violência não se manifesta apenas no ato de bater e machucar, pode ocorrer, também, por meio da violação de direitos e dificuldade no acesso às políticas públicas. Neste sentido, destacam-se as mulheres

em situação de rua, que já estão submetidas à violência advinda do Estado, devido à sua exclusão, e, apesar disto, ainda sofrem constantes agressões policiais.

Os policial, tem uns que judia mais, eles batiam muito, batia era agressivo nas palavra, eles entrava lá dentro de casa lá onde nois morava, batia ne nós, ne mim nos meus irmão, no meu companheiro, num tava nem vendo [...] eles agride memo não tao nem vedo, muié, policial feminina, que bate e chuta as parte íntima [...]". (Priscila)

As mulheres em situação de rua ficam à mercê das agressões constantes das autoridades. As entrevistadas declaram que este é um dos maiores desafios vivenciados e que precisa ser superado.

Tais atitudes policiais demonstram a clara opção pelo atendimento da população pobre por meio de um Estado Policial e suas ações coercivas, que não visam à concretização de direitos e a garantia da cidadania, pois esses atos de agressões, maus-tratos e intimidações são rotina na vida dos moradores de rua da cidade e, de acordo com as próprias vítimas, grande parte dos que agem dessa forma são os agentes de segurança, envolvendo policiais e guardas civis. (Costa e Figueiredo, 2013, s.p)

Sendo assim, compreende-se que o Estado trata a pobreza com atos de coerção e de agressão, trazendo a questão social existente no passado para o presente; ou seja, pobreza é um caso de polícia e não de política pública. Entende-se que a função dos agentes civis deve ser voltada para o bem da população em geral, incluindo as pessoas que estão em situação de rua.

Diante das agressões vivenciadas, as mulheres criam estratégias, para minimizar os maus tratos:

A gente se fazia de santo, na hora que eles chegavam, escondia tudo a droga, ficava quietinho, sim senhor, não senhor, só tratava com respeito, só se respeita, mas eles são muito agressivo, eles vem nas palavra, eles vem na onde dói ai você vai responde. (Priscila)

Em um Estado democrático caracterizado pelo discurso de garantia de direitos, a função da polícia é zelar pelo cumprimento das leis, e não coagir, espancar e humilhar os que se encontram vulneráveis.

Além da violência praticada pelas autoridades, as mulheres em situação de rua vivenciam violências com os próprios companheiros, tais como as brigas, discussões, roubos entre elas, causados, normalmente, pelo uso de drogas e/ ou bebidas. Assim, Ana conta:

Entre nós mesmo, já teve varias mortes naquela linha do trem, joga um o outro de cima daquele pontilhão, o mês retrasado nós ficamos sabendo que jogaram uma rapaz de la de cima [...] tem uns que fumam e ficam louco, joga, empurra, joga,mata, mataram um asfiziado só porque o cara ia receber três mil reais, o cara pego os três mil, tava usando droga la, os cara pego ele, rancou a calça, enforcou ele com a própria calça, catou o dinheiro dele e foi embora, então é uma vida muito dificil, é um grande desafio você esta ali”.

A violência entre os companheiros ocorre frequentemente, nas ruas. As mulheres relatam que os motivos são banais, porém a relação conflituosa se dá principalmente pelo fato de usarem droga, bebidas alcoólicas ou possuírem transtornos mentais. Com isto, elas tonam-se mais vulneráveis à violência dos companheiros do que os homens, com o risco de serem abusadas e violentadas sexualmente, enquanto dormem. Essas preferem andar em “bando”, com outros companheiros, de preferência do sexo masculino, com o objetivo de adquirir proteção.

Ai apareceu um rapaz a noite que eu nunca tinha visto na minha vida porque a gente que usa droga aparece gente de toda espécie né [...] Meu maior desafio era de noite assim, as vez sei lá, quando eu tava sozinha né, [...] num gostava muito no começo di te amizade nem nada, todo mundo que chegava perto de mim eu avisava, so casada para com isso, para com isso, ai depois chega um tempo que a gente acostuma né, mas eu perguntava né o meu medo era esse de noite, eu falava óh meu pai até quando vo fica assim. [...] porque, porque na mesma hora que você tinha amigo você já não tinha, as vez tava todo mundo né, podia ta drogado lá tudo mais as vez bebia de mais ai um já ficava como se diz alucinado por causa da droga, já corria, o outo já né pirava, mais pelo menos num tava sozinha. (Vanessa)

Mesmo sendo apenas por interesse de se manterem protegidas, as mulheres que estão em situação de rua mantém relacionamentos e amizades com os homens que se encontram na mesma situação. Preferem ter vínculos com homens do que com mulheres, conforme discutido no capítulo anterior, sendo comprovado, também, na pesquisa de campo.

Além do mais, outro desafio presente no cotidiano dessas mulheres é a fome, como aponta Priscila:

“E a fome né, mais graças a deus tem muita gente boa ainda nesse mundo. Você pedia comida, só tinha uns que nossa! Forte do jeito que você é, porque você num vai trabaia, eles não sabe o que quié assim, se não tem força pra você trabaia [...] tinha alguns que eles vinham pra você e falava se tem que trabaia pra come não é só fica pedino o povo falava na rua né”.

A ausência de casa concreta e a violência não são os únicos problemas a serem enfrentados pelas mulheres. Há, também, a ausência de alimentação, que as leva a praticarem a mendicância, que se caracteriza pelo ato de pedir ao outro dinheiro, alimento ou outros.

Contudo, conforme destaca Pereira e Siqueira (2010, s.p)

Apesar de somente uma pequena parcela da população de rua brasileira exercitar a mendicância como principal forma de sobrevivência, este grupo populacional é visto, de maneira freqüente, como o principal praticante desta atividade.

Nem toda mulher que se encontra em situação de rua realiza a mendicância, assim como nem todos os que a realizam estão em situação de rua. A mendicância e a situação de rua não precisam, necessariamente, estar ligadas. Algumas mulheres declararam que realizam a mendicância como forma de sustentar o vício, entretanto há um olhar de preconceito da sociedade para com elas, provocando baixa autoestima e sensação de inferioridades, impedindo que as mesmas se olhem como seres de direitos e superem a atuação situação.

Além da mendicância, outro meio de renda utilizado pelas mulheres é a prostituição:

“Uma vez, nun vo menti, eu pa faze o pograma ai u vi que o cara tava muito assim, ai eu falei ah eu acho que esse cara vai quere mi enrola, ai eu falei ó moço, não é disacreditano não, é até chato isso, eu num so de rouba ninguém, porque eu nunca roubei ninguém fazendo pograma né, então como que vai se... você tem o dinheiro memo, tinha caso que eu chegava até por dez real né, é vergonha fala isso, pelo menos dez real você tem? [...] graças a deus nessa parte é pecado fala mas pedia pa Deus me abençoa, eu falava ó meu o senhor ta vendo o ponto que eu to chegando”. (Vanessa)

Esta constitui, para a mulher, uma das formas mais rápidas de conseguir dinheiro. Com isto, é comum, pelo menos entre as entrevistadas, que as mulheres em situação de rua utilizem a prostituição como forma de sobrevivência, cujo recurso é de ganho rápido, o que possibilita a manutenção de suas necessidades diárias, principalmente do vício de drogas.

Pode-se dizer que uma parte da sociedade brasileira analisa a prostituição como uma escolha feita por homens e mulheres para ganhar “dinheiro fácil”. O que se questiona então é: Será mesmo esta escolha o modo mais fácil de ganhar dinheiro? Por um lado, a prostituição não oferece barreiras intelectuais, físicas e financeiras, ou seja, não é necessário nenhum pré-requisito para se prostituir. Tudo o que é preciso saber pode-se aprender na prática. (FERREIRA E PEREIRA, 2010, s.p)

Diante disto, não se pode considerar que o ato de se prostituir seja uma ação simples e não exigente, ao contrário, requisita um empoderamento da mulher, para que ela seja capaz de se abrir ao mundo, no sentido de permitir a sua intimidade a uma pessoa estranha, colocando, em jogo, o seu corpo, como forma de adquirir renda. Desse modo, é necessário levar-se em conta que, para a mulher, o corpo se constitui no seu maior bem, talvez o único, sendo difícil dividir e expor sua intimidade. Portanto, a prostituição, mesmo sendo “opção” e uma forma de dinheiro rápido, não é a forma mais fácil.

Foi possível observarem-se, durante as entrevistas, as vivências ligadas ao desespero de adquirir a droga, assim como inúmeras situações de riscos a que as mulheres se submetiam. Os depoimentos demonstram o quanto as mulheres ficam a mercê da violência tanto psicológica quanto física, quando se prostituem. Priscila relata que usa esse meio, para adquirir a droga, para si mesma e para seu companheiro.

”Ah... tanto que desce pa faze, pra mim usa, eu fazia um que nem, quando o rapaiz que morava comigo ia, eu falava pra ele, vamo faze o seguinte eu vo faço o programa, entrego o dinheiro na sua mao, você liga pro menino, ele entrega a droga, ai se pega, ai eu já to em outro programa, ai já desço, passo dou um trago no crack, desço pa faze outro então, era assim eu dava um trago e ia faze programa [...]um meio de sustenta o vício”.

Já Amanda declarou ser homossexual, portanto não se prostituía, ficando, então, à mercê do crime, que se caracteriza, também, como uma forma de dinheiro rápido:

“Peço, bato carteira, que é roba carteira sem a pessoa senti, celular essas coisas que fica no bolso de traz, depois não... tipo eu lembro! Eu lembro, sempre lembro das coisa que eu faço, a depois eu me sinto mal né, porque depois, é o que que a pessoa podia ta fazendo co dinheiro que eu gastei, porque di vez em quando eu pego um salário intero da pessoa, a pessoa acabo de sai do banco, ce vai lá e pega” (Amanda)

O furto se constitui em uma forma de subtrair do próximo, sem que ele perceba. Atualmente é considerado crime, de acordo com o art 155 do Código Penal Brasileiro (1940, s.p):

Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:
Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.

§ 2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.

Dessa forma, compreende-se que a mulher em situação de rua, que pratica o furto como meio de sustento, está propícia a ser reclusa, o que irá dificultar, ainda mais, seu acesso aos direitos e inclusão no convívio familiar e comunitário. Amanda, que declara utilizar esse meio mostra sentir-se arrependida, porém entende que o vício e a compulsão pelo uso de drogas, as impede de pensar, antes de agir, cometendo atos ilegais e até violentos, para adquirir a droga.

Para compreender-se, melhor, o cotidiano das mulheres em situação de rua, solicitou-se às entrevistadas que contassem um pouco de seu dia a dia nas ruas.

“Não dorme, vira, semanas, dias, ai quando dorme vai la pra baixo do pontilhão deita num colchão, se embrulha e dorme, acorda, vai atrás do que comer, volta e dorme de novo, até passar o sono pra poder voltar pra droga e pra pinga de novo [...] a droga não deixa sentir sono, ela corta o sono, corta a fome, corta tudo.”(Ana)

Compreende-se, mediante as respostas, que o dia a dia é bastante desafiador para as mulheres que se encontram em situação de rua; o uso das drogas, principalmente do crack, faz com que elas se esqueçam de “viver”, de cuidar de si, de se valorizar. As necessidades básicas, como se alimentar, se vestir, dormir, entre outras, são deixadas de lado, dando espaço para as drogas em sua vida, “*A gente amanhecia fumando, fumava o dia inteiro e anoitecia fumando, nós ficamos na mata e na linha só onde podia ficar*”. (Fabiana)

O crack é uma substância estimulante, é preparada com mistura de pasta de cocaína e bicarbonato de sódio. De acordo com a Cartilha Sobre o Crack (2011, s.p),

Ao ser fumado, é absorvido pelo pulmão e chega ao cérebro em 10 segundos. Após a “pipada” (ato de inalar a fumaça), o usuário sente grande prazer, intensa euforia, sensação de poder, excitação, hiperatividade, insônia, perda de sensação de cansaço e falta de apetite. O uso passa a ser compulsivo, pois o efeito dura apenas de 5 a 10 minutos e a “fissura” (vontade) em usar novamente a droga torna-se incontrolável.

Ao analisar suas causas e efeitos, tona-se possível justificar o comportamento descrito pelas mulheres que estão em situação de rua e fazem uso dessa substância química. Essa droga possui uma elevada probabilidade de vício, devido à sensação prazerosa que causa, além de ser uma droga de fácil acesso e baixo custo.

Na rua então... quando eu tava na rua eu já acordava bem dize querendo café da manhã, dormia na rua dormia sozinha, no começo cheguei a dormi até no meio do mato, em construção abandonada, ai depois eu comecei né foi passando conforme o tempo foi ficando mais perigoso ainda esse mundo de vive na rua porque a gente que ta na rua a gente ta preparada pa tudo, é gente q vem de cidade de fora é gente que tem inveja da gente sei lá, vem lá pessoa que qué só a droga droga droga. (Vanessa)

O crack impede a mulher de cuidar de sua higiene, bem como de sua aparência. Sabendo que a vaidade é um fator presente, com mais frequência, no gênero feminino, perguntou-se a essas mulheres como as mesmas faziam, para manter a higiene e a vaidade. Dessa forma, Ana afirmou:

“Quando você esta na rua, na droga, não existe higiene, você não se preocupa com nada, você nem se preocupa com você, acaba, você, você se perde pra droga.[...] a partir do momento em que você começa a usar droga, usar ela ali você perde a noção de tudo, você perde a noção de tudo, você perde a noção de dias, de horas, né , de alimentação, você perde a noção de tudo.

No decorrer das entrevistas, foi-se notando um cenário de sofrimento e a causa principal era o crack. Novamente é importante ressaltarem-se as consequências do uso do crack na vida das mulheres, por ocorrer uma deterioração da sua qualidade de vida, enquanto usuárias da droga e estarem em situação de rua.

“A é muito difícil! De vez em quando eu pego uma garrafa de coca-cola encho dagua e fica se jogando no corpo, pa toma banho, se esfrega com sabonete, porque de vez em quando a gente pede pa usa droga, mas de vez em quando é po poduto tipo a gente compra também poduto de higiene, tendeu, também não tem só uso de droga, tem também que é pa nós se coisa sabe [...] porque tem a higiene! E também lá o CREAS POP dexa a gente toma banho lá, vai toma banho lá, eles dá ropa, da coberta, mas eles pefere mais que vem pa ca sabe, que fica aqui na casa mais aqui num da pa mim fica não, porque eu num consigo fica sem a droga.” (Amanda)
 Não fazia, porque na rua você não toma banho, você não comer, você quer só saber de fumar. Devido ao uso da droga eu fiquei muito fraca então eu não menstruava, e quando menstruava era hemorragia [...] Meu cabelo chegou a virar uma casca por falta de lavar e sujeira demais eu socava

creme então ficou uma beleza. Nunca mais quero voltar nessa situação Deus que me livre. Quando eu sai da minha casa que fui para rua eu já não tinha espelho dentro de casa, porque era insuportável me olhar no espelho eu me via uma caveira, os ossos tudo de fora, eu usava calça infantil, a minha filha de dez anos estava usando a mesma roupa que eu, eu ficava “gente minha filha é magrinha”, eu olhava assim as roupas que ela usava eu colocava e ficava até larga em mim, então eu quebrei o espelho quebrei tudo joguei tudo fora [...] estava muito feia, muito feia mesmo. (Fabiana)

Por meio das descrições obtidas nos relatos das mulheres em situação de rua entrevistadas, identifica-se as peculiaridades e as complexidades das experiências e vivências singulares no contexto das ruas, apesar de, evidentemente, em algumas falas haver convergência e semelhança com as realidades vividas. O que se pode notar em todos os relatos é o desejo de superação e a procura de “ajuda”. Muitas repetiam, constantemente, que a vida nas ruas não é fácil, nem tampouco prazerosa. Diante disto, indagou-se quais eram os vínculos com os serviços destinados a elas, bem como a frequência com os mesmos.

“Eu só venhu, só quando eu vejo memo que meu corpo num aguenta mais, quando eu vo po HR, porque começa da é, começo de overdose em mim, dai eles traiz eu pa cá [...] ah acho bão, pa quem qué sai de vida, pa quem qué muda de vida, é uma boa ajuda [...]”. (Amanda)

O serviço de acolhimento, para essas mulheres, se caracteriza como uma forma de refúgio e espaço de acolhida, capaz de lhes proporcionar conforto e garantir direitos, tais como alimentação, cobertas, banho, dormitórios entre outros. No depoimento acima, fica claro que elas utilizam o serviço na fuga de precariedade, no que tange à qualidade de vida.

Além do serviço de acolhimento, perguntou-se a visão delas quanto ao Creas POP: *“Fornecia tudo direitinho, barbeador, absorvente, pra mim, eles eram bem dizê, muito bom”* (Vanessa).

O fornecimento de produtos de higiene realizado pelo CREAS POP foi o mais elogiado pelas mulheres. De acordo com as mesmas, a ausência no serviço se dava somente em casos de debilitação extrema de saúde. Todavia o fato de elas serem atraídas por tais ações fazia com que elas procurassem, cada vez mais, o serviço, o que facilitava aos profissionais o trabalho voltado para a autonomia, empoderamento e, até mesmo, a prevenção das doenças possíveis vulnerabilidades, como as doenças sexualmente transmissíveis

“O psicólogo, ele pede pra conversa com você geralmente né, ele fala ah..hoje eu quero conversa com você, por favor vamos na minha sala, e ai ta usando camisinha??, no final das conversa, tem umas três bacia que fica lá em cima da mesa perto da televisão, um monte de camisinha e tal, mas palestra memo assim eles não tem não, que eles tem lá é uma reunião que eles fala de assunto diversos né, cada vez tem um assunto, então eles faz uma reunião lá todo dia [...] que o pessoal tamem não tem paciência de fica que ir embora logo, ai ele faz uma reuniãozinha tal, vários assuntos variados, já falou do serviço lá, tem muita gente que não vem pra cá tem preconceito, serviço aqui de acolhimento [...] porque eles fala, ah! Vou ficar preso, eu num to preso num sei o que, porque aqui tem as regra né, aqui é assim se você quer sai dessa vida, você num pode continua com as amizade, se misturando com quem ta lá, então eles, é meio que restrito aqui (Priscila)

O trabalho de conscientização quanto, ao uso de preservativos, para as mulheres, é muito importante, pois, conforme citado anteriormente, a maioria delas se prostituim, para manter o vício. De acordo com as mesmas, o serviço ofertava preservativos, além de conscientizá-las sobre a importância dos mesmos, tanto para evitar gravidez, quanto doenças.

Além desses serviços, as mulheres afirmaram que faziam tratamento junto ao AME – Ambulatório médico de especialidades, para tratamento do vício de drogas, e também o CAPS AD, destinado a dependentes de drogas e álcool, tendo, como base, o seu tratamento em liberdade. “Dessa forma, o CAPS AD oferece atendimento diário a pacientes que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas, permitindo-lhes o planejamento terapêutico dentro de uma perspectiva individualizada de evolução contínua” (COMAD, s.a, s.p). Contudo, no tratamento com as mulheres em situação de rua, na maioria das vezes, não é possível o envolvimento da família, já que essas estão com os vínculos rompidos ou totalmente fragilizados. Apesar disto, o trabalho ocorre de forma intensa e com o esforço de toda a rede de serviços, para garantir o fim da dependência química das mulheres que se encontram em situação de rua.

A partir dos tratamentos e vínculos com os serviços citados, elas conseguem adquirir perspectiva de vida, acreditando em si próprias, o que as torna portadoras de sonhos carregados de motivações.

3.6 Sonhos e Motivações Para Superação da Situação de Rua

A motivação pode ser um fator expressivo, para impulsionar as mulheres na superação da situação de rua a que estão submetidas. A partir dos depoimentos colhidos na pesquisa de campo, tornou-se claro o desejo de superação e rompimento com as ruas que as mesmas possuem.

“Olha a minha situação, você se olha, você vê sua família bem de situação, porque a maioria de nós aqui tem uma família bem estruturada, bem de situação, ce entendeu, ai a gente fica olhando assim, pô com a família que a gente tem, com a situação que a gente tem em casa, o que que está fazendo aqui? O porque ta assim ai pô meu essa droga ta acabando comigo, mas mesmo assim você não consegue ir embora” (Ana).

Diante da fala, percebe-se que o desejo de mudança de vida permeia as mulheres, devido à vergonha e às situações constrangedoras que vivenciam nas ruas, sendo vistas com olhar de preconceito e discriminação pela sociedade.

“Ta na rua? Muita solidão! muita falta de tudo, nossa muito tristeza magoa, horrível, pior lugar que existe, pior lugar é você dormir e acorda com as pessoa passando assim ó, se olha e fala puta ó o dia amanhece e você ta usando o crack [...] eu tinha vergonha pra caramba, mas é horrível a vida de rua, se acorda de baixo do pontilhão, olha assim todo mundo passando, se ta deitada assim , você esconde o rosto, se ta dormindo no meio da rua, sua mãe e seu pai passa, você tem que se esconde pra ninguém te ve [...]” (Priscila).

“Significa o fim de tudo, pra começar a pessoa que mora na rua já na tem respeito de ninguém ainda mais usuária de drogas, então ali você perde o respeito pelas pessoas, as pessoas perdem o respeito por você e assim a pessoa não tem moral, não tem dignidade não tem mais nada, tudo que acontece de errado é você, é com você “(Fabiana).

As pessoas que transitam pelas ruas, ao verem essas mulheres nas condições em que se encontram, transmitem um olhar, muitas vezes preconceituoso, inferiorizado, ou pelo viés da caridade, em relação a suas vivências e realidade, julgando-as por muitas vezes, sem conhecer sua história, perspectivas de vida e sem compreender que as mulheres que ali estão são carregadas de sonhos para um futuro melhor.

Ao realizar as entrevistas, percebeu-se que todas possuem perspectivas e esperanças da realização de seus sonhos, além de almejar a própria reinserção no convívio comunitário, tornando-se seres humanos participantes nas

relações econômicas e sociais. Nesse sentido, destaca-se a fala de Priscila, que aponta, seus objetivos: *“Volta minha faculdade, concluí, fazer uma família, trabalha certinho. Só isso, pode vive uma vida igual meus pais vive, igual todo mundo, uma vida social normal”*.

Em sua visão, para alcançar seu objetivo, é necessário que se recupere, totalmente, das drogas, pois sente que, se voltar ao convívio familiar e comunitário, poderão ocorrer recaídas, distanciando-a da realização de seus sonhos.

“Meu maior sonho é trabalha né, porque sempre gostei de trabalha, des dos nove ano né e te minha casa [...] que é tao gostoso a gente te um carro, passia, te os filho, pode i na cidade, compra, igual eu que já vivi essa parte da vida né desde pequena, fui criada no lar tudo, então eu penso assim ergue a cabeça né” (Vanessa)

A presença de momentos em família, que, para muitos, passam despercebidos por serem comuns, são almejados pelas pessoas que nunca os vivenciaram. Neste sentido, a fala de Vanessa evidencia seu desejo de superar a situação de rua e obter instantes de prazer com a família, realizando atividades consideradas simples, porém, para a mesma, importantes, por não te-las vivenciado em sua infância.

“Meu maior sonho é ganhar minha casinha porque eu fiz inscrição, la no CREAS eles faz inscrição da gente do bolsa família, automaticamente já faz das casinhas, e ganhar minha casinha, arrumar um serviço, trabalhar e manter minha vida estável, igual eu tinha, entendeu e nunca mais pensar em usar droga [...] força de vontade né primeiramente e um pouco de apoio familiar né, apoio dos amigos, porque só com o carinho e atenção deles você tem força pra lutar”. (Ana)

“[...] ter minha casa e meus filhos comigo de volta, recuperar meus filhos e com fé em Deus isso está próximo, agora pra isso acontecer só falta a casa, porque ele já no serviço, já arrumou a casa, agora só falta os moveis a gente montar a casa pras crianças voltarem pra gente”. (Fabiana)

O sentimento materno, presente nas mulheres, é um fator capaz de impulsionar a superação da situação de rua que vivenciam. Percebe-se que todas as que possuem filhos se referem aos mesmos com muito carinho e afeto, demonstrando sua importância em sua vida, tornando-se lhes grandes aliados para a superação dos vícios.

As transformações socioeconômicas advindas do modelo neoliberal, por si só excluem aqueles não considerados aptos para o trabalho, reduzindo-os a grupos de pessoas desqualificadas e incapacitadas devido à falta de mão de obra especializada: *“Meu sonho... se eletricista [...] eles fala que vai coloca eu na escola, mais como ... mais ainda eu acho que num da pa coloca eu na escola” (Amanda).*

Entende-se que o processo de exclusão não acontece só no mercado de trabalho, e, sim, na proteção social advinda do Estado, principalmente no que diz respeito a garantia de direitos sociais, ocasionada, principalmente, pelo neoliberalismo, que diminui a potencialidade das políticas públicas, que precarizam os atendimentos, contribuindo para a manutenção de padrões violadores de direitos.

Sendo assim, entende-se que a vivência da situação de rua se apresenta de forma muito particular, conforme cada sujeito, uma vez que a “rua” ganha significados nos padrões de vida baseados nas lutas diárias pela sobrevivência, pelo aprendizado e para garantir o acesso à alimentação, à higiene e aos serviços básicos.

As desproteções vivenciadas por essas mulheres podem ser consideradas como fonte geradora de um conjunto de sofrimentos presentes, em que as incertezas e as inseguranças diante da vida são fatores latentes no cotidiano da rua.

Os serviços públicos que devem garantir proteção aos sujeitos em situação de rua ainda são insuficientes diante da gravidade das violações de direitos sociais vivenciadas por aqueles que estão em situação de rua, como aponta uma das entrevistadas, Priscila:

“Porque aqui você fica muito ocioso não tem nada pra fazer, aqui se não tem umas palestras, não tem um artesanato pra você fazer, um curso, você pode até fazer, mas aí você tem que sair pra fora, aí você vai pra rua e você recai, se você encontra a droga lá fora, eu parei de fazer”

À vista disso, entende-se que ações públicas, como projetos sociais, oficinas terapêuticas, interativas e de convivências, são essenciais, para garantir o envolvimento dessas mulheres em atividades, que possam afastá-las das drogas e de outros sofrimentos, como o isolamento social, que viola o direito de convivência comunitária.

Considera-se, ainda, que serviços públicos que desenvolvam atividades que envolvam e que aproximam as mulheres de suas famílias são essenciais, relevando as possibilidades de reconstrução de vínculos¹¹ familiares, que foram fragilizados e/ou rompidos ao longo de sua trajetória de vida, na rua.

Os cursos de aperfeiçoamento profissional e educacional, essenciais para a sua inserção no trabalho, podem ser uma alternativa para a autovalorização das mulheres, valorizando suas capacidades, habilidades e potencialidades diante das exigências do mercado de trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender-se o fenômeno mulher em situação de rua, de acordo com suas especificidades, por se tratar de um sujeito marcado, historicamente, pelas relações desiguais de gênero, pela subalternidade e pela luta da emancipação em todas as esferas sociais, econômicas e políticas.

Neste sentido, por ser uma expressão da questão social, a mulher em situação de rua ainda é vista de forma preconceituosa, estigmatizada e subalternizada pela sociedade, o que contribui para sua proteção ainda insuficiente, dificultando o seu empoderamento necessário para um processo de transformação da realidade vivenciada.

Constata-se que a população em situação de rua tem sua origem no modo de produção capitalista, que tem, como estrutura, a concentração de riqueza, as relações desiguais e as contradições no tocante ao acesso a bens e serviços da classe subalterna, que convive com as mais variadas expressões da questão social, como o desemprego, a pobreza e a negligência por parte do Estado, que se torna ausente na implementação e execução das políticas públicas.

¹¹ Assim, o comportamento de vinculação [é entendido] como qualquer ação de um indivíduo para procurar ou manter a proximidade para com o outro percebido como mais capaz de lidar com as situações em geral. (OLIVEIRA, 2000, p.158). Deste modo, o conceito de vínculo esta intrinsecamente ligado a vivencia humana e seu papel na sociedade, que é caracterizada desde o nascimento até o decorrer da vida o que contribui para transformação das relações sociais.

O município de Presidente Prudente dispõe de dois serviços especializados à população em situação de rua: o CREAS POP e o Serviço de Acolhimento, administrados pelo Poder Público, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, que visam a promover a proteção social pública por meio de ações que procuram atender as necessidades básicas de higiene, alimentação e moradia; e, acima de tudo, a superação da situação de rua.

É possível compreender-se que, diante da complexidade do fenômeno da situação de rua, se faz necessário um movimento constante de implementação e aprimoramento das ações públicas, principalmente no que diz respeito a Política de Assistência Social, que está em pleno processo de reordenamento de seus serviços, conforme determinam as diretrizes Tipificação Nacional dos Serviços Sócioassistenciais (Resolução n.09, de 2009).

Tais serviços devem ser acolhedores, a fim de garantir a assiduidade dos sujeitos que estão na rua, no caso desta pesquisa, as mulheres, que devem ser tratadas com respeito, dignidade e prontidão, considerando-se seus sofrimentos, suas expectativas e suas necessidades. Deve-se levar em conta os riscos que essas mulheres vivenciam na rua, principalmente o da morte, uma vez que estão inseguras diante dos demais fatores de risco existentes na rua, como a violência e as drogas.

Diante disto, viver nas ruas revela um conjunto de dificuldades e desafios a serem enfrentados pelas mulheres, que têm, em sua trajetória histórica, relações marcadas pela desproteção, vínculos familiares fragilizados e ausência por parte do Estado e dos serviços.

e sentido, a partir das narrativas das mulheres entrevistadas, entende-se que as mulheres possuem um conjunto de riscos específicos e particulares do gênero feminino, como a relação de subalternidade presente nas relações com os familiares e com os companheiros de rua, na questão do preconceito e do olhar equivocado da sociedade, que enfatiza que a mulher está em situação de rua por vontade própria, pois abandonou o lar e os filhos, para ser “livre”.

Constata-se, ainda, que diversos são os motivos que levaram as mulheres da pesquisa a estarem em situação de rua. Dentre elas, vale destacarem-se as relações familiares fragilizadas, que tornam nítido o despreparo; e, às vezes, a tolerância da família, para lidar com os conflitos nas relações, principalmente pelo uso das drogas. Outro motivo que possibilita a ida das mulheres, para viverem na rua, é a insuficiência do papel do Estado, quando se trata da proteção e da

promoção de políticas públicas, que colocam a família como eixo central, ocasionando a exclusão socioeconômica e cultural, bem como a escassez de acesso aos direitos sociais.

Conclui-se, também, que outro motivo que impulsionou essas mulheres a viverem na rua foi o abandono familiar, que ocasionou a institucionalização, ainda enquanto crianças, ocasionando o seu afastamento dos vínculos familiares. Interessante salientar-se que esse processo de abandono/institucionalização foi reproduzido com os filhos dessas mulheres, que hoje presenciam a institucionalização de seus filhos, devido à dependência química à qual estão submetidas, dificultando, ainda mais, seu rompimento com a situação de rua e com as drogas.

Diante deste contexto, pode-se considerar que a rua passa a ser um espaço de sobrevivência, de desproteção/proteção, de trabalho, de afeto, de amizade, de discórdia, de conflito, de medo, de refúgio, de perigo, e acima de tudo, espaço de aprendizagem e lição de vida, uma vez que ficar nas ruas é conviver com todos os tipos de desproteção e desafios, coisificando e tornando desumanos aqueles que são considerados, fora dos padrões da sociedade, incapazes para o mercado de trabalho e principalmente descartáveis, por não fazerem parte dos padrões morais impostos pelo modo de produção capitalista,

Dessa forma, as hipóteses apresentadas na introdução deste estudo foram, de fato, comprovadas, razão por que cabe finalizar-se de forma a corroborar com futuras propostas de proteção aos sujeitos em situação de rua, destacando a necessidade da implementação dos Consultórios de Rua, com o intuito de aproximar esses sujeitos das ações protetivas e preventivas, principalmente na área da saúde, que deve promover tratamento contra a dependência química e, conseqüentemente, possibilitar o acesso a outras políticas sociais, que garantam direitos necessários para a superação do fenômeno da situação de rua.

REFERÊNCIAS TEÓRICOS

ALAYON, NORBERTO. **Assistência e assistencialismo** : controle dos pobres ou erradicação da pobreza ?. São Paulo: Cortez, 1992. 150 p.

ARAUJO, VALÉRIA DE FÁTIMA CHAVES. **Política Nacional para a população em situação de rua**: breve análise. Disponível em:
http://www.cchla.ufrn.br/dpp/gpp/TCCS_geral/2012_tccs_downloads/arquivos_downloads/ARAUJO,%20Valeria_Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para%20A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.pdf
Acesso em 18 de março de 2014

ASSISTENCIA SOCIAL. Site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial>>. Acesso em: 19 de abril de. 2014.

BARROSO, CARMEM. **Mulher, sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1982.

BRASIL, Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão – 10°. Ed. rev. e atual, - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. p 23.

BRASIL. Resolução CNAS nº. 130, de 15 de julho de 2005, que dispõe da aprovação da Norma Operacional Básica. MDS. Lei na íntegra. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2005/Resolucao%20CNAS%20n%C3%B0%20130-%20de%2015%20de%20julho%20de%202005.pdf>/view Acesso em 18 de abril de 2014

BRASIL, Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

BRITO, J. ; OLIVEIRA, O. **Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho**. In: SILVA FILHO, F. e JARDIM S. (orgs.) A Danação do Trabalho Te Corá. Rio de Janeiro. 1997.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher e Mundo do Trabalho: ponto de vista sociológico**. In: BRANDAO, M. L; BINGEMER, M. C. (orgs). Mulher e Relações de Gênero. São Paulo: Loyola, 1994.

CABRAL, Karina Melissa. **Manual de direitos da mulher**. Leme: Mundi, 2008. 384 p. ISBN 978-85-98669-10-6

CABRAL, Luciana Francisca. **A RUA NO IMAGINÁRIO SOCIAL**. IN REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidade de Barcelona. Vol. IX, núm. 194 (60), 1 de agosto de 2005

CANÔAS, Cilene Swain. **O olhar feminino sobre 2010**. São Paulo: Texto novo, 1997. 192p.

CARDOSO, Bruna De Freitas. **Mulher em Situação de Rua: Merece um Olhar Especial**. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/mulher-em-situacao-de-rua-merece-um-olhar-especial/23576/#ixzz3FIBlAdl1>. Acesso em: 13 de Agosto de 2014

CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Disponível em http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v3n2_genero.htm. Acesso em 12 de Abril de 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfose da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. CASTEL, Robert. POLETI, Iraci D. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 611 p.

CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz Eduardo. BELFIORE, Wanderley. **Desigualdade e a questão social** 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000-2004. 272 p.

_____. CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz Eduardo. BELFIORE, Wanderley. **Desigualdade e a questão social**. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2010-2011.

Cartilha sobre o crack. Disponível em http://www.tjdft.jus.br/publicacoes/manuais-e-cartilhas/cartilha_crack.pdf. Acesso em: 24 de Setembro de 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana**. São Paulo: Cortez, 1986.

COMAD Conselho Municipal Antidrogas. Disponível em http://www.pmcg.ms.gov.br/comad/canaisTexto?id_can=3149. Acesso em 15 de Setembro de 2014

Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

Consultório na Rua. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/consultorio-na-rua.html#menu>. Acesso em 30 de Agosto de 14.

COSTA, Amanda Ricci. FIGUEIREDO, Amanda Maria Álvares . **Agressões físicas e morais dos moradores de rua de São Luís – MA.** Disponível em <http://jus.com.br/artigos/29769/agressoes-fisicas-e-morais-dos-moradores-de-rua-de-sao-luis-ma>. Acesso em: 12 de Setembro de 2014

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 198 p.
CUNHA, Júnia Valéria Quiroga da.; RODRIGUES Monica. **RUA: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua.** Brasília, DF; MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social. 2009

DAGNINO, Evelina. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania.** In: _____ (Org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (Coleção temas sociais) ISBN 85-326-1145-1

ESPING, Andersen, G. **As três economias políticas do welfare state.** Luz Nova, n. 24, p. 85-116, set. 1991

FALEIROS, V. de P. Serviço social: questões presentes para o futuro. **Serviço social & sociedade (50).** Ano XVII. Abr. são Paulo: Cortez, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que e politica social.** 5. ed. SAEo Paulo: Brasiliense, 1991. 83p. (Coleção primeiros passos; 168).

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007. 208 p. (Temas; 5)

FERTIG, Adriana. **Historias de vida de mulheres usuárias de crack**. Porto Alegre, 2013. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/85189/000909099.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 de Julho de 2014

FERREIRA, Isabel Bernardes. PEREIRA, Mayra Cardoso. AMARAL, Suelí Gião Pacheco do. **PROSTITUIÇÃO: OPÇÃO OU DETERMINAÇÃO SOCIAL?*** PUC-SP, Campus Monte Alegre, 2010.

FOLADOR, Jacobsen Kellen. **A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental**. In Revista fato & versões/ n.2 v.1/ p3-16/ 2009. Disponível em http://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO. Acesso em 13 Abril de 2014

GUEIROS, Dalva Azevedo. **Matricialidade sociofamiliar: compromisso de Política de Assistência Social e direito da família**. In Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7.ed. – são Paulo: Cortez, 2004

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23 ed. – são Paulo – Cortez, 2012

IAMAMOTO, Marilda. Vilela; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____ IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico - metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil; debates e desafios**; MDS, UNESCO, Nov, 2009, p. 57-86.

JUNIOR, Efren Fernandes **Pousa. Políticas públicas para inclusão social dos moradores em situação de rua: Um resgate por cidadania.** Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18448/politicas-publicas-para-inclusao-social-dos-moradores-em-situacao-de-rua>. Acesso em 20 de Março de 2014

Lei Nº 12.435. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em 26 de Abril de 2014

LUZ, Madel T. **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, K., ENGELS, F. **Obras escolhidas.** São Paulo: Alfa – Omega, 1953. V.1, 381p.

MEDEIROS, Katrucky Tenório. MACIEL, Silvana Carneiro. SOUSA, Patrícia Fonseca de. At al. **Representações sociais do uso e abuso de drogas entre familiares de usuários.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000200008> Acesso em 21 de Setembro de 2014.

MENDES, Samanta Colhado Mendes. **Anarquismo e feminismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na primeira república (1889 – 1930).** Disponível em <http://legacy.unifacef.com.br/novo/publicacoes/IIforum/Textos%20EP/Samanta%20Colhado%20Mendes.pdf>. Acesso em 12 de Abril de 2014

MENDES, Mary Alves. **Mulheres Chefes de Domicílios em Camadas Pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero.** Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_787.pdf. Acesso em: 15 de Setembro de 2014

Ministério da Assistência Social Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/eventos/assistencia-social/iv-conferencia-nacional-de-assistencia-social/sobre-oevento/Relatorio%20Final.PDF/download>. Acesso em 20 de Abril de 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família e serviço social: contribuições para o debate.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 55, p. 114-130, abr, 1997.

MONTEIRO, Maria Odete de Araújo. **Pobreza extrema no espaço urbano: o caso dos moradores das ruas de Fortaleza-CE, Brasil** / Maria Odete de Araújo Monteiro. – Fortaleza, 2011. 121 f. Orientador: Prof. Dr. Daniel Rodriguez de Carvalho Pinheiro. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia, Programa de Pós Graduação em Geografia.

MONNETAR, Gisele Lavinias. ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais**. Campina, SP: Papel Social, 2014.

MOURA, Maria Aparecida (Coord). **Cultura informacional e liderança comunitária concepções e práticas**. Disponível em: http://www.kulturklik.euskadi.net/wp-content/uploads/2012/05/Cultura-informacional_integra_ebook.pdf. Acesso 13 de Março de 2014

NASCIMENTO, M^a. Lucidalva. **Violência doméstica e sexual contra as mulheres**. Psiqweb, 2002. Disponível em: <http://www.elacso.org>. Acesso em 18 abr 14.
OLIVEIRA, RUI ARAGÃO. **Do vínculo às relações sociais: Aspectos psicodinâmicos**. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Análise Psicológica, 2 (XVIII), p. 157-170, 2000.

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento e Combate Fome – MDS. Brasília. 2011

PASTORE, José. **Mudança social e pobreza no Brasil: 1970 - 1980; o que ocorreu com a família brasileira**. São Paulo: Pioneira, FIPE, 1983. 152 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais: economia)

PASTORINE, A. **A categoria “Questão Social” em Debate**. Coleção: Questões de nossa Época. São Paulo: Cprtez, 2004,

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995

PAULO NETTO, J. **Cinco Notas sobre a Questão Social**. Temporalis, n 3, Ano 2, 2004.

PEREIRA, Potyara A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996. 142 p.

PEREIRA, Potyara A. **A “questão social” e as transformações das políticas sociais: respostas do Estado e da sociedade civil.** Questão social e Serviço Social. Periódico Semestral do Programa de Pós – graduação em Política Social. Ser social, n. 6. Brasília: UnB. Jan./jun.,2000)

PEREIRA, Camila Potyara. SIQUEIRA, Marcos César Alves. **CRIMINALIZAÇÃO DA MENDICÂNCIA E A REALIDADE DA POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL** IN: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS BRASÍLIA, 31 DE JULHO A 05 DE AGOSTO DE 2010

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** Editora Unesp, 2009.

PINTO, Maria Conceição Côrrea. **A dimensão política da mulher/** Maria Conceição Côrrea Pinto. – São Paulo: Edições Paulinas, 1992. – (Coleção missão mulher).

POBREZA: uma questão inadiável: novas respostas a nível mundial. 1. ed. Brasília (DF): ENAP, 1994. 492 p.(FALTA O AUTOR)

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

Política Nacional de Assistência Social Disponível em:

http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/pnas.pdf. Acesso em 26 de Abril de 2014

Programa Nacional de Direitos Humanos. Discriminação: uma questão de direitos humanos: projeto Brasil, gênero e raça: todos unidos pela igualdade de oportunidades. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 1998-2000. 41 p

QUIROGA, J; NOVO, Marina Pereira. **Elas da Rua:** população em situação de rua e a questão de gênero. In: QUIROGA, Junia; RODRIGUES, Monica. (Org.). **Rua:** Aprendendo a contar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009

RAUP, Luciane Marques. ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Jovens em situação de rua e usos de crack: um estudo etnográfico em duas cidades.** Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2011 (4): 52-67.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua.** São Paulo: Hucitec, 2005. 290 p. (Coleção estudos brasileiros ; 37)

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) **Uma Questão de gênero**. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, Helieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004-2011. 151 p. (Coleção Brasil urgente) ISBN 85-7643-002-9

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SANDERBERG, Cecilia Maria B. COSTA, Ana Alice Alcantara. **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em http://s3-eu-west-1.amazonaws.com/pathwaysofempowerment-org-production/downloads/i_seminario_nacional_o_feminismo_no_brasil_reflexoes_teoricas_e_perspectivas_original64eddfcade4b9785d3890e57f464e5fd.pdf. Acesso em 13 de Abril de 2014.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. 272 p. (Biblioteca básica de serviço social; 6).

SANTOS, Julio César, BEVILACQUA, Solon. **População de rua e (des)proteção de rua e (des)proteção social: uma análise da política nacional para população em situação de rua**. Goiânia, GO. Disponível em: <file:///C:/Users/Keylla/Downloads/1126-4360-1-PB.pdf>. Acesso em 12 de Maio de 2014

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2011

SILVIA, e Silva Maria Ozanira (coord.) **O COMUNIDADE solidária: o não-enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001. 157 p

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio históricos**. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008. 204 p.

SPINDOLA, Thelma. SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf> Acesso em 20 de Setembro de 2014.
SPOSATI, Aldaiza (Coord.). **Política de assistência social e direitos sociais**. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP, Caderno n.7,1997.
TEJADAS, Sílvia da Silva. **O direito humano à proteção social e sua exigibilidade: um estudo a partir do Ministério Público**. Curitiba: Juruá, 2012. 394 p.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais: afinal do que se trata?**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 194 p.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2003. 120 p. (Coleção primeiros passos ; 314)

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivencia e Políticas Sociais**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2004.

Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. (2009) Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/arquivos/livro-tipificacao-nacional-internet.pdf/download> Acesso em: 19 de Abril de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. **Anais do Seminário Internacional Proteção Social e Cidadania hoje: tendências e desafios**. Disponível em: http://www.uff.br/politicasocial/images/ANAIS/anaisite_j_v.pdf. Acesso em: 7 de Março de 2014

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBAÑEZ, Nelson (Orgs.). **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005. 336 p. (Saúde em debate)

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. **Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização**. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 7, n. 21, pp. 556 a 605, dezembro de 2008.

VIEIRA, M. A. da C.; BEZERRA, E.M.R.; ROSA, C.M.M. (Orgs.). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: HUCITEC, 1994.

VIEIRA, Josênia Antunes. **A identidade da mulher na modernidade**. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502005000300012&script=sci_arttext. Acesso em 13 de Abril de 2014

YASBEK, Mari Carmelita. **Pobreza e Exclusão social: expressões da questão social no Brasil**. Temporalis. N 3, Ano 2. (jan./jun.2001). Brasília: ABEPSS/ Odisséia, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993. 184 p.

IV CONFERENCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em [file:///C:/Users/user/Downloads/Caderno_de_Textos_VI_Confer%C3%83%C2%AAncia\[1\].pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Caderno_de_Textos_VI_Confer%C3%83%C2%AAncia[1].pdf). Aceso em 30 de Agosto de 2014

ANEXOS

Anexo 1: QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA ENTREVISTA REALIZADA COM AS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

PERGUNTAS	OBJETIVOS
1- Qual sua situação de vida hoje? Onde mora, onde fica? Porque está aqui no centro de acolhimento?	Tentar que a mulher fale que está na rua.
2- Há quanto tempo está nesta situação de rua?	Identificar o grau de complexidade da mulher em situação de rua
3- Quais os motivos que te levaram a estar nas ruas?	Entender a trajetória histórica das mulheres e os motivos que levaram a situação de rua
4- É a primeira vez que vive a situação de sua?	Verificar se ela é reincidente ou não
5- Você tem relação com a família? Você acredita ser importante manter relação com ela? 6- Como se dá essa relação? Vai a casa deles? Participa de comemorações em família?	Identificar se possui vínculos familiares e a visão dela sobre família
7- Como é seu dia?	Entender o cotidiano, formas de se relacionar e desafios encontrados nas relações interpessoais.
8- Como você se mantém? (higiene e renda)	Identificar os meios de sobrevivência e como ela lida com a questão da higiene
9- Em sua opinião a mulher ou o homem sofrem mais por estar nas ruas?	Identificar se a existência da questão de gênero
10-Como você vê sua relação	Identificar a convivência e à relação

com os companheiros de rua?	de conflito e companheirismo
11-Você conhece os serviços ofertados à população em situação de rua? Possui acesso a eles? O que acha desses serviços?	Identificar a relação de usuário e serviço e o que precisa ser melhorado e permanecido
12-O que significa estar nas ruas para você?	Tornar nítido o que significa estar nas ruas para as próprias pessoas em situação de rua, pois para a sociedade estar nas ruas é algo ruim e humilhante e para quem “vive” a situação de rua pode significar algo diferente e uma possível liberdade.
13-Quais os maiores desafios encontrados na rua? 14-O que você faz para superá-los?	Identificar os desafios mais explícitos para ela
15-Qual seu maior sonho? 16-O que você acha necessário para concretizá-lo?	Identificar se o sonho vai para além da rua ou se limita ao estar nas ruas